Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 28, 29 E 30 DE JUNHO DE 2025 Nª 25.930 Preço banca: R$ 3,50

Contas de luz permanecem com bandeira tarifária vermelha em julho

A bandeira tarifária para o mês de julho permanece vermelha patamar 1, a mesma sinalização que ocorreu em junho. Com isso, as contas de energia elétrica continuarão recebendo adicional de R$ 4,46 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a continuidade do cenário de chuvas abaixo da média em todo o país reduz a geração de energia por hidrelétricas.

"Esse quadro tende a elevar os custos de geração de energia, devido à necessidade de acionamento de fontes mais onerosas para geração, como as usinas termelétricas", explicou a Agência, em nota.

Bandeiras Tarifárias

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em níveis, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

"Com o acionamento da bandeira vermelha patamar 1, a Aneel reforça a importância da conscientização e do uso responsável da energia elétrica. A economia de energia também contribui para a preservação dos recursos naturais e para a sustentabilidade do setor elétrico como um todo", diz a Aneel. (Agência Brasil)

Desemprego recua para 6,2% em maio, o menor para o período desde 2012

Página 3

Haddad defende mobilização de progressistas contra desigualdade

Página 10

Tesouro Direto recebeu investimentos de 6,86 bilhões em maio



Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 3

Governo de SP endurece regras para conter faltas injustificadas de professores

Página 2

DÓLAR	
Comercial	**Turismo**
Compra: 5,48	**Compra: 5,51**
Venda: 5,48	**Venda: 5,71**

EURO
Compra: 6,41
Venda: 6,41

Cemitério clandestino é encontrado em parque na região sul paulistana

Equipes policiais vasculharam, durante toda a sexta-feira (24), o cemitério clandestino encontrado na quinta-feira (26) dentro do Parque dos Búfalos, na zona sul de São Paulo, em área de mananciais da Represa Billings. O parque foi inaugurado em fevereiro deste ano.

Após denúncia anônima, agentes da Guarda Civil Metropolitana São Paulo localizaram 14 ossadas no parque, após denúncia anônima.

Segundo a prefeitura, o canil da corporação foi mobilizado para auxiliar nas buscas, e a ocorrência, que está em andamento, foi registrada no 98º Distrito Policial.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado informou que o Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), unidade da Polícia Civil, realizaram investigações. (Agência Brasil)

Decreto permite traslado de corpo de brasileiros do exterior

Decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado na sexta-feira (27) no Diário Oficial da União permite o custeio, pelo governo federal, do traslado de corpos de brasileiros falecidos no exterior.

A publicação ocorre um dia depois de Lula conversar, por telefone, com o pai da brasileira Juliana Marins, morta após cair da encosta de um vulcão na Indonésia, e assumir o compromisso de auxiliar no traslado do corpo da jovem para o Brasil.

A norma publicada na sexta-feira altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e prevê hipótese excepcional de custeio, pelo governo federal, de traslado de corpo de nacional falecido no exterior.

O decreto determina que, em caráter excepcional e motivado, a proibição do traslado de corpos de nacionais custeada pelo Estado pode deixar de valer nas seguintes situações:

se a família comprovar incapacidade financeira para o custeio das despesas com o traslado; se as despesas com o traslado não estiverem cobertas por seguro contratado pelo falecido em favor dele, ou previstas em contrato de trabalho se o deslocamento para o exterior tiver ocorrido a serviço; se o falecimento ocorrer em circunstâncias que causem comoção; se houver disponibilidade orçamentária e financeira. (Agência Brasil)

Esporte

26ª Copa Brasil de Kart supera 200 inscrições confirmadas para disputa em Aracaju



Foto/ Cris Reis

Aracaju *receberá a Copa Brasil pela segunda vez*

Com 201 inscrições confirmadas até o momento, a Copa Brasil de Kart dará início a sua 26ª edição no dia 23 de julho, no Kartódromo Emerson Fittipaldi, localizado na bela orla do Atalaia, em Aracaju (SE), seguindo até 2 de agosto.

Segunda maior competição do kartismo nacional e organizada pela Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), a Copa Brasil deste ano será realizada em parceria com a Federação Sergipana de Automobilismo (FSA) e a expectativa é de superar o sucesso alcançado em 2022, quando Aracaju recebeu o evento pela primeira vez, com quase 250 inscrições.

No último sábado (dia 21), foi aberto o lote final de inscrições, que seguirá disponível até a data do evento ou de acordo com o limite de vagas por categoria, conforme divulgado anteriormente.

As inscrições podem ser feitas por meio do link: https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/26a-copa-brasil-de-kart-2025-2025-26a-copa-brasil-de-kart-2025

A 26ª edição da Copa Brasil terá como principal novidade a estreia dos motores OK N nos nacionais de kart, uma importante evolução implantada pela gestão do presidente da CBA Giovanni Guerra, possibilitando que os pilotos do Brasil possam utilizar os equipamentos mais modernos e que já são usados nos principais eventos do mundo, como o Europeu e Mundial.

Entre os nomes confirmados nas categorias OK N, estão alguns dos maiores vencedores do kartismo nacional. André Nicastro, maior campeão da Copa com 10 títulos e 11 vezes campeão do Brasileiro de Kart, estará nas categorias OK N Master e Shifter Graduado. Olin Galli, nove vezes campeão da Copa e recordista do Brasileiro com 15 títulos, estará na OK N, OK N Master e Shifter Graduado. Dennis Dirani, três vezes vencedor da Copa Brasil e pentacampeão do Brasileiro, também disputará a OK N Master.

22 títulos em jogo

Entre os dias 23 e 27 de julho, acontecerá a disputa do Grupo 1, onde estarão em jogo os títulos da Mirim, Cadete, F4 (aberta para pilotos com filiação PNK), F4 Sênior, F4 Super Sênior, F4 Grand Super Sênior / 60+, Shifter Graduado, Shifter Sênior, Shifter SS, OK N Júnior (antiga Júnior) e OK N (antiga Graduado).

Já o Grupo 2 terá seus duelos entre 29 de julho e 2 de agosto, com as categorias Mini, Novato, Sênior AM X30 (antiga Sênior AM), Sênior Pro X30 (antiga Sênior Pro), F4 Júnior, OK N Master, Super Sênior, Grand Super Sênior / 60+ e F4 Graduado.

Para saber mais, acesse:

Programação Copa Brasil: https://cba.org.br/campeonato/downloads/245/587/programacao

Regulamentos: https://cba.org.br/campeonato/downloads/245/827/2025

Os campeonatos de kart organizados pela Confederação Brasileira de Automobilismo (Copa Brasil e Brasileiro de Kart) contam com o patrocínio do Banco BRB, o "Patrocinador Máster do Automobilismo Brasileiro". Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Corrida Superman São Paulo tem sua sexta edição no domingo



Foto/ Diogo Anhasco

No domingo, dia 29, os fãs do "Homem-de-Aço" de São Paulo invadirão as ruas da região do Ibirapuera para a sexta edição da Corrida Superman São Paulo. Os corredores optaram por um dos dois desafios, de 5 ou 10 quilômetros, além de uma caminhada de 5 km pelas ruas e avenidas do bairro, com largada e chegada na Avenida Pedro Álvares Cabral, em frente ao Monumento Obelisco Mausoléu ao Soldado Constitucionalista da Revolução de 1932. A programação de largada começará às 7 horas.

Criada em 2017, a prova é um dos principais eventos temáticos. Afinal, ela homenageia um dos principais heróis dos quadrinhos, que vem encantando gerações há décadas. Um dos segredos do seu sucesso é justamente seu percurso, que consegue ser desafiador sem exigir demais dos participantes. Dessa forma, agrada corredores de diferentes níveis.

As atrações pré e pós-prova, disponíveis na Arena Planeta Diário, montada no Ibirapuera, próximo ao Obelisco, contarão com muito espaço para os diversos serviços oferecidos, complementando a experiência. Ali, os inscritos poderão aproveitar o aquecimento animado, cosplay, ativação de marca dos apoiadores, painel de fotos e curtir a manhã de domingo de forma saudável e divertida.

A entrega do kit de participação será realizada no dia 28 de junho, das 10h às 19h30, no Shopping West Plaza - 3º Piso – Bloco A, próximo ao Game Station, na Av. Francisco Matarazzo, s/n, na Água Branca. É importante lembrar que não haverá entrega de kit de participação no dia do evento e nem após a sua realização.

A 6ª Corrida Superman São Paulo é uma realização e organização da Yescom e da DC Comics e Warner Bros. Entertainment Inc., com patrocínio de Movida, Assaí e RVB, além do patrocínio especial de 3 Corações e PowerAde. O apoio é de Montevérgine, Dois Cunhados, Lindoya, Leão, Cinépolis, Antilhas, Bendita Cânfora, Espaço Laser, Mantiqueira Brasil, West Plaza, Poise e Guarani. O apoio especial é da Prefeitura de São Paulo. Mais informações: www.supermanrun.com.

Governo endurece regras para conter faltas injustificadas de professores

Com o objetivo de combater as faltas injustificadas de professores e evitar prejuízos ao aprendizado dos mais de três milhões de alunos da rede estadual, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) divulgou uma nova resolução que estabelece medidas administrativas para docentes que se ausentarem sem apresentar justificativas legais. A medida foi publicada na sexta-feira (27) no Diário Oficial do Estado.

A decisão foi motivada por um dado preocupante: no primeiro semestre de 2025, 14,32% da carga total de aulas não foram ministradas em função da ausência de professores. Desse total, 33,9% das aulas não dadas ocorreram por ausências não amparadas por atestados médicos, odontológicos ou licenças previstas em lei. Para a Seduc-SP, esse comportamento afeta diretamente a qualidade do ensino e compromete a formação dos estudantes.

A partir de agosto, professores temporários que ultrapassarem 5% de faltas injustificadas em relação à carga horária mensal terão seus contratos encerrados e ficarão impedidos de lecionar até o fim do ano letivo. Já os professores efetivos que atuam no Programa de Ensino Integral (PEI) perderão o direito de participar do programa no ano seguinte, caso descumpram o mesmo limite.

A nova regra vale para todos os professores em atividade na rede estadual. As únicas ausências que não serão contabilizadas são aquelas justificadas por atestados médicos ou odontológicos válidos ou licenças previstas na legislação, como saúde, morte, gestante e prêmio. Os documentos devem ser entregues no dia da falta ou no dia seguinte.

O problema se manifesta em todos os turnos: no período da manhã, a taxa de faltas chegou a 13,19%; à tarde, foi de 14,39%; a situação é mais crítica à noite, período em que o absenteísmo alcançou 20,69%.

Além do impacto direto na aprendizagem dos estudantes, o absenteísmo também gerou um custo estimado de R$ 33,9 milhões aos cofres públicos — valor que considera tanto o pagamento de professores ausentes quanto a contratação de docentes eventuais para substituições entre os meses de fevereiro e abril.

Nova política de controle

Antes da nova regra, não havia um limite formal de ausências para docentes temporários. As faltas implicavam apenas em desconto salarial. Com a nova resolução, a frequência passa a ser monitorada mensalmente, com consequências administrativas para quem ultrapassar o limite estabelecido.

Para os professores efetivos, a resolução nº 95/2024 já previa restrições para a ampliação da jornada de trabalho caso a frequência anual ficasse abaixo de 90%. Agora, com as novas diretrizes, o controle se torna mais rigoroso também entre os temporários, com foco claro na redução das faltas sem justificativa. (Agência Brasil)

Agro impulsiona PIB paulista nos primeiros quatro meses de 2025

A economia no Estado de São Paulo registrou crescimento de 1,9% nos primeiros quatro meses de 2025 em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado, indicaram dados da Fundação Seade. O avanço do Produto Interno Bruto (PIB) paulista no período foi impulsionado pelos setores da agropecuária e serviços, que contaram com altas de 7,8% e 3,1%, respectivamente.

"Com muito trabalho, continuamos avançando positivamente com a economia de São Paulo. O crescimento do PIB paulista nos primeiros quatro meses do ano mostra que estamos na direção certa. Persistiremos neste caminho para que 2025 continue garantindo muitas oportunidades para os paulistas no mercado de trabalho e para quem deseja empreender em nosso estado, com mais atração de investimentos", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

No acumulado dos últimos 12 meses, comparados aos 12 meses imediatamente anteriores, o PIB paulista cresceu 3,0%. Neste recorte, o destaque foi para o setor de serviços, que avançou 3,5%, seguido pela indústria, com crescimento de 0,8%. Já na comparação com abril de 2024, o indicador avançou 0,1% em abril deste ano./ (Governo de SP)

Governo amplia programa de enfrentamento às drogas

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), inaugurou na sexta-feira (27) duas novas unidades do Espaço Prevenir: uma no Centro Integrado de Cidadania (CIC) Jova Rural, na região norte da capital paulista, e outra no município de Carapicuíba. Com essas inaugurações, o serviço conta com nove unidades desde o início desta gestão, sendo três em 2025.

"Estamos preparados para cuidar das pessoas. O Prevenir tem como objetivo evitar ou minimizar recaídas, com apoio psicológico, social e legal, incluindo para as famílias. Todos esses serviços ajudam as pessoas a conquistarem a porta de saída, para que elas possam ter independência e autonomia para arrumar emprego ou fazer cursos de qualificação. Tudo para que possam criar suas próprias jornadas e seguir adiante", afirmou o vice-governador Felicio Ramuth.

Para a implantação da unidade no CIC Jova Rural foram investidos R$ 650 mil, com custeio mensal de R$ 50 mil. Assim como as demais unidades da rede, cada espaço tem capacidade para atender 200 pessoas por mês, ampliando significativamente o alcance dos serviços de prevenção ao uso de drogas no estado.

O CIC Jova Rural é um serviço da Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania que agora passa a contar com este importante equipamento de apoio.

O Espaço Prevenir é uma iniciativa inédita desta gestão que conta com equipe interdisciplinar especializada para fortalecer vínculos familiares, criar redes de apoio e cuidado, além de auxiliar na recuperação e prevenção de recaídas de pessoas com transtornos por uso de substâncias psicoativas.

"O governo do Estado de São Paulo tem feito o enfrentamento à dependência química de forma intersetorial e integrada. Saúde, segurança, assistência, mas especialmente essa união de esforços com o município é que faz com que as políticas deem certo. O espaço se propõe à acolhida, a uma escuta qualificada e especialmente, ao trabalho de prevenção", diz a secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Andrezza Rosalém.

Entre os serviços oferecidos estão dinâmicas psicossociais, terapias individuais e em grupo, programas culturais e de lazer e orientação profissional para inserção no mercado de trabalho.

Expansão da rede estadual

Com as inaugurações da sexta-feira, o Espaço Prevenir está presente em oito municípios paulistas: São Paulo (CIC Campos Elíseos e CIC Jova Rural), Carapicuíba, Bauru, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

A expansão da rede representa o compromisso do Governo do Estado com o fortalecimento das políticas públicas de prevenção às drogas e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social. (Governo de SP)

SP entrega embarcação modernizada para a Travessia Santos/Guarujá

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) do Estado de São Paulo, por meio da Subsecretaria de Logística e Transportes, dá mais um passo no programa de modernização do sistema de travessias litorâneas. Desde a sexta-feira (27), os cerca de 27 mil usuários diários da Travessia Santos/Guarujá passam a contar com a FB-16, ferry boat totalmente reformado e pronto para operar com mais segurança, eficiência e conforto.

Com a entrega da FB-16, o Governo de São Paulo atinge a marca de 19 embarcações modernizadas e em operação no sistema de travessias litorâneas — resultado de mais de dois anos de esforços contínuos para aprimorar a qualidade do serviço. Com um investimento de mais de R$ 4,7 milhões, a embarcação passou por uma modernização completa, incluindo reforço estrutural, renovação dos sistemas hidráulico e elétrico, nova pintura, atualização dos equipamentos de segurança e ampliação do convés em 1,5 metro. A intervenção aumentou a capacidade de transporte de veículos, de 10 para 15.

A reforma também contemplou melhorias no sistema de propulsão, com redução no consumo de combustível e ganhos em eficiência, segurança e conforto para os passageiros. A Travessia Santos/Guarujá é uma das maiores do mundo em volume de veículos, com média diária superior a 20 mil. O sistema conta com duas linhas de navegação: uma mista — que atende pedestres, ciclistas e veículos — e outra exclusiva para veículos.

"O Governo de São Paulo avança com determinação na transformação do sistema de travessias litorâneas, consolidando um modelo de transporte público mais moderno, seguro e eficiente. A entrega da FB-16 representa mais um passo concreto nesse compromisso. Com o reforço da frota, ampliamos a capacidade operacional e promovemos melhores condições de mobilidade para os milhares de paulistas que utilizam esse serviço diariamente. Nosso foco está na qualidade, sustentabilidade e agilidade na resposta às demandas da população", destaca Denis Gerage Amorim, subsecretário de Logística e Transportes da Semil.

As iniciativas integram o robusto programa estadual de modernização das travessias litorâneas, que já investiu mais de R$ 200 milhões desde 2023 na renovação de embarcações e na requalificação da infraestrutura dos terminais. O plano prevê a entrega contínua de embarcações modernizadas e a realização de obras estratégicas, com foco na ampliação da capacidade do sistema e na melhoria da experiência dos usuários.

Entre as ações mais recentes, a Semil entregou, em 23 de maio, as obras de modernização da estação de passageiros da travessia São Sebastião–Ilhabela, no Litoral Norte. Com investimento de R$ 969 mil, o terminal foi completamente renovado, com melhorias estruturais e elétricas focadas na qualificação do atendimento a pedestres, ciclistas e motoristas.

Um dia antes, em 22 de maio, a Pasta colocou em operação uma embarcação reformada para a travessia entre Cananéia e Ilha Comprida, no Vale do Ribeira. O ferry-boat FB-12, com capacidade para 21 veículos e 172 pedestres, recebeu aporte de R$ 3,5 milhões em um processo de modernização abrangente, que contemplou serviços em aço e fibra de vidro, revisão dos sistemas hidráulico, mecânico e elétrico, além de pintura, atualização dos equipamentos de segurança e renovação dos motores e geradores de propulsão.

Em 2 de maio, três embarcações reformadas passaram a reforçar as travessias entre Santos–Guarujá e Santos–Vicente de Carvalho. Com investimento de R$ 20,8 milhões, as unidades passaram por um processo completo de modernização, com foco em segurança e eficiência. As melhorias ampliam a capacidade operacional do sistema, permitindo que as embarcações atuem conforme a demanda. A FB-18, com capacidade para 32 veículos e 244 pedestres, está em operação na travessia Santos–Guarujá. Já as lanchas LS-02 e LS-05, com capacidade para 370 e 450 pedestres, respectivamente, atendem o trajeto entre as estações Praça da República e Vicente de Carvalho.

Já em 11 de março, foi concluída a reforma do ferry-boat FB-30, que agora opera na travessia São Sebastião/Ilhabela. Com um investimento de R$ 8,3 milhões, a embarcação passou por melhorias estruturais e tecnológicas, proporcionando mais segurança e conforto aos passageiros.

Poucos dias antes, em 28 de fevereiro, a Baixada Santista recebeu duas novas embarcações para a travessia entre Santos e Guarujá. Com um investimento de R$ 14,4 milhões, as embarcações FB-10 e FB-15 foram modernizadas e voltaram a operar, atendendo uma grande demanda na região.

A Estação de Passageiros Praça da República, em Santos, também passou por uma reforma, concluída em 18 de fevereiro. Com investimento de R$ 8,2 milhões, a obra priorizou a recuperação estrutural e a ampliação da acessibilidade.

Outro reforço importante na frota ocorreu em 12 de fevereiro, quando foi entregue uma nova balsa para reforçar a operação da travessia Bertioga/Guarujá, a embarcação Rainha dos Valadares. Com capacidade para 27 veículos e 100 passageiros, a nova balsa amplia a capacidade do sistema, que agora conta com três embarcações para atender a demanda dessa travessia.

Na cidade de Guarujá, a Estação Vicente de Carvalho também passou por melhorias significativas. Entre 2023 e 2024, foram investidos R$ 14,9 milhões na construção de um novo flutuante, na readequação da acessibilidade e na modernização do sistema de combate a incêndio.

Além das reformas físicas e da renovação das embarcações, o programa inclui iniciativas tecnológicas para otimizar a operação do sistema. Entre elas estão a instalação de uma balança de pesagem de caminhões na travessia São Sebastião/Ilhabela, para controle da carga transportada, e a implantação de um serviço de apoio à gestão do tráfego, voltado à organização das filas de embarque e desembarque em travessias com alto fluxo. Juntas, essas iniciativas somam mais de R$11,3 milhões em investimentos.

Em mais um passo rumo à modernização completa do sistema, o Governo de São Paulo publicou, em 13 de junho, o edital da Concorrência Internacional nº 05/2025, referente à concessão patrocinada das travessias litorâneas. A iniciativa, autorizada por lei sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas em abril, prevê investimentos privados da ordem de R$ 2 bilhões. O projeto abrange 14 rotas estratégicas, entre elas Santos–Guarujá, São Sebastião–Ilhabela e conexões no Vale do Ribeira, Litoral Norte, Região Metropolitana e Reservatório de Paraibuna. A proposta inclui a renovação da frota com embarcações elétricas, melhorias nos terminais e adoção de novas tecnologias, promovendo um serviço mais sustentável, eficiente e seguro. A entrega dos envelopes está marcada para 13 de outubro de 2025. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Terminado o 1º semestre do 1º ano do mandato de vereadores e vereadoras que se reelegeram ou se elegeram pela 1ª vez, uma coisa não mudou. Cristãos e cristãs [católicos e pré ou pós-protestantes] seguem tendo que honrar a DEUS

.

PREFEITURA (São Paulo)

Terminado o 1º semestre do 2º mandato do cristão [católico] Ricardo Nunes (MDB), uma coisa não mudou. Cristãos e cristãs ... também pré ou pós-protestantes demais prefeitos e prefeitas] seguem tendo que honrar a DEUS

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Terminado o 1º semestre do 3º ano do mandato de deputados e deputadas [reeleitos(as) ou eleitos(as) pela 1ª vez], uma coisa não mudou. Cristãos e cristãs [católicos e pré ou pós-protestantes] seguem tendo que honrar a DEUS

.

GOVERNO (São Paulo)

Terminado o 1º semestre do 3º ano do 1º mandato do cristão [católico] Tarcísio Freitas (Republicanos), uma coisa não mudou. Cristãos e cristãs ... também pré ou pós-protestantes demais governadores(as)] seguem tendo que honrar a DEUS

.

CONGRESSO (Brasil)

Terminado o 1º semestre do mandato de parte de 81 senadores(as) e a totalidade de 513 deputados(as), uma coisa não mudou pra 18 a deputados(as) 'nomeados' que forem cristãos e cristãs. Todos seguirem tendo que honrar a DEUS

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Terminado o 1º semestre do 3º ano do 3º mandato dos cristãos [católicos] Lula da Silva (dono do PT) e o vice Geraldo Alckmin (ex-PSDB ... agora sócio preferencial no PSB), uma coisa não mudou. Ambos seguirem tendo que honrar a DEUS

.

JUSTIÇAS **(Brasil)**

Terminada a votação [no Supremo por 8 x 3 votos], impondo obrigações às plataformas [big techs] de removerem conteúdos [contrários à democracia]. Segundo a Literatura Bíblica, somente o Cristo [na parede do Supremo] realiza a Justa Justiça

.

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - " Guardei no coração a tua palavra para não pecar contra ti" **Salmos 119.11**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Dívida Pública sobe 0,71% em maio e aproxima-se de R$ 7,7 trilhões

Impulsionada pelos juros, a Dívida Pública Federal (DPF) aproxima-se de R$ 7,7 trilhões. Segundo números divulgados na sexta-feira (27) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 7,617 trilhões em abril para R$ 7,67 trilhões no mês passado, alta de 0,71%.

Em junho do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R$ 7 trilhões. Mesmo com a alta em maio, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no início de fevereiro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R$ 8,1 trilhões e R$ 8,5 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 0,7%, passando de R$ 7,31 trilhões em abril para R$ 7,361 trilhões em maio. No mês passado, o Tesouro resgatou R$ 25,03 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis atrelados ao índice de preços. No entanto, a dívida interna subiu por causa da apropriação de R$ 75,86 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 15% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 108,5 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em maio de títulos vinculados à inflação, os resgates somaram R$ 183,52 bilhões.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 0,99%, passando de R$ 306,13 bilhões em abril para R$ 309,17 bilhões em maio. O principal fator foi a alta de quase 1% do dólar no mês passado.

Colchão

Após uma alta em abril, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a cair em maio. Essa reserva passou de R$ 904 bilhões em abril para R$ 861 bilhões no mês passado, chegando ao maior nível desde agosto.

O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi o resgate líquido (resgates menos emissões) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 8,77 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,229 trilhão em títulos federais.

Composição

Com o forte vencimento de títulos corrigidos pela inflação, a composição da DPF mudou. A fatia de títulos corrigidos por índices de preços recuou, passando de 28,46% para 26,64%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 24% e 28%.

A participação dos papéis prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) subiu de 20,23% em abril para 21,1% em maio. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 19% e 23%.

Normalmente, os papéis prefixados indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeriam a administração da dívida do governo.

A proporção dos papéis atrelados à Selic subiu de 47,3% em abril para 48,25% em maio. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 48% e 52%. Esse papel está atraindo o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Taxa Selic.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública oscilou de 4,01% para 4,02%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2025, entre 3% e 7%.

Prazo

O prazo médio da DPF subiu de 4,17 para 4,20 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública.

Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

Detentores

As instituições financeiras seguem como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 30,1% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 23,6%, e os fundos de investimento, com 22,4%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com a instabilidade no mercado externo, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu de 9,7% em abril para 9,9% em maio. Em novembro do ano passado, o percentual estava em 11,2% e tinha atingido o maior nível desde abril de 2018, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública também estava em 11,2%. Os demais grupos somam 14% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agência Brasil)

Tesouro Direto recebeu investimentos de 6,86 bilhões

Os investimentos em títulos do Tesouro Direto somaram R$ 6,86 bilhões em maio deste ano, segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional na sexta-feira (27). Por outro lado, foram resgatados R$ 3,23 bilhões, o que resultou em um saldo (emissão líquida) de R$ 3,62 bilhões.

No mês anterior, tinham sido registrados R$ 7,09 bilhões em investimentos e R$ 2,87 bilhões em resgates, ou seja, uma emissão líquida de R$ 4,23 bilhões.

Em maio, os principais investimentos foram em títulos indexados à Selic, a taxa básica de juros, que correspondeu a 53% do total. Em seguida, aparecem os títulos indexados à inflação, com 35,2%, e os prefixados (11,8%).

Em relação ao prazo de emissão, 41,3% dos investimentos corresponderam a títulos com prazo de vencimento entre 1 e 5 anos, 39,7% a títulos com prazo entre 5 e 10 anos e 18,9% àqueles com vencimentos acima de 10 anos.

Foram realizadas 823,9 mil operações de venda de títulos a investidores, dos quais 79,3% investiram até R$ 5 mil. O valor médio por operação, neste mês, foi de R$ 8.324,32.

Entre os resgates, a maior parte deles (92%) foi por meio de recompras, enquanto 8% foram referentes aos vencimentos do mês.

O estoque do Tesouro Direto alcançou um montante de R$ 176,1 bilhões em maio, ou seja, 3,1% acima de abril (R$ 170,9 bilhões) e 26,1% superior a maio de 2024 (R$ 139,6 bilhões).

Os títulos de 1 a 5 anos compõem mais da metade (51,2%) do estoque do Tesouro Direto. Em segundo lugar aparecem aqueles com prazo entre 5 e 10 anos (25,9%) e os títulos com vencimento acima de 10 anos (16,4%). Aqueles com vencimento até 1 ano representam apenas 6,5%.

O número de investidores ativos chegou a 3,01 milhões, um aumento de 15,1% nos últimos doze meses. No mês, foram 30 mil novos investidores. (Agência Brasil)

Desemprego recua para 6,2% em maio, o menor para o período desde 2012

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em maio de 2025 ficou em 6,2%. Esse patamar é o menor registrado para o período desde o início da série histórica, iniciada em 2012. Além disso, fica "extremamente próximo" do menor índice já apurado, 6,1%, marca alcançada no trimestre terminado em novembro de 2024.

Os dados foram divulgados na sexta-feira (27) pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No trimestre anterior, encerrado em fevereiro, a taxa era de 6,8%. Já no mesmo período do ano passado, 7,1%.

Além de ser recorde para o período, o IBGE aponta que outros dados da pesquisa são também os melhores já registrados, como o patamar de empregados com carteira assinada, o rendimento do trabalhador, a massa salarial do país e o menor nível de desalentados - pessoas que, por desmotivação, sequer procuram emprego - desde 2016.

A desocupação de 6,2% no trimestre representa 6,8 milhões de pessoas. Esse contingente fica 12,3% abaixo do apurado no mesmo período do ano passado, ou seja, redução de 955 mil pessoas à procura de emprego. O Brasil terminou o período com 103,9 milhões pessoas ocupadas, alta de 1,2% ante o trimestre anterior.

Mercado aquecido e resistente

De acordo com o analista da pesquisa William Kratochwill os dados mostram a economia aquecida, resistente a questões externas do mercado do trabalho. Segundo ele, as informações retratam que efeitos da política monetária (juro alto) não afetou o nível de emprego.

"Observando os dados, está claro que o mercado de trabalho continua avançando, resistindo", disse a jornalistas.

Ele acrescenta que é esperado para os trimestres mais próximos do fim do ano novos recuos na taxa de desocupação, mas que isso depende de medidas do poder público.

"Como estamos com economia aquecida, o que vem pela frente vai depender muito das políticas econômicas", aponta.

Desde setembro do ano passado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) tem mantido trajetória de alta da taxa básica de juros da economia, a Selic, de forma a conter a inflação, que está acima da meta do governo. A inflação oficial acumula 5,32% em doze meses, acima da meta, que tem tolerância até 4,5%.

O juro mais alto – atualmente em 15% ao ano - encarece o crédito, de forma que desestimula o consumo e investimentos produtivos, o que tende a, por um lado, frear a inflação; por outro, desaquecer a economia e o nível de emprego.

Carteira assinada

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal. Só é considerada desocupada a pessoas que efetivamente procura emprego.

O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado foi recorde: 39,8 milhões, apontando crescimento de 3,7% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

O IBGE estima que a taxa de informalidade – proporção de trabalhadores informais dentro do total de ocupados – ficou em 37,8%. São 39,3 milhões de informais. Esse nível de taxa fica abaixo da registrada no trimestre anterior (38,1%) e do mesmo período do ano passado (38,6%).

De acordo como IBGE, além da estabilidade no contingente de trabalhadores sem carteira assinada (13,7 milhões), ajudou a diminuir a taxa de informalidade a alta de 3,7% do número de trabalhadores por conta própria com CNPJ (mais 249 mil).

O Brasil fechou março com 26,1 milhões de trabalhadores por conta própria, o maior contingente já registrado. Dessa forma, de todos os ocupados, 25,2% são por conta própria. Dentro desse universo, 26,9% são formalizados com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

"As pessoas percebem o mercado favorável, com mais pessoas trabalhando. Se ela não encontrou trabalho como empregado, ela percebe que existe a possibilidade de um trabalho autônimo e entra no mercado. Muitas vezes, com aquecimento da economia, essa pessoa sente necessidade de se formalizar", analisa Kratochwill.

Menos desalentados

A pesquisa revela que o número de trabalhadores desalentados foi de 2,89 milhões de pessoas, o menor desde 2016. De acordo com William Kratochwill, a queda pode ser explicada pela melhoria consistente das condições do mercado de trabalho. "O aumento da ocupação gera mais oportunidades, percebidas pelas pessoas que estavam desmotivadas", diz.

De todas as atividades pesquisadas, o IBGE identificou que apenas o grupo administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais teve crescimento no número de ocupados (+3,7% ante o trimestre encerrado em fevereiro).

De acordo com o analista, isso tem a ver com características do período, marcado pelo início do ano letivo. "Incentiva a contratação no setor público, tanto professores como outros profissionais que dão suporte, como cozinheiros", explica.

O rendimento médio do brasileiro foi recorde, alcançando R$ 3.457. O valor é 3,1% superior quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. A massa de rendimentos - total de salários recebido pelos brasileiros – também foi a maior registrada, atingindo R$ 354,6 bilhões, dinheiro na mão dos trabalhadores, que pode ser usado para movimentar a economia ou poupança.

O mercado formal aquecido levou ao recorde no número de pessoas contribuintes para instituto de previdência, que alcançou 68,3 milhões de pessoas. (Agência Brasil)

Juros do cartão de crédito sobem a 449,9% ao ano

Os juros médios cobrados em maio pelas empresas de cartão de crédito rotativo estão mais altos no Brasil, enquanto os do cheque especial e do crédito consignado caíram. É o que informam as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas na sexta-feira (27) pelo Banco Central (BC).

De acordo com o BC, em maio, os juros médios dos cartões de crédito rotativo chegaram a 449,9% ao ano, o que representa alta de 5,7 pontos percentuais (p.p.), na comparação com o mês anterior (444,2%).

A cobrança do rotativo é feita quando o valor total da fatura não é pago até a data de vencimento do cartão de crédito, levando o cliente a ter de parcelar o que é devido.

Já os juros médios cobrados pelo cheque especial ficaram em 134,7% ao ano. Em abril, a taxa estava 2,7 p.p. abaixo da observada em maio (137,4%).

Consignado

Outra modalidade de crédito que tem sido muito usada pelos brasileiros é a do consignado. Segundo o BC, no mês de maio houve queda de 0,4 p.p. na modalidade, na comparação com o mês anterior, ficando em 26,5% (consignado total).

No caso do consignado cobrado em maio na folha de servidores públicos (mais barato em função das garantias dadas pela estabilidade no emprego), os juros cobrados ficaram em 24,8% ao ano. Para o consignado dos trabalhadores do setor privado, o percentual sobe para 55,6% ao ano.

Nos consignados adquiridos por beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o juro cobrado estava em 24,3%, também tendo como maio como mês de referência. (Agência Brasil)

IGP-M recua 1,67% em junho, o menor em dois anos

Depois de ter diminuído em maio (-0,49%), o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), também conhecido como inflação do aluguel, recuou mais 1,67% em junho. Essa deflação no mês, isto é, queda média dos preços, é a maior desde junho de 2023 (-1,93%). Os dados foram divulgados na sexta-feira (27), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

No acumulado de 12 meses, o índice soma 4,39%, o menor desde agosto de 2024 (4,26%). Em março de 2025, o patamar chegou a 8,58%, apontando tendência de redução da inflação.

IGP-M acumulado em 12 meses, mostra que em março, o índice ficou em 8,58; em abril, 8,50%; no mês de maio o índice foi 7,02% e em junho, 4,39%.

A FGV leva em conta três componentes para apurar o IGP-M. O maior peso é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a inflação sentida pelos produtores e responde por 60% do IGP-M cheio. Dentro do IPA, o item que mais ajudou a derrubar a inflação de junho foi produtos agropecuários, com recuo de 4,48%.

Individualmente no IPA, as maiores influências negativas foram o minério de ferro (-4,96%), milho em grão (-16,93%) e o café em grão (-11,01%).

Outro componente do IGP-M é o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que responde por 30% do IGP-M. Dentro dessa análise do consumo das famílias, os alimentos foram protagonistas para pressionar a inflação para baixo. Com deflação de 0,19% no mês, foi o único dos oito grupos apurados a apresentar preços mais baixos na passagem de maio para junho.

O economista do FGV Ibre Matheus Dias, atribui a queda ao comportamento da safra no campo, que deve ser recorde. "O avanço das safras tem alimentado expectativas de maior oferta, pressionando os preços para baixo tanto ao produtor quanto no varejo", afirma.

Ajudaram a baixar o IPC no mês os preços do tomate (-7,20%), ovos (-7,60%), arroz (-3,78%) e mamão papaya (-11,28%).

O terceiro componente medido pela FGV é o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que subiu 0,96% no mês. A pressão de alta veio do custo da mão de obra (2,12%). "Em função dos reajustes salariais recentes", explica Dias. Já o grupo materiais, equipamentos e serviços subiu 0,13%.

O IGP-M é conhecido como inflação do aluguel porque o acumulado de 12 meses costuma ser base para cálculo de reajuste anual de contratos imobiliários. Além disso, o indexador é utilizado para reajustar algumas tarifas públicas e serviços essenciais. (Agência Brasil)

Aeroporto Santos Dumont ficará fechado durante cúpula do Brics

A cúpula do Brics, que será realizada no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de julho, provocará a suspensão de pousos e decolagens no Aeroporto Santos Dumont, no centro da cidade.

Os voos que chegam e partem do aeroporto doméstico serão transferidos para o Aeroporto Internacional Tom Jobim/Galeão, nos dois dias do evento. O Brics é um grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A reunião de cúpula de chefes de governo dos 11 países-membros do grupo será realizada no Museu de Arte Moderna (MAM), que fica a 350 metros do Santos Dumont.

A transferência dos voos será necessária porque o Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica (Dcea) definiu uma área de exclusão aérea, com a proibição de sobrevoo de aeronaves em um raio de 10 quilômetros em torno do local do evento, por motivos de segurança.

Será permitida apenas a operação de aeronaves que transportem chefes de governo e de Estado envolvidos no evento, os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), da Câmara e do Senado, ministros de estado, o governador do Rio e o prefeito carioca. Também poderão sobrevoar a área aeronaves militares envolvidas na operação do Brics, de busca e salvamento e de órgãos de segurança pública.

A companhia aérea Azul divulgou uma nota informando que as restrições ao Santos Dumont também afetarão as operações da empresa no aeroporto nos dias 5 e 8 de julho. (Agência Brasil)

Visite nosso site:
www.jornalodiasp.com.br

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROJETO IMOBILIÁRIO E 44 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 23.474.311/0001-98 - NIRE nº 35.229.529.894

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 10:45h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 100.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 1.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 99.000,00 com o cancelamento de 99.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 52 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 23.843.130/0001-91 - NIRE 35229641333

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas. Totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 15.202.295,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 10.847.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 4.355.295,00 com o cancelamento de 4.355.295 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 56 SPE LTDA.

CNPJ/MF n° 26.239.536/0001-58 - NIRE 35.230.110.206

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 09:15h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47 neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP/SP, e CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 14.075.615,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 2.894.966,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 11.180.649,00 com o cancelamento de 11.180.649 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah -** Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 62 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 29.183.397/0001-86 - NIRE 35.235.136.211

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 15:30h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47 neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 8.341.343,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 3.390.343,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 4.951.000,00 com o cancelamento de 4.951.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 69 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 30.245.665/0001-26 - NIRE 35.235.232.695

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/05/2025, às 08h na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, decidiram: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 1.000.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 100.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 900.000,00, cancelamento de 900.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah -** Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 74 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 29.732.566/0001-90 - NIRE 35.235.182.647

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 09:40h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 5.075.500,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 3.875.500,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 1.200.000,00 com o cancelamento de 1.200.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 77 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 32.310.185/0001-27 - NIRE 35.235.420.050

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 12h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 3.029.946,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 479.946,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 2.550.000,00 com o cancelamento de 2.550.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 79 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 33.579.842/0001-07 - NIRE 35.235.522.073

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 09:25h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 8.423.720,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 175.720,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 8.248.000,00 com o cancelamento de 8.248.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 93 SPE LTDA.

CNPJ nº 36.571.227/0001-34 - NIRE 35235926701

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 10:20h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensadas por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Seretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 11.661.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 8.423.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 3.238.000,00 com o cancelamento de 3.238.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas cancelada. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 94 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 36.571.325/0001-71 - NIRE 35.235.926.743

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 09:05h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** Sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 15.470.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 1.967.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 13.503.000,00 com o cancelamento de 13.503.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah -** Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 940.106 em 29 de novembro de 2024 a requerimento de MALUSA PATRIMONIAL EIRELI, com sede nesta Capital, na Rua Nair Marchio Marasco nº 100, bairro COHAB Bom Jesus, Jardinópolis, cep 14680-000, inscrita no CNPJ nº 20.962.597/0001-62, representada por seu administrador, Mário José Antunes, devidamente qualificado no ata notarial, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores e aos proprietários tabulares HÉLCIO LOBO CAMPANHOLE, solteiro, maior, engenheiro, RG nº 4.429.309 e CPF nº 618.752.018 e ADRIANO CAMPANHOLE, jornalista, RG nº 406.352 e sua mulher DINORAH LOBO CAMPANHOLE, do lar, RG nº 2.712.091 e CPF em comum nº 002.649.708, casados no regime da comunhão de bens, qualificados na matrícula, como residentes na Rua Oscar Freire nº 2.136 e seus herdeiros, HÉLCIO LOBO CAMPANHOLE, já qualificado e CYRO HERBET LOBO CAMPAGNOLA e HILTON LOBO CAMPANHOLE, cujas qualificações não possuímos, tendo as notificações voltado negativo, requer a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre o apartamento nº 74 e box nº 16-tipo 2 do Edifício Maison Loire, bloco B, situado na Alameda dos Arapanés nº 725, respectivamente qualificados nas matrículas nºs 13.717 e 13.718, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há 15 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º e 16 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 11 de junho de 2025.**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1008866-10.2024.8.26.0011. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Fundação Antonio Prudente. Requerido: Luisa Virginia Claure Suarez. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1008866-10.2024.8.26.0011**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 26ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). DANIEL LUCIO DA SILVA PORTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Luisa Virginia Claure Suarez (CPF. 106.340.671-41), que Fundação Antônio Prudente, instituição filantrópica mantenedora do A. C. Camargo Câncer Center lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 98.166,53 (maio de 2024), decorrente da prestação de serviços médico-hospitalares, representada pelos Recibos Provisórios de Serviços nºs NF 718283 (R$ 74.588,87), NF 718551 (R$ 60.801,58) e NF 718552 (R$ 25.016,39). Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de junho de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1024624-30.2022.8.26.0001. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Maria Angela da Penha Rodrigues e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1024624-30.2022.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) LUIZA APARECIDA DA PENHA GOUVEA RODRIGUES, CPF 21785995839, e MARIA ANGELA DA PENHA RODRIGUES, CPF 26692444837, que Hospital São Camilo - Unidade Santana lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 8.579,36 (julho de 2022), decorrente da prestação de serviços médico hospitalar, RPS n°s 182153 e 185286. Estando as requeridas em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, as requeridas serão consideradas revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de Junho de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1130141-81.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Evandro Lambert De Faria, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Maria de Lourdes Micheline Pavão, Antonio Pavão, João Pavão, José Pavão, Alzira Pavão da Fonte, Palmira Pavão Di Sessa, Maria Pavão dos Reis, Tereza Clara Lopes Pavao, Iracema de Castro Pavão, Luciano Gomes da Fonte e Paschoal Di Sessa, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Cristiane Angelica dos Reis ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado á Rua Emília Marengo, n° 297, Apartamento n° 02-C, Vila Regente Feijó, São Paulo-SP, CEP: 03336-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N - 27 e 28

PROJETO IMOBILIÁRIO DI 10 SPE LTDA.

CNPJ/ME nº 38.095.932/0001-38 - NIRE 35236247459

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 09:10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** Sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 12.037.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 1.000.000,00, sendo, portanto, uma redução de R$ 11.037.000,00 com o cancelamento de 11.037.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah -** Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO DI 3 LTDA.

CNPJ/ME nº 37.265.165/0001-03 - NIRE 35236043284

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 10:30h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 1.647.000,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 300.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 1.347.000,00 com o cancelamento de 1.347.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 23 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 19.580.883/0001-84 - NIRE 35.228.147.718

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 09:35h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47 neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 6.188.576,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 1.488.576,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 4.700.000,00 com o cancelamento de 4.700.000 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 31 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 19.968.576/0001-75 - NIRE: 35.228.275.902

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS EM 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 09:20h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 5.845.548,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 1.000.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 4.845.548,00 com o cancelamento de 4.845.548 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
COOPER ON COOPERATIVA DE TRANSPORTES
CNPJ nº 52.529.987/0001-30

A **COOPER ON COOPERATIVA DE TRANSPORTES**, inscrita no CNPJ sob o nº 52.529.987/0001-30, estabelecida na cidade de São Paulo/SP, por meio de sua presidência, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca todos os cooperados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 11 de Julho de 2025, na sede da cooperativa, situada na Rua Sebastião Advincula da Cunha, 84 CEP 05856-140, Jardim Eledy, às 08h00 em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; às 09h00 em segunda convocação, com a presença da maioria absoluta dos cooperados; ou, às 10h00 em terceira convocação, com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do Dia:
- Alteração do Estatuto Social para adequação da cláusula referente ao avalista solidário;
- Deliberação sobre pedido de desligamento formal de cooperada;
- Deliberação sobre ingresso de novo cooperado para ocupação de cargo vago;
- Deliberação sobre exclusão de cooperados por descumprimento do artigo 7º, item "c" do Estatuto Social.

São Paulo, 26 de junho de 2025.
Nair Nice de Carvalho
Presidente da Cooper On Cooperativa de Transportes

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, VANESSA RONIE DOS SANTOS, brasileira, solteira, maior, analista de sistemas, RG nº 256031629-SSP/SP, CPF nº 121.842.027-89, domiciliada em Diadema/SP, residente na Rua Alzira nº 189, fundos, Centro, fica intimada a purgar a mora referente a 31 (trinta e um) prestações em atraso, vencidas de 18/11/2022 a 18/05/2025, no valor de R$32.757,88 (trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais, e oitenta e oito centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$32.844,83 (trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais, e oitenta e três centavos), que atualizado até 16/09/2025, perfaz o valor de R$36.445,36 (trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais, e trinta e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia o imóvel localizado na Rua Professor Arnaldo João Semeraro nº 580, apartamento nº 1008, localizado no 10º pavimento do da Torre 01 do empreendimento denominado Vivaz Sacomã, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 1049 na matrícula nº 190.030, transportada pela Av.1 na matrícula nº 243.787. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 09 de junho de 2025. O Substituto.

TSE S.A.

CNPJ/MF nº 15.563.826/0001-36 - NIRE: 3530063447-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local. Realizada em 19.06.2024, às 21:00 horas, na (i) sede da **TSE S/A**, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1 Andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-911 ("Companhia"), e (ii) na plataforma Microsoft Teams, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e Presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada posteriormente ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**. Sr. **Hideo Sato**, como Presidente da Mesa, e Sra. **Sandra Pereira Zampieri**, como Secretária. **4. Ordem do Dia**. Deliberar sobre: **(i)** o aumento de capital social por meio da emissão de novas ações preferenciais, com os mesmos direitos e preferências estabelecidos para as ações preferenciais da Companhia já emitidas, incluindo com direito de voto; **(ii)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a reforma e consolidação do Estatuto Social, para esclarecer que as assembleias gerais de acionistas da Companhia podem ser realizadas eletronicamente; e **(iv)** a autorização para que a administração da Companhia possa praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação e implementação das deliberações que sejam tomadas. **5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: **5.1.** O aumento do capital social da Companhia, que passará dos atuais R$ 38.904.967,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais) para R$ 38.904.968,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais), mediante a emissão de 179.275.585 (cento e setenta e nove milhões, duzentas e setenta e cinco mil, quinhentas e oitenta e cinco) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com os mesmos direitos e características aplicáveis às ações preferencias de emissão da Companhia atualmente existentes, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada. O valor de R$ 179.275.584,00 (cento e setenta e nove milhões e duzentos e setenta e cinco mil e quinhentos e oitenta e quatro reais), correspondente à diferença entre o preço de emissão agregado das ações ora emitidas e o valor do aumento de capital social, será destinado à conta de reserva de capital da Companhia. Nos termos do Boletim de Subscrição que consta como **Anexo I** a esta ata, as ações preferenciais de emissão da Companhia ora emitidas foram subscritas e integralizadas em sua totalidade pela acionista **TS Participações e Investimentos S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.284.980/0001- 79 ("TSPI"), mediante conversão de um AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) já pago por TSPI contra a Companhia no mesmo montante. Ainda, a **Estaleiros do Brasil Ltda.**, na qualidade de única outra acionista da Companhia, renuncia, em caráter irrevogável e irretratável, seu direito de preferência na subscrição das novas ações preferenciais emitidas no âmbito do aumento de capital ora aprovado. A consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social da Companhia, de modo que o caput do Artigo 5º passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 38.904.968,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais), dividido em **(i)** 38.904.966 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e seis) ações ordinárias; e **(ii)** 329.275.585 (trezentos e vinte e nove milhões, duzentas e setenta e cinco mil, quinhentas e oitenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal."* Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar conforme o **Anexo II** do presente documento. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas acima. **6. Forma Sumária**. Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento.** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 19.06.2024. Mesa: **Hideo Sato -** Presidente, **Sandra Pereira Zampieri -** Secretária. Acionistas: **TS Participações e Investimentos S/A,** Por: Masayuki Yoshizawa Cargo: Diretor, Por: Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima Cargo: Diretor. **Estaleiros do Brasil Ltda. -** Por: Wataru Nosaka, Cargo: Diretor, Por: Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima Cargo: Diretor. **JUCESP** nº 265.144/24-3 em 12/07/2024. **Maria Cristina Frei -** Secretária Geral.

PROJETO IMOBILIÁRIO E 43 SPE LTDA.

CNPJ/MF nº 23.419.881/0001-85 - NIRE 35.229.481.221

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE 30/03/2025

Realizada em 30/03/2025, às 10:40h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada por estar presente a Sócia representando a totalidade do capital social: **Econ Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, CNPJ 35.218.434/0001-47, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social, por seu Administrador, Sr. **Gilberto Farah**, RG 15.391.111-6 SSP-SP, CPF 148.260.358-61. **Mesa:** Presidente: Sr. Gilberto Farah e Secretário: Sr. Fausto Rodrigues Bianco. **Deliberações:** sem qualquer restrição, decidiu: a) autorizar a redução do capital social, por ser excessivo ao objeto da Sociedade, atualmente de R$ 197.567,00, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, para R$ 1.000,00 sendo, portanto, uma redução de R$ 196.567,00 com o cancelamento de 196.567 quotas da Sociedade, e a restituição, à Sócia, observados os respectivos percentuais de participação no capital social, da quantia correspondente ao valor nominal das quotas canceladas. São Paulo, 30/03/2025. **Mesa: Gilberto Farah** - Presidente; **Fausto Rodrigues Bianco** - Secretário.

Goodman Guarulhos Ii Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº. 37.253.276/0001-91 - NIRE 35.300.559.118

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de Julho de 2024

1. Data, Horário e Local: realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de 2024, às 11h30, na sede da Goodman Guarulhos II Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº. 758, 9º andar, sala 20, parte, Itaim Bibi, CEP 04.542-000 ("Assembleia"). **2. Convocação e Presença**: presentes as acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, fica dispensada sua convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das S.A"), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: **Presidente:** Sra. Maria Edith Bertoletti Gambôa; e **Secretária:** Sra. Elisa Ghizzi Lousada. **4. Ordem do Dia**: deliberar sobre: **(a)** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a emissão de 5.000 (cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(b)** a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** a Presidente declarou instalada a Assembleia e, após a discussão das matérias, as acionistas decidiram, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **(a)** aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), **passando** dos atuais R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais), dividido em 52.500 (cinquenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para** R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais), dividido em 57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base no art. 170, §1º, II, da Lei das S.A., neste ato totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Goodman Brazil Logistic Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, mediante capitalização de créditos detidos pela Goodman Brazil Logistic Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia contra a Companhia decorrentes da realização, pelo referido acionista, de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFACs"), nos termos do boletim de subscrição na forma do Anexo I à presente ata. A acionista GBLP Investimentos e Participações S.A. renuncia expressamente, neste ato, qualquer direito de preferência que possua, ou venha a possuir, em relação à subscrição de ações ora deliberada. Dessa forma o *caput* do Artigo 5º do estatuto social passa a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais), dividido em 57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **(b)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo as alterações ora aprovadas nos itens acima, nos termos do Anexo II à presente Ata. **6. Encerramento e Assinaturas**: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 25 de julho de 2024. Mesa: Presidente – Maria Edith Bertoletti Gambôa; Secretária – Elisa Ghizzi Lousada. Acionistas Presentes: Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, neste ato representado por sua gestora Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários S.A., representada por seus Diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa (p.p); e GBLP Investimentos e Participações S.A., representada por seus Diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa (p.p). São Paulo, 25 de julho de 2024. Mesa: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Presidente, Elisa Ghizzi Lousada - Secretária. Acionistas: **Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia -** p. Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários S.A. - p. Maria Edith Bertoletti Gambôa / Marcio Alberto Kamiyama - Cargo: Diretores. **GBLP Investimentos e Participações S.A. -** p. Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários S.A. - p. Maria Edith Bertoletti Gambôa / Marcio Alberto Kamiyama - Cargo: Diretores. JUCESP nº 325.847/24-1 em 30/08/2024.

Goodman Guarulhos II Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 37.253.276/0001-91 - NIRE 35.300.559.118

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de Fevereiro de 2025

1. Data, Horário e Local: realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro de 2025, às 08:30 horas, na sede social da **Goodman Guarulhos II Empreendimentos Imobiliários S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, sala 20, Itaim Bibi, CEP 04.542-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com o disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), conforme evidenciado no Livro de Presença de Acionistas da Companhia arquivado em sua sede. **3. Mesa**: os trabalhos foram presididos pela Sra. **Maria Edith Bertoletti Gambôa** e secretariados pela Sra. **Elisa Ghizzi Lousada**. **4. Ordem do Dia**: deliberar sobre: **(i)** a antecipação da reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; **(ii)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a emissão de 5.000 (cinco mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** em razão da deliberação (iii) acima, a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a autorização para a administração praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações referidas nos itens (i) a (iv) acima. **5. Deliberações**: instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), foram aprovadas, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes matérias: **5.1.** Aprovar a antecipação da reeleição dos seguintes membros da diretoria da Companhia, para um novo mandato de 2 (dois) anos, a partir de 15 de março de 2025, ou seja, até 15 de março de 2027, ou até a data da eleição que os reeleja ou substitua: (i) **Marcio Alberto Kamiyama**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.256.022-7 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 135.527.868-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretor Técnico de Engenharia; (ii) **Paula de Mesquita Tauil**, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.628.375-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 281.599.748-76, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretora Comercial; (iii) **Maria Edith Bertoletti Gambôa**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 55.263.322 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 021.808.077-83, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretora de Operações; e (iv) **Daniel Cornelius Dymphna Peeters**, belga, casado, empresário, detentor do passaporte belga nº ER1183869 e inscrito no CPF/MF sob o nº 717.993.741-06, com endereço comercial na cidade de Vilvoorde, Bélgica, na 50 Medialaan, Código Postal 1800, para o cargo de Diretor Presidente, tendo constituído como sua procuradora a Sra. Maria Edith Bertoletti Gambôa, acima qualificada, nos termos do art. 146, §2º da Lei das S.A.; **5.2.** Os membros da Diretoria ora reeleitos são investidos em seus respectivos cargos a partir de 15 de março de 2025, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, conforme constantes do **Anexo I** à presente ata e arquivados na sede da Companhia, tendo os diretores declarado que, nos termos da legislação aplicável, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.3.** Diante do exposto acima, consolida-se a composição da Diretoria da Companhia da seguinte forma: (i) Diretor Técnico de Engenharia: **Marcio Alberto Kamiyama**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.256.022-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 135.527.868-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; (ii) Diretora Comercial: **Paula de Mesquita Tauil**, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.628.375-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 281.599.748-76, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; (iii) Diretora de Operações: **Maria Edith Bertoletti Gambôa**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 55.263.322 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 021.808.077-83, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; e (iv) Diretor Presidente: **Daniel Cornelius Dymphna Peeters**, belga, casado, empresário, detentor do passaporte belga nº ER1183869 e inscrito no CPF/MF sob o nº 717.993.741-06, com endereço comercial na cidade de Vilvoorde, Bélgica, na 50 Medialaan, Código Postal 1800. **5.4.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, passando o capital social **dos atuais** R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais) **para** R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais), um aumento, portanto, de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a emissão de 5.000 (cinco mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, o qual foi fixado com base no art. 170, §1º, II, da Lei das S.A., neste ato totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Goodman Brazil Logistic Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), mediante a capitalização de créditos detidos pelo FIP contra a Companhia decorrentes da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs"), nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata na forma do **Anexo II**. **5.4.1.** A acionista GBLP Investimentos e Participações S.A., neste ato, renuncia expressamente a qualquer direito de preferência que possua ou possa vir a possuir, em relação à subscrição de ações ora deliberada. **5.5.** Em razão da deliberação no item 5.4. acima, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais), dividido em 67.500 (sessenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **5.6.** Aprovar a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima aprovadas, o qual passará a vigorar com a nova redação do **Anexo III**. **5.7.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, podendo, para tanto, praticar todos os atos, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades necessárias, nos termos e condições aqui previstos. **6. Encerramento e Assinaturas**: nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo – SP, 28 de fevereiro de 2025. **Mesa**: Presidente – Maria Edith Bertoletti Gambôa; Secretária – Elisa Ghizzi Lousada. **Acionistas Presentes**: Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia S.A., neste ato representado por sua gestora Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa; e GBLP Investimentos e Participações S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. Mesa: **Maria Edith Bertoletti Gambôa** - Presidente, **Elisa Ghizzi Lousada** - Secretária. Acionistas presentes: **Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia -** Por: Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários Ltda. - Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora Técnica de Gestão de Carteira e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. **GBLP Investimentos e Participações S.A. -** Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora de Operações e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. Diretores reeleitos: **Marcio Alberto Kamiyama** - Diretor Técnico de Engenharia, **Paula de Mesquita Tauil** - Diretora Comercial, **Maria Edith Bertoletti Gamboa** - Diretora de Operações, **Daniel Cornelius Dymphna Peeters** - Diretor Presidente. JUCESP nº 97.133/25-5 em 27/07/2025.

Goodman Cajamar II Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 35.370.484/0001-45 - NIRE: 35.300.544.02-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de Fevereiro de 2025

1. Data, Horário e Local: realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro de 2025, às 08:00 horas, na sede social da **Goodman Cajamar II Empreendimentos Imobiliários S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 9º andar, sala 21, Itaim Bibi, CEP 04.542-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com o disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), conforme evidenciado no Livro de Presença de Acionistas da Companhia arquivado em sua sede. **3. Mesa**: os trabalhos foram presididos pela Sra. **Maria Edith Bertoletti Gambôa** e secretariados pela Sra. **Elisa Ghizzi Lousada**. **4. Ordem do Dia**: deliberar sobre: **(i)** a antecipação da reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; **(ii)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), mediante a emissão de 210.000 (duzentas e dez mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** em razão da deliberação (iii) acima, a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a autorização para a administração praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações referidas nos itens (i) a (iv) acima. **5. Deliberações**: instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), foram aprovadas, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes matérias: **5.1.** Aprovar a antecipação da reeleição dos seguintes membros da diretoria da Companhia, para um novo mandato de 2 (dois) anos, a partir de 15 de março de 2025, ou seja, até 28 de fevereiro de 2027, ou até a data da eleição que os reeleja ou substitua: (i) **Marcio Alberto Kamiyama**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.256.022-7 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 135.527.868-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretor Técnico de Engenharia; (ii) **Paula de Mesquita Tauil**, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.628.375-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 281.599.748-76, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretora Comercial; (iii) **Maria Edith Bertoletti Gambôa**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 55.263.322 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 021.808.077-83, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretora de Operações; e (iv) **Daniel Cornelius Dymphna Peeters**, belga, casado, empresário, detentor do passaporte belga nº ER1183869 e inscrito no CPF/MF sob o nº 717.993.741-06, com endereço comercial na cidade de Vilvoorde, Bélgica, na 50 Medialaan, Código Postal 1800, para o cargo de Diretor Presidente, tendo constituído como sua procuradora a Sra. Maria Edith Bertoletti Gambôa, acima qualificada, nos termos do art. 146, §2º da Lei das S.A.; **5.2.** Os membros da Diretoria ora reeleitos são investidos em seus respectivos cargos a partir de 15 de março de 2025, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, conforme constantes do **Anexo I** à presente ata e arquivados na sede da Companhia, tendo os diretores declarado que, nos termos da legislação aplicável, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.3.** Diante do exposto acima, consolida-se a composição da Diretoria da Companhia da seguinte forma: (i) Diretor Técnico de Engenharia: **Marcio Alberto Kamiyama**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.256.022-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 135.527.868-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; (ii) Diretora Comercial: **Paula de Mesquita Tauil**, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.628.375-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 281.599.748-76, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; (iii) Diretora de Operações: **Maria Edith Bertoletti Gambôa**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 55.263.322 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 021.808.077-83, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; e (iv) Diretor Presidente: **Daniel Cornelius Dymphna Peeters**, belga, casado, empresário, detentor do passaporte belga nº ER1183869 e inscrito no CPF/MF sob o nº 717.993.741-06, com endereço comercial na cidade de Vilvoorde, Bélgica, na 50 Medialaan, Código Postal 1800. **5.4.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, passando o capital social **dos atuais** R$ 102.918.500,00 (cento e dois milhões, novecentos e dezoito mil e quinhentos reais) **para** R$ 103.128.500,00 (cento e três milhões, cento e vinte e oito mil e quinhentos reais), um aumento, portanto, de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), mediante a emissão de 210.000 (duzentas e dez mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, o qual foi fixado com base no art. 170, §1º, II, da Lei das S.A., neste ato totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Goodman Brazil Logistic Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), mediante a capitalização de créditos detidos pelo FIP contra a Companhia decorrentes da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs"), nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata na forma do **Anexo II**. **5.4.1.** A acionista GBLP Investimentos e Participações S.A., neste ato, renuncia expressamente a qualquer direito de preferência que possua ou possa vir a possuir, em relação à subscrição de ações ora deliberada. **5.5.** Em razão da deliberação no item 5.4. acima, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 103.128.500,00 (cento e três milhões, cento e vinte e oito mil e quinhentos reais), dividido em 103.128.500 (cento e três milhões, cento e vinte e oito mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **5.6.** Aprovar a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima aprovadas, o qual passará a vigorar com a nova redação do **Anexo III**. **5.7.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, podendo, para tanto, praticar todos os atos, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades necessárias, nos termos e condições aqui previstos. **6. Encerramento e Assinaturas**: nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo – SP, 28 de fevereiro de 2025. **Mesa**: Presidente – Maria Edith Bertoletti Gambôa; Secretária – Elisa Ghizzi Lousada. **Acionistas Presentes**: Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia S.A., neste ato representado por sua gestora Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa; e GBLP Investimentos e Participações S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. Mesa: **Maria Edith Bertoletti Gambôa** - Presidente, **Elisa Ghizzi Lousada** - Secretária. Acionistas presentes: **Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia -** Por: Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários Ltda. Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora Técnica de Gestão de Carteira e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. **GBLP Investimentos e Participações S.A. -** Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora de Operações e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. Diretores reeleitos: **Marcio Alberto Kamiyama** - Diretor Técnico de Engenharia, **Paula de Mesquita Tauil** - Diretora Comercial, **Maria Edith Bertoletti Gamboa** - Diretora de Operações, **Daniel Cornelius Dymphna Peeters** - Diretor Presidente. JUCESP nº 97.570/25-4 em 21/03/2025.

Eufrázio

Saraiva Educação S.A. e Controladas

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

saraiva EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Diretoria permanece à disposição dos senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos. As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na Sede da Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	18	–	18	–
Títulos e valores mobiliários	7	66.409	103.289	66.409	103.289
Contas a receber	8	6.311	33.290	6.311	33.290
Estoques	9	33.136	47.682	33.136	47.682
Adiantamentos		1.912	2.509	1.912	2.509
Tributos a recuperar	10	6.902	13.675	6.902	13.675
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	41.742	10.763	41.742	10.763
Outros créditos		4.077	1.600	4.077	1.600
Partes relacionadas - outros	19	25.278	28.092	25.278	28.092
Total do ativo circulante		**185.785**	**240.900**	**185.785**	**240.900**
Ativos mantidos para venda	4	–	27.488	–	27.488
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	10	1.145	10.667	1.145	10.667
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	1.741	26.890	1.741	26.890
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17	933	1.186	933	1.186
Depósitos judiciais	17	66	68	66	68
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	93.147	83.448	93.147	83.448
Partes relacionadas - outros	19	–	8.735	–	8.735
Imobilizado	12	89	150	89	150
Intangível	13	11.516	24.265	11.516	24.265
Total do ativo não circulante		**108.637**	**155.409**	**108.637**	**155.409**
Total do ativo		**294.422**	**423.797**	**294.422**	**423.797**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores		17.082	16.610	17.082	16.610
Fornecedores risco sacado	14	31.282	120.552	31.282	120.552
Obrigações trabalhistas	15	21.618	18.986	21.618	18.986
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.201	1.373	4.201	1.373
Tributos a pagar		1.746	3.875	1.746	3.875
Adiantamentos de clientes		21.939	2.992	21.939	2.992
Dividendos a pagar		–	3.950	–	3.950
Demais contas a pagar		250	248	250	248
Partes relacionadas	19	18.025	36.567	18.025	36.567
		116.143	**205.153**	**116.143**	**205.153**
Passivos mantidos para venda	4	–	2.866	–	2.866
Não circulante					
Fornecedores risco sacado	14	–	3.461	–	3.461
Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	16	1.783	31.201	1.783	31.201
		1.783	**34.662**	**1.783**	**34.662**
Total do passivo		**117.926**	**239.815**	**117.926**	**239.815**
Patrimônio líquido					
Capital social	20	129.258	130.084	129.258	130.084
Reservas de capital		1.703	879	1.703	879
Reservas de lucro		45.535	50.153	45.535	50.153
Total do patrimônio líquido		**176.496**	**181.116**	**176.496**	**181.116**
Total do passivo e patrimônio líquido		**294.422**	**423.797**	**294.422**	**423.797**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	21	**124.651**	**161.363**	**124.651**	**163.344**
Custo das vendas e serviços					
Custo dos serviços prestados	22	(25.464)	(41.307)	(25.464)	(40.091)
Custo dos produtos vendidos	22	(47.237)	(64.210)	(47.237)	(65.426)
		(72.701)	**(105.517)**	**(72.701)**	**(105.517)**
Lucro bruto		**51.950**	**55.846**	**51.950**	**57.827**
Despesas operacionais					
Com vendas	22	(1.932)	(1.930)	(1.932)	(1.930)
Gerais e administrativas	22	(13.364)	(5.331)	(13.364)	(6.841)
Provisão para perda esperada	22	(201)	(5.640)	(201)	(5.640)
Outras receitas operacionais	22	2.090	63	2.090	63
Outras despesas operacionais	22	(3.539)	–	(3.539)	–
Equivalência patrimonial		–	565	–	(1)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**35.004**	**43.573**	**35.004**	**43.478**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	7.624	2.966	7.624	3.297
Despesas financeiras	23	(12.006)	(11.102)	(12.006)	(11.110)
		(4.382)	**(8.136)**	**(4.382)**	**(7.813)**
Lucro operacional antes dos impostos		**30.622**	**35.437**	**30.622**	**35.665**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	18	16.910	(1.984)	16.910	(2.212)
Diferidos	18	12.197	22.666	12.197	22.666
		29.107	**20.682**	**29.107**	**20.454**
Lucro das operações continuadas		**59.729**	**56.119**	**59.729**	**56.119**
Resultado das operações descontinuadas	4	(4.325)	10.971	(4.325)	10.971
Lucro líquido do exercício		**55.404**	**67.090**	**55.404**	**67.090**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**55.404**	**67.090**	**55.404**	**67.090**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**55.404**	**67.090**	**55.404**	**67.090**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais

Controladora e Consolidado

				Reservas de lucro			
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para investimento	Prejuízos ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**373.043**	**361**	**–**	**–**	**(208.182)**	**165.222**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	67.090	67.090
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	67.090	67.090
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Redução de capital por reorganização societária		(242.959)	–	–	–	206.866	(36.093)
Opções outorgadas reconhecidas		–	518	–	–	–	518
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal		–	–	3.289	–	(3.289)	–
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	(11.671)	(11.671)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(3.950)	(3.950)
Reserva para investimentos		–	–	–	46.864	(46.864)	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		(242.959)	518	3.289	46.864	141.092	(51.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**130.084**	**879**	**3.289**	**46.864**	**–**	**181.116**
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	55.404	55.404
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	55.404	55.404
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Aumento de capital	20.1	15.950	–	–	–	–	15.950
Redução de capital por cisão	4	(16.776)	–	–	–	–	(16.776)
Opções outorgadas reconhecidas		–	824	–	–	–	824
Distribuição de dividendos	20.3.2	–	–	–	(46.864)	–	(46.864)
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	20.3.1	–	–	2.770	–	(2.770)	–
Distribuição de dividendos	20.3.2	–	–	–	–	(4.158)	(4.158)
Juros sobre capital próprio	20.3.2	–	–	–	–	(9.000)	(9.000)
Reserva para investimentos	20.3.3	–	–	–	39.476	(39.476)	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		(826)	824	2.770	(7.388)	(55.404)	(60.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**129.258**	**1.703**	**6.059**	**39.476**	**–**	**176.496**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro operacional antes dos impostos		30.529	50.656	30.529	50.884
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	12 e 13	4.479	5.796	4.479	5.796
Provisão para perda esperada	8	201	5.640	201	5.640
(Reversão) de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	16	(11.394)	(350)	(11.394)	(350)
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	23	(1.515)	641	(1.515)	641
Outorga de opções de ações		824	518	824	518
Rendimentos sobre aplicações financeiras	23	(3.968)	(2.872)	(3.968)	(3.203)
Equivalência patrimonial		–	(2.817)	–	(2.251)
		19.156	**57.212**	**19.156**	**57.675**
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) em contas a receber		26.778	(4.112)	26.778	(2.203)
Redução (aumento) em estoques		14.546	(19.457)	14.546	(18.815)
Redução em adiantamentos		597	3.897	597	3.897
Redução em tributos a recuperar		8.945	6.147	8.945	6.077
Redução em depósitos judiciais		2	28	2	28
Redução em partes relacionadas		9.596	1.540	9.596	1.519
(Aumento) em outros créditos		(2.477)	(1.014)	(2.477)	(1.012)
Redução em ativos e passivos mantidos para venda		7.846	–	7.846	–
Aumento (redução) em fornecedores		472	(2.522)	472	(2.616)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		(92.731)	83.651	(92.731)	83.651
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas		2.632	(920)	2.632	(916)
Aumento (redução) em tributos a pagar		2.952	(2.660)	2.952	(3.149)
Aumento em adiantamento de clientes		18.947	36	18.947	36
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	16	(489)	(464)	(489)	(464)
Aumento nas demais contas a pagar		2	2	2	1
Caixa gerado pelas operações		**16.774**	**121.364**	**16.774**	**123.709**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.674)	(1.067)	(2.674)	(1.135)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**14.100**	**120.297**	**14.100**	**122.574**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (investimento) de títulos e valores mobiliários		40.848	(63.560)	40.848	(59.874)
Adições ao intangível	13	(5.988)	(18.266)	(5.988)	(18.266)
Redução de caixa por reorganização societária		–	(30.000)	–	(35.968)
Caixa adquirido (cedido) em operação descontinuada		–	(2.866)	–	(2.866)
Recebimento de dividendos		–	1.200	–	1.200
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**34.860**	**(113.492)**	**34.860**	**(115.774)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	20	15.950	–	15.950	–
Pagamento de dividendos aos acionistas		(54.972)	–	(54.972)	–
Pagamento de juros sobre capital próprio		(9.920)	(7.753)	(9.920)	(7.753)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(48.942)**	**(7.753)**	**(48.942)**	**(7.753)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**18**	**(948)**	**18**	**(953)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	–	948	–	953
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	18	–	18	–
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**18**	**(948)**	**18**	**(953)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Saraiva Educação S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, fundada em 17 de outubro de 1978, tendo como acionista controladora a empresa Saber Serviços Educacionais S.A. ("Saber", "Controladora", e "Grupo", quando se referir à sua controladora Cogna Educação S.A., "Cogna", e suas controladas). A Companhia tem como objeto social: (a) edição de livros para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio e paradidáticos; (b) a formatação de conteúdo digital; (c) soluções educacionais estruturadas com conteúdo, tecnologia e serviços para educação básica; e (d) edição de conteúdo direcionado a produtos editoriais para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio e paradidáticos. As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pela Administração em 24 de junho de 2025. **2. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3. **2.2 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir. **a) Coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou controla em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício, e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há influência. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as demonstrações financeiras da Companhia incluem a seguinte empresa coligada:

	Participação %	
Coligadas:	31/12/2024	31/12/2023
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,0	50,0

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar em diferenças aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco material, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1 Julgamentos:** A Companhia não possui operações, em 31 de dezembro de 2024, que necessitem de julgamentos específicos. **3.2 Estimativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 *Income Taxes* - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos, conforme nota explicativa 18. **b) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **c) Provisão para perda esperada de contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 8 (c). **d) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **e) Estoques - Provisão para obsolescência de estoque:** A Companhia adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, e adicionalmente considera os itens de coleção ou selos que foram descontinuados, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data-base. A Companhia considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. **4. Cisão parcial, ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas: 4.1 Cisão parcial:** Em 01 de maio de 2024, a Companhia realizou a cisão parcial de seus ativos e passivos no montante de R$ 16.776, sendo a parcela cindida posteriormente incorporada pela SRV Editora Ltda., conforme acervo líquido apurado em 30 de abril de 2024 demonstrado abaixo:

Ativo	30/04/2024	**Passivo**	30/04/2024
Circulante		**Circulante**	
Estoques	12.731	Obrigações trabalhistas	1.082
Adiantamentos	1.776		
Total do ativo circulante	**14.507**	**Total do passivo circulante**	**1.082**
Não circulante		**Não circulante**	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.351		
Total do ativo não circulante	**3.351**	**Total do passivo não circulante**	**–**
		Total do passivo	**1.082**
		Patrimônio líquido	16.776
		Total do patrimônio líquido	**16.776**
Total do ativo	**17.858**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**17.858**

Em virtude da cisão parcial, houve uma redução do capital social da Companhia no mesmo valor do acervo líquido cindido, passando de R$ 130.084 para R$ 113.308. Maiores informações estão descritas na nota explicativa 20. **4.2 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas:** Em 31 de maio de 2024, a Companhia, por meio de sua Controladora ("Saber"), finalizou, após aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a operação de venda, via contrato de compra e venda de ações e outras avenças, ao Grupo Editorial Nacional Participações S.A. ("GEN") da totalidade do capital social de sua controlada SRV Editora Ltda., a qual detinha nesta data de fechamento da transação todo o estoque, licença ou sublicença e, exclusivamente, os selos editoriais SaraivaJur, SaraivaUni, Benvirá e Érica - focados no ensino superior, que compõem o ativo SETS, relacionados ao negócio de edição e comercialização de livros impressos e digitais, do segmento CTP (Científico, Técnico e Profissional) - ("Operação"). A operação não inclui os livros didáticos (voltados à educação básica) e os livros do PNLD. A operação também incluiu a venda da totalidade da participação societária detida pela Companhia (20%) na Minha Biblioteca Ltda., sociedade formada por grupos editoriais para oferta de livros em formato de biblioteca digital a instituições de ensino superior. O preço total da Operação foi de R$ 62.200, os quais foram recebidos à vista. Considerando o contexto da operação apresentado anteriormente, durante o ano de 2023 a Companhia reclassificou os saldos constantes no Balanço Patrimonial atrelado ao negócio SETS para a rubrica de "ativos mantidos para venda", e "passivos mantidos para venda". No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não existem saldos patrimoniais a serem destacados nessas rubricas devido à baixa dessas operações. Adicionalmente, com relação aos impactos no resultado, a Companhia procedeu com a reclassificação dos saldos para a rubrica de "resultado das operações descontinuadas", incluindo o resultado comparativo para o ano de 2023, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5. Apresentamos a seguir os efeitos para o período findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 2023:

<u>Demonstrativo de Resultado do Exercício</u>:

	30/06/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	31.856	80.690
Custo das vendas e serviços	(24.915)	(42.170)
Lucro bruto	**6.941**	**38.520**
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(4.422)	(9.045)
Despesas gerais e administrativas	(7.090)	(15.719)
Provisão para perda esperada	(10.314)	(1.671)
Outras receitas operacionais	12.750	–
Outras despesas operacionais	(1.188)	–
Equivalência patrimonial	588	2.252
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	**(2.735)**	**14.337**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	2.997	4.062
Despesas financeiras	(355)	(3.180)
	2.642	**882**
(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos	**(93)**	**15.219**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.564)	(2.149)
Diferidos	(2.668)	(2.099)
	(4.232)	**(4.248)**
(Prejuízo) lucro das operações descontinuadas	**(4.325)**	**10.971**

Apresentamos a seguir as principais movimentações resultantes das operações descontinuadas, e que são aplicáveis ao resultado da Companhia, conforme suas naturezas:

<u>**Receita Líquida**</u>:

	30/06/2024	31/12/2023
Receita bruta	38.771	88.905
Deduções da receita bruta		
Impostos	(1.088)	(2.337)
Descontos e devoluções	(5.827)	(5.878)
Receita líquida	**31.856**	**80.690**

<u>**Custos e despesas por natureza**</u>:

	30/06/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	(5.555)	(16.142)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.314)	(1.671)
Publicidade e propaganda	(3.323)	(4.643)
Custo de livros comerciais	(7.092)	(10.037)
Custos com papel e gráfica	(10.862)	(22.362)
Custos editoriais	(6.961)	(9.771)
Utilidades, limpeza e segurança	(518)	(1.035)
Consultorias e assessorias	–	(31)
Outras despesas gerais	(2.116)	(2.913)
Outras receitas (despesas), líquidas do ativo	11.562	–
	(35.179)	**(68.605)**
Custo das vendas e serviços	(24.915)	(42.170)
Despesas com vendas	(4.422)	(9.045)
Despesas gerais e administrativas	(7.090)	(15.719)
Provisão para perda esperada	(10.314)	(1.671)
Outras receitas operacionais	12.750	–
Outras despesas operacionais	(1.188)	–
	(35.179)	**(68.605)**

5. Gestão de riscos financeiros: 5.1 Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidas pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). Apresentamos a seguir a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados nos saldos patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não divulgou os valores justos dos instrumentos financeiros porque seus valores contábeis se aproximam do valor justo.

<u>Hierarquia do valor justo</u>	<u>Nível</u>	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		18	–	18	–
Contas a receber		6.311	33.290	6.311	33.290
Outros créditos		4.077	1.600	4.077	1.600
Partes relacionadas - outros		25.278	36.827	25.278	36.827
		35.684	**71.717**	**35.684**	**71.717**
Ativo - Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	2	66.409	103.289	66.409	103.289
		66.409	**103.289**	**66.409**	**103.289**
Passivo - Custo amortizado					
Fornecedores		17.082	16.610	17.082	16.610
Fornecedores risco sacado		31.282	124.013	31.282	124.013
Demais contas a pagar		250	248	250	248
Partes relacionadas - outros		18.025	36.567	18.025	36.567
		66.639	**177.438**	**66.639**	**177.438**

5.2 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas aos riscos financeiros de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital: **a) Risco de crédito:** É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos. <u>Contas a receber</u>: As contas a receber de clientes são compostas por distribuidoras de livros, Governo (PNLD), escolas, franqueados e pessoas físicas vinculadas à prestação de serviços de ensino básico. O risco dessa Companhia é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos e da segregação entre segmentos de serviços prestados e produtos vendidos. <u>Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro</u>: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

	Consolidado	
Caixa e Equivalentes de caixa (nota explicativa 6)	31/12/2024	31/12/2023
AAA	18	–
	18	**–**
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 7)		
AAA	66.409	103.289
	66.409	**103.289**

b) Risco de liquidez: Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Companhia, é realizada de forma centralizada pelo departamento de finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. A Companhia também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pela Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações. Conforme descrito na nota explicativa 14, a Companhia também participa de um acordo de financiamento de fornecedores que são caracterizados por um ou mais financiadores que se oferecem para pagar valores que a entidade deve aos seus fornecedores e a entidade concorda em pagar, segundo os termos e as condições do acordo, na mesma data em que os fornecedores são pagos ou em uma data posterior. O acordo permite que a Companhia centralize os pagamentos de contas a pagar comerciais ao banco em vez de pagar cada fornecedor individualmente. O acordo é realizado com fornecedores envolvidos diretamente com o ciclo comercial de venda de livros e sistemas de ensino e que está alinhado com o prazo de pagamentos de 357 até 360 dias destes acordos, conforme apresentado na nota explicativa 14. Embora o prazo seja superior se comparado aos fornecedores que não participam do acordo, da perspectiva da Companhia, está adequada considerando de forma isolada esta operação. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se às contas a pagar a fornecedores e operações de risco sacado. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou passivo.

<u>**Passivos financeiros reais por faixa de vencimento**</u>:

	Consolidado	
	Menos de 1 ano	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	17.082	17.082
Fornecedores - Risco Sacado	31.282	31.282
	48.364	**48.364**

<u>**Passivos financeiros reais por faixa de vencimento - Projetado (i)**</u>:

	Consolidado	
	Menos de 1 ano	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	17.082	17.082
Fornecedores - Risco Sacado	36.944	36.944
	54.026	**54.026**

(i) Considera o cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: risco sacado - 1,15% ao mês. **5.3 Gestão de capital:** O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista. A Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Assim sendo, apresentamos a seguir os índices de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	66.427	103.289
Caixa líquido	**66.427**	**103.289**
Patrimônio líquido	171.196	181.116
Índice de alavancagem financeira	**38,80%**	**57,03%**

5.4 Análise de sensibilidade: A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses, a taxa projetada do CDI - 12,15% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 20% e 40% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

	Consolidado				
	Exposição	Risco	Cenário provável	Cenário possível -20%	Cenário Remoto -40%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	66.427	Baixa CDI	8.071	9.685	11.299
	66.427		**8.071**	**9.685**	**11.299**

Fonte: CDI conforme taxas referenciais B3 S.A., disponibilizado no website da respectiva instituição.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>**Caixa**</u>				
Conta corrente	18	–	18	–
Total de caixa e aplicações disponíveis	**18**	**–**	**18**	**–**

7. Títulos e valores mobiliários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LTN - Letras do Tesouro Nacional	7	–	7	–
LF - Letras Financeiras	22.679	–	22.679	–
LFT - Letra Financeira do Tesouro	43.723	103.289	43.723	103.289
	66.409	**103.289**	**66.409**	**103.289**
Circulante	66.409	103.289	66.409	103.289
	66.409	**103.289**	**66.409**	**103.289**

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 103,6% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,66% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

8. Contas a receber: a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber				
Livros didáticos e paradidáticos	20.500	38.950	20.500	38.950
	20.500	**38.950**	**20.500**	**38.950**
Provisão para perda esperada				
Livros didáticos e paradidáticos	(14.189)	(5.660)	(14.189)	(5.660)
	(14.189)	**(5.660)**	**(14.189)**	**(5.660)**
Contas a receber de clientes, líquidas	**6.311**	**33.290**	**6.311**	**33.290**
Circulante	6.311	33.290	6.311	33.290
	6.311	**33.290**	**6.311**	**33.290**

b) Análise dos vencimentos das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	**4.038**	**25.874**	**4.038**	**25.874**
Vencidos				
Até 30 dias	647	2.848	647	2.848
Entre 31 e 60 dias	5.728	741	5.728	741
Entre 61 e 90 dias	1.120	424	1.120	424
Entre 91 e 180 dias	2.141	1.352	2.141	1.352
Entre 181 e 365 dias	5.609	2.210	5.609	2.210
Maior do que 365 dias	1.217	5.501	1.217	5.501
Total vencidos	**16.462**	**13.076**	**16.462**	**13.076**
Provisão para perda esperada	(14.189)	(5.660)	(14.189)	(5.660)
Contas a receber líquido	**6.311**	**33.290**	**6.311**	**33.290**
Percentual de PCLD/CR Bruto	*69,2%*	*14,5%*	*69,2%*	*14,5%*

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas: A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 18 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua *performance* de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o histórico de inadimplência do produto. Para as vendas atreladas ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a companhia entende que não há risco relevante de inadimplência, por isso não é realizada nenhuma provisão.

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



continuação

Saraiva Educação S.A. e Controladas

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

saraiva EDUCAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das perdas esperadas: As movimentações das provisões para perdas esperadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**(5.660)**	**(5.263)**	**(5.660)**	**(5.263)**
Baixa contra contas a receber	1.986	6.914	1.986	6.914
Operações descontinuadas (i)	(10.314)	(1.671)	(10.314)	(1.671)
Constituição	(201)	(5.640)	(201)	(5.640)
Saldo final	**(14.189)**	**(5.660)**	**(14.189)**	**(5.660)**

(i) Aumento na provisão de perda esperada atrelado a operação descontinuada de SETS, cujo contas a receber não foi objeto da venda, mas que representa um risco maior pós fechamento da operação. Maiores informações conforme nota explicativa 4. Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 540 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

9. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados (i)	1.331	9.998	1.331	9.998
Produtos em elaboração	15.852	15.245	15.852	15.245
Matérias-primas	15.953	22.439	15.953	22.439
	33.136	**47.682**	**33.136**	**47.682**

(i) Os produtos acabados foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 8.164 (R$ R$ 14.846 em 31 de dezembro de 2023). Essa redução foi reconhecida com despesa e está incluído no custo dos produtos vendidos.

10. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS, COFINS e ISS a recuperar (i)	2.748	21.052	2.748	21.052
Outros tributos a recuperar	5.299	3.290	5.299	3.290
	8.047	**24.342**	**8.047**	**24.342**
Circulante	6.902	13.675	6.902	13.675
Não circulante	1.145	10.667	1.145	10.667
	8.047	**24.342**	**8.047**	**24.342**

(i) Refere-se a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço. **11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** A Companhia possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R$ 43.483 na controladora (R$ 37.653 em 31 de dezembro de 2023), e R$ 43.483 no consolidado (R$ 37.653 em 31 de dezembro de 2023).

12. Imobilizado:

	Consolidado			
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Edificações e benfeitorias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**115**	**88**	**17**	**220**
Depreciações	(43)	(13)	(14)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**72**	**75**	**3**	**150**
Taxa média anual de depreciação 2023	33%	10%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**72**	**75**	**3**	**150**
Depreciações	(42)	(18)	(1)	(61)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**30**	**57**	**2**	**89**
Taxa média anual de depreciação 2024	33%	10%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2024				
Custo	513	142	897	1.552
Depreciação acumulada	(483)	(85)	(895)	(1.463)

13. Intangível:

	Consolidado		
	Softwares	Produção de conteúdo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.588**	**4.137**	**11.725**
Adições	15.657	2.609	18.266
Amortizações	(2.819)	(2.907)	(5.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**20.426**	**3.839**	**24.265**
Taxa média anual de amortização 2023	20%	38%	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**20.426**	**3.839**	**24.265**
Adições	5.289	699	5.988
Baixas	(14.319)	–	(14.319)
Amortizações	(2.065)	(2.353)	(4.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**9.331**	**2.185**	**11.516**
Taxa média anual de amortização 2024	20%	38%	
Saldos em 31 de dezembro de 2024			
Custo	21.451	17.299	38.750
Amortização acumulada	(12.120)	(15.114)	(27.234)

a) Testes de redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*): A Companhia realiza anualmente (ou em caso de eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment),* a análise de recuperação de seus ativos. Assim sendo, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi constatada nenhuma necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável dos ativos. **14. Fornecedores - risco sacado:** Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R$ 31.282 (R$124.013 em 31 de dezembro de 2023), sendo que as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,15% a.m. (em 31 de dezembro de 2023, a média ponderada foi de 1,05% a.m.). Atualmente o prazo médio de pagamento é de 353 dias. O saldo é reconhecido, inicialmente, líquido do ajuste a valor presente, o qual é subsequentemente reconhecido como despesa financeira. Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional normal do Grupo, com objetivo de alinhar possíveis desencontros entre os fluxos de caixa de pagamento à fornecedores e recebimento dos clientes. Os pagamentos a um fornecedor pelo banco no montante de R$ 29.419 são considerados transações não monetárias. Informações adicionais são fornecidas na tabela abaixo:

	31/12/2024
Valor contábil dos passivos financeiros	
Saldo de fornecedores risco sacado	31.282
Valores recebidos pelos fornecedores junto às instituições financeiras que fazem parte do acordo de financiamento - risco sacado, em relação ao saldo em aberto mencionado acima	29.419
Intervalo de datas de vencimento de pagamento (dias)	
Fornecedores risco sacado	357-360
Fornecedores	45-90

15. Obrigações trabalhistas:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	3.444	2.107
INSS a recolher	1.697	1.464
FGTS a recolher	439	351
IRRF a recolher	1.743	1.578
Provisão de férias	4.345	2.517
Encargos sobre provisões	1.154	943
Provisão de participação dos lucros	8.696	9.917
Outros	100	109
	21.618	**18.986**

16. Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis: A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis. A classificação do risco de perda é realizada conforme a política interna da Companhia, considerando, ainda, a opinião dos assessores jurídicos. Adicionalmente, a Administração da Companhia entende que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e são suficientes para cobrir eventuais perdas em processos administrativos, judiciais e arbitrais. **16.1 Saldos e movimentação dos processos com expectativa de perda provável:** No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**29.283**	**55**	**1.863**	**31.201**
Adições	–	38	677	715
Atualização monetária	944	3	169	1.116
Reversões	(30.227)	(33)	(247)	(30.507)
Total efeito resultado	**(29.283)**	**8**	**599**	**(28.676)**
Pagamentos	–	(20)	(469)	(489)
Ex-mantenedor (com garantia)	–	–	(253)	(253)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**43**	**1.740**	**1.783**

<u>Reconciliação dos efeitos com impacto ao resultado da Companhia</u>:

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Despesas gerais e administrativas	11.828	(5)	(429)	11.394
Despesas financeiras	(269)	(3)	(170)	(442)
Receitas financeiras	1.957	–	–	1.957
Imposto de renda e contribuição social	15.767	–	–	15.767
	29.283	**(8)**	**(599)**	**28.676**

16.2 Principais processos, por natureza, com expectativa de perda provável: Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários: **<u>Processos de natureza tributária</u>:** A Companhia é parte em processos de natureza tributária, em que a Receita Federal visa à cobrança de impostos federais (IRPJ/CSLL) decorrentes do aproveitamento de ágio em aquisições realizadas por controladas da Controladora Cogna Educação S.A.. Durante o exercício de 2024, foram proferidas decisões favoráveis às controladas da Controladora Cogna Educação S.A. na esfera administrativa e sobrevieram precedentes favoráveis aos contribuintes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em casos semelhantes, que impactaram em reversões de contingências tributárias no montante de R$ 30.227. Ao longo de 2024, ocorreram eventos significativos que afetaram a análise da Companhia e de seu consultor jurídico externo quanto à probabilidade de êxito dos processos, o que levou a uma alteração na respectiva probabilidade de perda. Para a discussão relacionada à dedução do ágio, bem como às multas isoladas e de oficio derivadas desse item, a probabilidade de perda anteriormente definida como "mais provável que sim do que não existir uma obrigação presente" ("*More likely than not*") foi alterada para "menos provável que sim do que não" ("*Less likely than not*"). De acordo com o histórico e a análise de risco dos Autos de Infração em decorrência do aproveitamento do ágio em outras controladas da Controladora Cogna Educação S.A. e por se tratar de operações com a mesma origem, que possuem o mesmo objeto de discussão, foram revertidas contingências no valor de R$ 30.227. A reversão de tais contingências realizadas em 2024 foi reconhecida em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas e com base nas diretrizes do CPC25/IAS37, sendo avaliadas as probabilidades de perdas para os objetos citados acima com chances remotas de perdas futuras. **<u>Processos de natureza cível</u>:** Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados nos últimos 12 meses. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024, 16 processos de natureza cível que totalizam o montante de R$ 43 (36 processos em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 55). **<u>Processos de natureza trabalhista</u>:** A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024, 7 processos de natureza trabalhista (15 em 31 de dezembro de 2023), que totalizam o montante de R$ 1.740 (R$ 1.863 em 31 de dezembro de 2023). As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas. **16.3 Processos com expectativa de perdas possíveis:** O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia:

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	Quantidade 31/12/2024	Quantidade 31/12/2023
Tributárias	12.545	12.518	8	10
Cíveis	3.878	3.251	2	1
Trabalhistas	983	138	6	2
Total	**17.406**	**15.907**	**16**	**13**

A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2024, 16 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais, dos quais destacamos as principais: **(i) Tributárias:** • Auto de infração movido pela Receita Federal do Brasil envolvendo pedido de esclarecimentos entre possíveis diferenças entre a DCTF e o EFD Contribuições do exercício de 2015. Os valores envolvidos nesta contingência são na importância de R$ 4.342. (R$ 4.016 em 31 de dezembro de 2023). **(ii) Cíveis:** • Ação movida contra a companhia, relacionado a rescisão de contrato de distribuição de materiais didáticos, no valor de R$ 3.878 (R$ 3.251 em 31 de dezembro de 2023). A responsabilidade desse processo é dos antigos mantenedores. **(iii) Trabalhistas:** • A Companhia é parte em 6 processos que totalizam o montante de R$ 983 (R$ 138 em 31 de dezembro de 2023). As demandas estão relacionadas a pedidos de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas.

17. Depósitos judiciais e garantias de provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:

17.1 Depósitos judiciais:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	–	12
Trabalhistas	66	56
Total	**66**	**68**

17.2 Garantias de provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (i):

	Consolidado		
	Cível	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2**	**1.184**	**1.186**
Adição	–	34	34
Atualização monetária	–	(17)	(17)
Reversões	(1)	(269)	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1**	**932**	**933**

(i) As garantias constituídas em razão das aquisições, em contrapartida de contingências mencionadas na nota explicativa 16.2, estão previstas contratualmente e são compostas por: a) retenção de aluguéis de imóveis locados por subsidiárias da Companhia; b) retenção de parte do preço de aquisição; e c) hipoteca de imóvel pertencente aos vendedores. **18 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: 18.1 Imposto de renda e contribuição social no resultado:** O imposto de renda e a contribuição social provisionados no período diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	30.622	35.437	30.622	35.665
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	**(10.411)**	**(12.049)**	**(10.411)**	**(12.126)**
Equivalência patrimonial	–	192	–	–
Adições líquidas sem a constituição de diferido	6.068	796	6.068	837
Benefícios fiscais	24	24	24	24
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais (i)	3.541	27.751	3.541	27.751
Juros sobre capital próprio	4.862	3.968	4.862	3.968
IRPJ e CSLL constituídos sobre contingências (nota 16.2)	15.767	–	15.767	–
IRPJ e CSLL constituídos sobre contingências (diferido)	4.701	–	4.701	–
Baixa IR/CS sobre créditos extemporâneos	4.555	–	4.555	–
Total IRPJ e CSLL	**29.107**	**20.682**	**29.107**	**20.454**
IRPJ e CSLL correntes no resultado (ii)	16.910	(1.984)	16.910	(2.212)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	12.197	22.666	12.197	22.666
	29.107	**20.682**	**29.107**	**20.454**

(i) Composto pela constituição do IR diferido sobre o prejuízo fiscal aprovado pelo teste de realização. (ii) Referente ganhos registrados no período decorrentes da recuperação de impostos reapurados. **18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2023	Outros ajustes	Operações descontinuadas	Efeitos no resultado	31/12/2024
<u>Imposto de renda/Contribuição social</u>:					
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL	69.293	–	–	4.926	74.219
Diferenças temporárias do lucro real					
Provisão para perda esperada	2.616	–	–	2.707	5.323
Ajuste a valor presente	(10.675)	–	–	1.679	(8.996)
Provisão de contingências	(144)	–	–	1.140	996
Depreciação e custo de empréstimo	(19)	–	–	(601)	(620)
Provisões não dedutíveis	2.745	170	–	693	3.559
Ágio sobre combinação de negócios	19.632	–	(2.668)	1.653	18.666
Ativo (passivo) não circulante líquido	**83.448**	**170**	**(2.668)**	**12.197**	**93.147**
Ativo não circulante	83.448				93.147
(–) Passivo não circulante	–				–
Total	**83.448**				**93.147**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual. **19 Partes relacionadas: 19.1 Transações entre partes relacionadas:** As principais transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

<u>Partes relacionadas - outros (Ativo)</u>:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas corporativas (i)	19.978	22.921
Contrato de indenização Saber (ii)	–	8.735
Juros sobre capital próprio antecipados (iii)	5.300	5.171
	25.278	**36.827**
Circulante	25.278	28.092
Não circulante	–	8.735
	25.278	**36.827**

(i) Relativo aos saldos a receber por decorrência dos rateios de despesas corporativas realizado entre as empresas do Grupo Cogna, cobrados via nota de débito. O montante reconhecido no resultado em decorrência dessa operação foi uma receita de R$ 23.957 em 31 de dezembro de 2024 (despesa de R$ 23.636 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Relativo aos valores a receber derivados dos contratos de indenização entre Saraiva e Saber, o qual está vinculado aos saldos a pagar de indenização. O montante reconhecido no resultado em decorrência dessa operação foi uma despesa de R$ 8.735 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 511 de receita em 31 de dezembro de 2023). (iii) A Companhia realizou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio no montante de R$ 5.300 à Controladora Saber.

<u>Partes relacionadas - outros (Passivo)</u>:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas corporativas (i)	5.870	26.647
Juros sobre capital próprio	12.155	9.920
	18.025	**36.567**
Circulante	18.025	36.567
	18.025	**36.567**

(i) Relativo aos saldos a pagar por decorrência dos rateios de despesas corporativas, cobrados via nota de débito. Em 31 de dezembro de 2024 havia saldo a pagar de R$ 605 (R$ 606 em 31 de dezembro de 2023) relativo ao rateio das despesas de subarrendamento com o centro de distribuição em São José dos Campos junto a sua coligada Somos Sistemas, sendo em média R$ 207 (R$ 231 em 31 de dezembro de 2023) o valor do pagamento mensal no decorrer do exercício, com vencimento em 30 de setembro de 2025. O montante reconhecido no resultado em decorrência dessa operação foi uma despesa de R$ 1.605 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.755 em 31 de dezembro de 2023). **19.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários. Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a remuneração do pessoal-chave da Administração foi paga pela empresa relacionada Editora Ática S.A., sendo posteriormente cobrada via rateio de despesas corporativas para a Companhia por critérios estabelecidos pela Administração. **20. Patrimônio líquido: 20.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Empresa totalizava R$ 130.084, divididos em 130.083.962 quotas no valor de R$ 1,00. Durante o exercício de 2024 ocorreram as seguintes movimentações: i) Em 01 de maio de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, em decorrência da incorporação de cisão parcial da Saraiva Educação S.A. pela SRV Editora Ltda., foi aprovado redução de capital social da Companhia, no valor de R$ 16.776, que totalizam 16.776.006 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas pela acionista, devidamente reconhecidos e registrados na escrituração contábil da Companhia, fazendo com isso o capital social da Companhia passar de R$130.083.962 para R$ 113.307.956; ii) Em 01 de novembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em caixa, no valor de R$ 4.900, que totalizam 4.900.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas pela acionista, Saber Serviços Educacionais S.A., e por ela integralizada mediante a capitalização de crédito resultante de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), devidamente reconhecidos e registrados na escrituração contábil da Sociedade, fazendo com isso o capital social da Companhia passar de R$ 113.307.956 para R$ 118.207.956. iii) Em 31 de dezembro de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em caixa, no valor de R$ 11.050, que totalizam 11.050.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas pela acionista, Saber Serviços Educacionais S.A., e por ela integralizada mediante a capitalização de crédito resultante de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), devidamente reconhecidos e registrados na escrituração contábil da Sociedade, fazendo com isso o capital social da Companhia passar de R$ 118.207.956 para R$ 129.257.956. Considerando os movimentos descritos acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R$ 129.258, correspondente a 129.257.957 ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 130.084, correspondente a 130.083.962 ações ordinárias nominativas), no valor de R$ 1,00 (um real). **20.2 Reserva de capital:** O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 é R$ 1.703 (R$ 879 em 31 de dezembro de 2023). **20.3 Reservas de lucros: 20.3.1 Reserva legal:** Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme determina a legislação societária, a reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi destinado o saldo de R$ 6.059 (R$ 3.289 em 31 de dezembro de 2023). **20.3.2 Dividendos e juros sobre capital próprio:** Conforme requerido pela Lei das Sociedades Anônimas, a Companhia constitui como dividendo mínimo obrigatório uma parcela de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76, a serem distribuídos aos acionistas nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado em assembleia geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi destinado o montante de R$ 13.158, sendo os 25% de mínimo obrigatório composto por: (i) R$ 9.000 (R$ 11.671 em 31 de dezembro de 2023) de juros sobre capital próprio; e (ii) R$ 4.158 (R$ 3.950 em 31 de dezembro de 2023) de dividendos distribuídos. No exercício foi pago o montante distribuído de R$ 13.158, além da antecipação de juros sobre capital próprio de R$ 5.300, conforme nota explicativa 19. Em paralelo, foi realizada a distribuição da reserva para investimentos, constituída em 31 de dezembro de 2023, como dividendos no montante de R$ 46.864. **20.3.3 Reserva para investimento e expansão:** Essa reserva faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas e destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício as operações de investimento e expansão da Companhia, além do pagamento de dividendos aos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi destinado o saldo de R$ 39.476 (R$ 46.864 em 31 de dezembro de 2023).

21. Receita líquida de vendas e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Venda de livros didáticos e paradidáticos	117.111	153.498	117.111	155.479
Outros	8.841	8.591	8.841	8.591
Deduções da receita bruta				
Impostos	(1.100)	(91)	(1.100)	(91)
Devoluções e descontos concedidos	(201)	(635)	(201)	(635)
Receita líquida (i)	**124.651**	**161.363**	**124.651**	**163.344**

(i) Considera os saldos atrelados às operações continuadas. O resultado das operações descontinuadas está apresentado na nota explicativa 4.

22. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais (i)	(47.246)	(44.083)	(47.246)	(44.083)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(201)	(5.640)	(201)	(5.640)
Depreciação e amortização	(4.479)	(5.796)	(4.479)	(5.796)
Publicidade e propaganda (i)	(1.480)	(4.193)	(1.480)	(4.193)
Custo dos produtos vendidos	(4.887)	(2.846)	(4.887)	(2.846)
Custo de livros comerciais (i)	(11.554)	(26.330)	(11.554)	(27.556)
Custos com papel e gráfica (i)	(17.593)	(23.076)	(17.593)	(23.066)
Utilidades, limpeza e segurança (i)	(719)	(1.772)	(719)	(1.772)
Outras receitas (despesas), líquidas ativo imobilizado	(1.449)	63	(1.449)	63
Outras despesas gerais (i)	(175)	3.655	(175)	3.655
Cobrança de rateio de despesas corporativas	23.957	23.636	23.957	23.545
Contratos de arrendamento e subarrendamento com partes relacionadas	1.605	2.775	1.605	2.775
Consultorias e assessorias	(311)	(600)	(311)	(600)
Direitos autorais	(14.530)	(22.861)	(14.530)	(23.064)
Custos editoriais (i)	(13.203)	(11.958)	(13.203)	(11.958)
Aluguel e condomínio	–	(34)	–	(34)
Taxas e contribuições	(41)	(156)	(41)	(156)
Contingências	11.394	350	11.394	350
Contrato de indenização	(8.735)	511	(8.735)	511
	(89.647)	**(118.355)**	**(89.647)**	**(119.865)**
Custo das vendas e serviços	(72.701)	(105.517)	(72.701)	(105.517)
Despesas com vendas	(1.932)	9.045	(1.932)	9.045
Despesas gerais e administrativas	(13.364)	(16.306)	(13.364)	(17.816)
Provisão para perda esperada	(201)	(5.640)	(201)	(5.640)
Outras receitas operacionais	2.090	63	2.090	63
Outras despesas operacionais	(3.539)	–	(3.539)	–
	(89.647)	**(118.355)**	**(89.647)**	**(119.865)**

(i) Considera os custos e despesas atreladas às operações continuadas. O resultado das operações descontinuadas está apresentado na nota explicativa 4.

23. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	3.968	2.872	3.968	3.203
Descontos obtidos	3	–	3	–
Juros ativo	162	77	162	77
Outras (i)	3.491	17	3.491	17
	7.624	**2.966**	**7.624**	**3.297**
Despesas financeiras				
Juros de risco sacado	(11.728)	(11.690)	(11.728)	(11.690)
Tarifas bancárias e de cobrança (i)	(124)	(82)	(124)	(90)
Juros e mora comercial e fiscal (i)	(14)	–	(14)	–
Atualização de contingências (i)	(140)	670	(140)	670
	(12.006)	**(11.102)**	**(12.006)**	**(11.110)**
Resultado financeiro	**(4.382)**	**(8.136)**	**(4.382)**	**(7.813)**

(i) Considera as receitas e despesas financeiras atreladas às operações continuadas. O resultado das operações descontinuadas está apresentado na nota explicativa 4. **24. Informações suplementares aos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 movimentação de garantias de ex-mantenedores. A seguir demonstramos estes ajustes:

	Consolidado	
Ajustes para:	31/12/2024	31/12/2023
Garantias para processos trabalhistas de ex-mantenedor		
Garantias de ex-mantenedor	253	252
	253	**252**

25. Cobertura de seguros: A Companhia, por meio do Grupo Cogna, possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo Grupo no montante indicado a seguir, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A seguir apresentamos as coberturas contratadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme suas respectivas naturezas:

	31/12/2024	31/12/2023
Bens do imobilizado	353.000	353.000
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	230.057	228.422
Veículos	4.412	2.683
	587.469	**584.105**

DIRETORIA

Roberto Afonso Valério Neto
Diretor Presidente

Frederico da Cunha Villa
Vice-Presidente Financeiro (CFO)

Sergio Helano Araujo Betta Junior
Diretor de Controladoria - CRC RJ-102511/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Saraiva Educação S.A. - São Paulo - SP - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saraiva Educação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saraiva Educação S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de junho de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

cenp
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
abra legal
adjoriBR JORNAIS DO INTERIOR

Eufrázio





EDITORA SCIPIONE S.A.

CNPJ nº 44.127.355/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos. As Demonstrações Financeiras completas e auditadas, encontram-se na Sede da Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17	16
Títulos e valores mobiliários	6	83.545	67.669
Contas a receber	7	12.881	13.002
Estoques	8	13.003	29.224
Adiantamentos		1.015	1.479
Tributos a recuperar	9	13.386	9.701
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	2.597	3.272
Partes relacionadas	20	14.263	8.669
Total do ativo circulante		**140.707**	**133.032**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	9	4.127	11.513
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	–	1.681
Depósitos judiciais	17	365	462
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2.680	724
Partes relacionadas	20	3.688	4.367
Imobilizado	11	–	165
Intangível	12	2.039	8.322
Total do ativo não circulante		**12.899**	**27.234**
Total do ativo		**153.606**	**160.266**

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores		6.252	26.438
Fornecedores risco sacado	13	27.240	46.765
Obrigações trabalhistas	14	11.497	11.384
Imposto de renda e contribuição social a pagar		18.352	4.632
Tributos a pagar	15	1.128	1.662
Adiantamentos de clientes		14.057	2.356
Dividendos a pagar		4.863	–
Partes relacionadas	20	2.820	8.240
		86.209	**101.477**
Não circulante			
Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	16	4.231	5.004
		4.231	**5.004**
Total do passivo		**90.440**	**106.481**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	30.886	30.886
Reservas de capital	19.2	4.265	2.965
Reservas de lucro	19.3	28.015	19.934
Total do patrimônio líquido		**63.166**	**53.785**
Total do passivo e patrimônio líquido		**153.606**	**160.266**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos	Lucro (Prejuízo) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**175.674**	**2.071**	**–**	**–**	**(59.533)**	**118.212**
Resultado abrangente do exercício						
Lucro do exercício	–	–	–	–	27.894	27.894
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	27.894	27.894
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas						
Redução de capital em caixa	(80.000)	–	–	–	–	(80.000)
Redução de capital por absorção de prejuízo	(64.788)	–	–	–	64.788	–
Pagamento dividendos adicionais	–	–	–	–	(5.255)	(5.255)
Opções outorgadas reconhecidas	–	894	–	–	–	894
Reserva legal	–	–	1.395	–	(1.395)	–
Reserva para investimentos	–	–	–	18.539	(18.539)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(7.960)	(7.960)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	(144.788)	894	1.395	18.539	31.639	(92.321)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**30.886**	**2.965**	**1.395**	**18.539**	**–**	**53.785**
Resultado abrangente do exercício						
Lucro do exercício	–	–	–	–	34.911	34.911
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	34.911	34.911
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas						
Opções outorgadas reconhecidas	–	1.300	–	–	–	1.300
Distribuição de dividendos	–	–	–	(18.539)	–	(18.539)
Destinação do resultado do exercício						
Reserva legal (nota explicativa 19.3)	–	–	1.746	–	(1.746)	–
Dividendos obrigatórios (nota explicativa 19.3)	–	–	–	–	(5.575)	(5.575)
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19.3)	–	–	–	–	(2.716)	(2.716)
Reserva para Investimentos (nota explicativa 19.3)	–	–	–	24.874	(24.874)	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	1.300	1.746	6.335	(34.911)	(25.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**30.886**	**4.265**	**3.141**	**24.874**	**–**	**63.166**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	21	**114.606**	**115.291**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(52.526)	(61.929)
Lucro bruto		**62.080**	**53.362**
Despesas operacionais			
Com vendas	22	(330)	(9.127)
Gerais e administrativas	22	(8.488)	(6.782)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	(168)	(115)
Outras receitas operacionais	22	11	19
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**53.105**	**37.357**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	5.310	6.258
Despesas financeiras	23	(6.902)	(5.794)
		(1.592)	**464**
Lucro operacional antes dos impostos		**51.513**	**37.821**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18	(18.558)	(7.754)
Diferidos	18	1.956	(2.173)
		(16.602)	**(9.927)**
Lucro líquido do exercício		**34.911**	**27.894**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	**34.911**	**27.894**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**34.911**	**27.894**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		51.513	37.821
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	11 e 12	487	1.772
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	168	115
Provisão (reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	16	(152)	221
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	16	(375)	29
Outorga de opções de ações		1.300	894
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	23	(3.703)	(5.574)
		49.238	**35.278**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) redução em contas a receber		(47)	23.282
Redução (aumento) em estoques		16.221	(960)
Redução em adiantamentos		464	923
Redução em tributos a recuperar		6.057	5.919
Redução (aumento) em depósitos judiciais		97	(101)
Redução (aumento) em partes relacionadas		(5.865)	4.012
(Redução) aumento em fornecedores		(20.186)	13.184
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		(19.525)	23.374
Aumento em obrigações trabalhistas		113	1.735
(Redução) em tributos a pagar		(937)	(4.626)
Aumento (redução) em adiantamento de clientes		11.701	(1.143)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	16.1	(246)	(759)
(Redução) nas demais contas a pagar		(712)	–
Caixa gerado pelas operações		**36.373**	**100.118**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.435)	(1.427)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**31.938**	**98.691**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de títulos e valores mobiliários		(12.173)	(56.289)
Adições ao intangível	12	(1.225)	(5.346)
Recebimento de alienação de participação societária		–	55.815
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(13.398)**	**(5.820)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital		–	(80.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas		–	(7.960)
Pagamento de dividendos aos controladores		(18.539)	(5.255)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(18.539)**	**(93.215)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1**	**(344)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	16	360
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	17	16
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1**	**(344)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Editora Scipione S.A. ("Empresa"), sociedade anônima constituída em 1º de março de 2004, com sede na Alameda Santos, 960, na cidade de São Paulo - SP, têm como principais atividades, editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos. A controladora direta da Empresa é a Saber Serviços Educacionais S.A., que possui participação de 84,2%, sendo que as demais ações cuja participação totaliza 15,8% pertencem a Editora Ática S.A., ambas Empresas do Grupo Cogna. As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas para emissão pela Administração em 24 de junho de 2025. **2. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são materiais para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Empresa adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco material, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1 Julgamentos:** A Empresa não possui operações, em 31 de dezembro de 2024, que necessitem de julgamentos específicos. **3.2. Estimativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 18.2. **b) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:** A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos da Empresa, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa nas contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.6, a Empresa efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 7 (c). **d) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Empresa, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **e) Estoques - Provisão para obsolescência dos estoques:** A Empresa adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, e adicionalmente considera os itens de coleção ou selos que foram descontinuados, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data-base. A Empresa considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. **4. Gestão de riscos financeiros: 4.1 Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidos pela Administração da Empresa. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Empresa classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). Apresentamos a seguir a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados nos saldos patrimoniais da Empresa em 31 de dezembro de 2024. A Empresa não divulgou os valores justos dos instrumentos financeiros porque seus valores contábeis se aproximam do valor justo.

Hierarquia do valor justo	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativo - Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		17	16
Contas a receber		12.881	13.002
Outros créditos		2.597	3.272
Partes relacionadas		17.951	13.036
		33.446	**29.326**
Ativo - Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	83.545	67.669
		83.545	**67.669**
Passivo - Custo amortizado			
Fornecedores		6.252	26.438
Fornecedores risco sacado		27.240	46.765
Partes relacionadas		2.820	8.240
		36.312	**81.443**

Os ativos e passivos financeiros da Empresa estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis àqueles praticados no mercado. **4.2 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Empresa supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Empresa não possui nenhuma transação com derivativos. **b) Risco de crédito:** É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Empresa mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos: <u>Contas a receber</u>: Basicamente as contas a receber são compostas por distribuidoras de livros e do Governo (PNLD). O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos. <u>Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro</u>: A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Empresa.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)		
AAA	17	16
	17	**16**
Títulos e valores mobiliários (nota 6)		
AAA	83.545	67.669
	83.545	**67.669**

c) Risco de liquidez: Consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Empresa é realizado de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo Cogna, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. A Empresa também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento e implementa medidas para que receba eventuais aportes de capital, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. O excesso de caixa mantido pela Empresa, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada. A tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Empresa com volume apropriado de recursos para manter suas operações. Conforme descrito na nota explicativa 13, a Empresa também participa de um acordo de financiamento de fornecedores que são caracterizados por um ou mais financiadores que se oferecem para pagar valores que a entidade deve aos seus fornecedores e a entidade concorda em pagar, segundo os termos e as condições do acordo, na mesma data em que os fornecedores são pagos ou em uma data posterior. O acordo permite que a Empresa centralize os pagamentos de contas a pagar comerciais ao banco em vez de pagar cada fornecedor individualmente. O acordo é realizado com fornecedores envolvidos diretamente com o ciclo comercial de venda de livros e sistemas de ensino e que está alinhado com o prazo de pagamentos de 357 até 360 dias destes acordos, conforme apresentado na nota explicativa 13. Embora o prazo seja superior se comparado aos fornecedores que não participam do acordo, da perspectiva da Empresa, está adequada considerando de forma isolada esta operação. Os principais passivos financeiros da Empresa referem-se as contas a pagar a fornecedores e obrigações com partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para suas operações. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros por faixa de vencimento:	Menos de 1 ano	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	6.252	6.252
Fornecedores - risco sacado	27.240	27.240
Partes relacionadas	2.820	2.820
	36.312	**36.312**

Passivos financeiros por faixa de vencimento - Projetado(i):	Menos de 1 ano	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	6.252	6.252
Fornecedores - risco sacado	29.518	29.518
Partes relacionadas	3.163	3.163
	38.933	**38.933**

(i) Considera o cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: CDI - 12,15% ao ano. **4.3 Gestão de capital:** Os objetivos principais da gestão de capital da Empresa são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa apresenta estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. **4.4 Análise de sensibilidade:** A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Empresa, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI - 12,15% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com -20% e 40% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

	Exposição	Risco	Cenário provável	Cenário possível -20%	Cenário remoto -40%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	83.545	Baixa CDI	10.151	12.181	14.211
	83.545		**10.151**	**12.181**	**14.211**

5. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2024	31/12/2023
<u>Caixa</u>		
Conta corrente	17	16
	17	**16**

6. Títulos e valores mobiliários:	31/12/2024	31/12/2023
LF - Letras Financeiras	28.539	67.669
LFT - Letra Financeira do Tesouro	55.006	–
	83.545	**67.669**
Circulante	83.545	67.669
	83.545	**67.669**

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,66% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber: a) Composição:	31/12/2024	31/12/2023
Livros didáticos e paradidáticos	13.479	13.434
Partes relacionadas (nota explicativa 20)	16	40
	13.495	**13.474**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(614)	(472)
	12.881	**13.002**

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (*aging list*)	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	**3.663**	**13.062**
Vencidos		–
Até 30 dias	310	–
Entre 31 e 60 dias	7.479	–
Entre 61 e 90 dias	269	5
Entre 91 e 180 dias	1.286	76
Entre 181 e 365 dias	41	304
Acima de 365 dias	447	27
Total vencidos (i)	**9.832**	**412**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(614)	(472)
	12.881	**13.002**

(i) Tivemos um aumento no volume de vendas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e baixas:** A Empresa constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 18 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua *performance* de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o histórico de inadimplência de cada produto. Para as vendas atreladas ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a companhia entende que não há risco relevante de inadimplência, por isso não é realizada nenhuma provisão. **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**(472)**	**(392)**
Baixa contra contas a receber	26	35
Constituição	(168)	(115)
Saldo final	**(614)**	**(472)**

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 540 dias, o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

8. Estoques:	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	5.218	20.204
Produtos em elaboração	2.560	3.574
Matérias-primas	5.201	5.446
Direito de Devolução	24	–
	13.003	**29.224**

Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 2.583 (R$ 278 em 31 de dezembro de 2023). Essa redução foi reconhecida como despesa e está incluída no custo dos produtos vendidos.

9. Tributos a recuperar:	31/12/2024	31/12/2023
PIS, Cofins e ISS a recuperar (i)	17.513	21.214
	17.513	**21.214**
Circulante	13.386	9.701
Não circulante	4.127	11.513
	17.513	**21.214**

(i) Refere-se basicamente a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço. **10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** A Empresa possui valores de imposto de renda e contribuição social a recuperar relativos a antecipações de recolhimentos, além dos impostos retidos sobre aplicações financeiras, e notas fiscais de fornecedores, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, o montante desses valores relativos ao imposto de renda e contribuição social a recuperar foi de R$ 2.597 (R$ 4.953 em 31 de dezembro de 2023).

11. Imobilizado:	Móveis, equipamentos e utensílios	Edificações e benfeitorias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**53**	**584**	**637**
Depreciações	(41)	(431)	(472)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**12**	**153**	**165**
Taxa média anual de depreciação 2023	11%	16%	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**12**	**153**	**165**
Depreciações	(12)	(153)	(165)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**	**–**
Taxa média anual de depreciação 2024	10%	16%	
Custo	689	4.483	7.373
Depreciação acumulada	(689)	(4.483)	(7.373)

12. Intangível:	Softwares	Produção de conteúdo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.276**	**–**	**4.276**
Adições	5.312	34	5.346
Amortizações	(1.300)	–	(1.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.288**	**34**	**8.322**
Taxa média anual de amortização 2023	20%	25%	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.288**	**34**	**8.322**
Adições	1.225	–	1.225
Baixas	(7.186)	–	(7.186)
Amortizações	(313)	(9)	(322)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.014**	**25**	**2.039**
Taxa média anual de amortização 2024	20%	25%	
Custo	20.194	53	20.247
Amortização acumulada	(18.180)	(28)	(18.208)

13. Fornecedores - risco sacado: Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Empresa, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custo financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Empresa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R$ 27.240 (R$ 46.765 em 31 de dezembro de 2023), sendo as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderadas de 1,15% a.m. (em 31 de dezembro de 2023, a média ponderada foi de 1,05% a.m.), e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentes reconhecidos como despesas financeiras. Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional normal do Grupo, com objetivo de alinhar possíveis desencontros entre os fluxos de caixa de pagamento à fornecedores e recebimento dos clientes. Os pagamentos a um fornecedor pelo banco no montante de R$ 25.976 são considerados transações não monetárias. Informações adicionais são fornecidas na tabela abaixo:

	31/12/2024
Valor contábil dos passivos financeiros	
Saldo de fornecedores risco sacado	27.240
Valores recebidos pelos fornecedores junto às instituições financeiras que fazem parte do acordo de financiamento - risco sacado, em relação ao saldo em aberto mencionado acima	25.976
Intervalo de datas de vencimento de pagamento (dias)	
Fornecedores risco sacado	357-360
Fornecedores	45-90

14. Obrigações trabalhistas:	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	966	806
INSS a recolher	949	1.556
FGTS a recolher	208	186
IRRF a recolher	1.063	1.060
Provisão de férias e 13º salário	1.521	1.269
Encargos sobre provisões	544	499
Provisão de participação dos lucros	5.946	5.602
Comissões a funcionários	276	382
Outros	24	24
	11.497	**11.384**

15. Tributos a pagar:	31/12/2024	31/12/2023
ISS	–	14
PIS	110	67
COFINS	617	374
IRRF	401	1.196
Demais	–	11
	1.128	**1.662**

16. Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis: A Empresa está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis. A classificação do risco de perda é realizada conforme a política interna da Empresa, considerando, ainda, a opinião dos assessores jurídicos. Adicionalmente, a Administração da Empresa entende que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas em processos administrativos, judiciais e arbitrais. **16.1. Saldos e movimentação dos processos com expectativa de perda provável:**

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.367**	**10**	**627**	**5.004**
Adições	–	2	239	241
Reversões	(822)	(9)	(97)	(928)
Atualização monetária	143	–	17	160
Total efeito resultado	**(679)**	**(7)**	**159**	**(527)**
Pagamentos	–	–	(246)	(246)
Total pagamentos	**–**	**–**	**(246)**	**(246)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3.688**	**3**	**540**	**4.231**

<u>Reconciliação dos efeitos com impacto ao resultado da Empresa:</u>

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Despesas gerais e administrativas	287	7	(142)	152
Despesas financeiras	(143)	–	(17)	(160)
Receitas financeiras	535	–	–	535
	679	**7**	**(159)**	**527**

16.2 Principais processos prováveis por natureza: Apresentamos a seguir os principais processos, por natureza, com classificação de perda provável e que compõem o saldo em aberto na data das demonstrações financeiras, sendo que parte dessas contingências são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietário: **<u>Processos de natureza tributária</u>:** Ao Auto de Infração em face da Editora Scipione, em que a Receita Federal visa a cobrança de impostos federais (IRPJ/CSLL) decorrentes do aproveitamento da dedutibilidade da amortização do ágio, foram mantidas contingências no valor de R$ 3.688 (R$ 4.367 em 31 de dezembro de 2023), sendo revertidas contingências no valor de R$ 822, em 31 de dezembro de 2024 referente à redução do percentual da multa qualificada para 100%. Pela avaliação da Empresa, em conjunto com seus assessores jurídicos estas contingências permanecem com a avaliação "*More likely than not*". **<u>Processos de natureza cível</u>:** Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados nos últimos 12 meses. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. A Empresa possui em 31 de dezembro de 2024, 2 processos de natureza cível que totalizam o montante de R$ 3 (4 processos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$10). **<u>Processos de natureza trabalhista</u>:** A Empresa possui em 31 de dezembro de 2024, 3 processos de natureza trabalhista que totalizam o montante de R$ 535 (4 processos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 627). As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, comissões, dentre outras verbas trabalhistas. **16.3 Processos com expectativa de perdas possíveis:** O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Empresa, incluindo os valores de novas contingências dessa classificação que foram geradas no período posterior à combinação de negócios:

	31/12/2024	31/12/2023	Quantidade 31/12/2024	Quantidade 31/12/2023
Tributárias	77.913	79.400	67	87
Cíveis	810	776	1	1
Trabalhistas	4	111	2	2
Total	**78.727**	**80.287**	**70**	**90**

A Empresa e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2024, 70 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais. A seguir destacamos as principais: **(i) Tributárias:** • Auto de infração relacionado a cobrança de possíveis débitos referentes a COFINS do período de apuração outubro a dezembro de 2010, na importância de R$ 13.555 (R$ 12.872 em 31 de dezembro de 2023); • Auto de infração relacionado a cobrança de PIS/COFINS do exercício de 2012, na importância de R$ 8.126 (R$ 7.685 em 31 de dezembro de 2023); • A Empresa ainda é parte em 65 processos que totalizam o montante de R$ 56.232 (R$ 58.843 em 31 de dezembro de 2023). As demandas são principalmente relacionadas a tributos diversos. **(ii) Cíveis:** • Ação movida contra a Editora, onde o autor alega a utilização sem autorização, de materiais do acervo intelectual para elaboração de livros didáticos, no montante de R$ 810 (R$ 776 em 31 de dezembro de 2023). **(iii) Trabalhistas:** A Empresa é parte em 2 processos que totalizam o montante de R$ 4 (R$ 111 em 31 de dezembro de 2023). As demandas estão relacionadas a pedidos de horas extras, acúmulos de funções, dentre outras verbas trabalhistas.

17. Depósitos judiciais e garantias de provisão para perdas tributárias trabalhistas e cíveis:

17.1 Depósitos judiciais:	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	348	273
Cíveis	–	23
Trabalhistas	17	166
Total	**365**	**462**

18 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: 18.1 Imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro da Empresa. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

continua→★

Eufrázio
Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

editora ática editora scipione

EDITORA SCIPIONE S.A.

CNPJ nº 44.127.355/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	51.513	37.821
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	**(17.514)**	**(12.859)**
Benefícios fiscais	24	23
(Exclusões) adições líquidas sem a constituição de diferido	(35)	203
Juros sobre capital próprio	923	2.706
Total IRPJ e CSLL	**(16.602)**	**(9.927)**
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(18.558)	(7.754)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	1.956	(2.173)
	(16.602)	**(9.927)**

18.2 Imposto de renda e contribuição social diferido: A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

	31/12/2023	Efeitos no resultado	31/12/2024
Imposto de renda / Contribuição social:			
Diferenças temporárias do Lucro Real			
Provisão para perda esperada	160	48	208
Depreciação e custo de empréstimo	334	(132)	202
Provisões não dedutíveis	(1.607)	1.598	(9)
Plano de opção de ações	1.837	442	2.279
Ativo não circulante líquido	**724**	**1.956**	**2.680**
Ativo não circulante	724		2.680
Total	**724**		**2.680**

19. Patrimônio líquido: 19.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Empresa totalizava R$ 30.886, correspondente a 3.088.609.523 ações no valor de R$0,01. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Empresa totaliza R$ 30.886, correspondente a 3.088.609.523 ações no valor de R$0,01. **19.2 Reserva de capital e opções outorgadas:** O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é R$ 4.265 (R$ 2.965 em 31 de dezembro de 2023). **19.3 Reserva de lucros:** Reserva legal: Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi destinado o saldo de R$ 1.746 (R$ 1.395 em 31 de dezembro de 2023). Dividendos e juros sobre capital próprio: Conforme requerido pela Lei das Sociedades Anônimas, a Empresa constitui como dividendo mínimo obrigatório uma parcela de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da lei 6.404/76, a serem distribuídos aos acionistas nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado em assembleia geral. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024
Lucro Líquido do exercício	34.911
(–) Reserva legal 5%	(1.746)
Lucro líquido ajustado	**33.165**
Dividendo mínimos obrigatórios (calculado 25%)	(8.291)
(–) Constituição de dividendos	5.575
(–) Constituição de juros sobre capital próprio	2.716

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi destinado R$ 5.575 como dividendos e R$ 2.716 como juros sobre capital próprio, totalizando R$ 8.291. Adicionalmente, foi realizada a distribuição de R$ 18.539 de dividendos consumindo a reserva de investimentos constituída em 31 de dezembro de 2023. Reserva para investimentos: Essa reserva faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício as operações de investimento e expansão de suas atividades e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi destinado o saldo de R$ 24.874 (R$ 18.539 em 31 de dezembro de 2023). **20. Partes relacionadas: 20.1 Transações entre partes relacionadas:** As principais transações contratadas pela Empresa com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão resumidas a seguir:

Partes relacionadas - ativo:	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas corporativas (i)	7.077	8.669
Garantia de contingências (ii)	3.688	4.367
Venda de ativos	7.186	–
	17.951	**13.036**
Ativo circulante	14.263	8.669
Ativo não circulante	3.688	4.367
	17.951	**13.036**

(i) Valores a receber através de notas de débito referente a compartilhamento de despesas corporativas junto a Empresas ligadas da Empresa no montante de R$ 7.077 em dezembro 2024 (R$ 8.669 em dezembro de 2023). O montante reconhecido no resultado relativo a essa operação em 31 de dezembro de 2024, foi de R$ 34.133 (R$ 23.352 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Contas a receber relativo de indenização constituído em decorrência da aquisição, pela controladora indireta Saber, da Empresa Somos Educação, durante o ano de 2018. A constituição desse valor visa resguardar a Empresa de quaisquer ônus advindo das contingências provisionadas no passivo, decorrente de aproveitamentos fiscais oriundos de planejamento tributário. O montante atualizado dessas contas a receber é de R$ 3.688 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 4.367 em 31 de dezembro de 2023); Ativo (Partes relacionadas - demais operações): • A Empresa possui títulos a receber com partes relacionadas junto a coligada Somos Sistemas de Ensino, no total de R$ 16 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 40 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa 7.

Partes relacionadas - passivo:	31/12/2024	31/12/2023
Rateio de despesas corporativas	511	1.474
Juros sobre capital próprio a pagar	2.309	6.766
	2.820	**8.240**
Passivo circulante	2.820	8.240
	2.820	**8.240**

Passivo (Partes relacionadas - demais operações): • A Empresa possui títulos a pagar com partes relacionadas de R$ 1.650 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.112 em 31 de dezembro de 2023) junto a Somos Sistemas de Ensino S.A. O montante de compras ocorridas no exercício foi de R$ 4.073 (R$ 3.781 em 31 de dezembro de 2023)

21. Receita líquida de vendas:	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Receita com venda de livros e apostilas	115.199	116.416
Outras receitas	–	368
	115.199	**116.784**
Deduções da receita bruta		
Impostos	(278)	(128)
Descontos e devoluções	(315)	(1.365)
Receita líquida	**114.606**	**115.291**

22. Custos e despesas por natureza:	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	(39.055)	(29.110)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(168)	(115)
Custo dos produtos vendidos	(2.875)	(495)
Custo de livros comerciais	(16.652)	(14.173)
Custos com papel e gráfica	(26.073)	(30.466)
Depreciação e amortização	(487)	(1.772)
Consultorias e assessorias	(29)	(9.476)
Custos editoriais	(2.352)	(7.314)
Direitos autorais	(3.753)	(8.744)
Outras receitas operacionais	11	19
Outras despesas gerais	(3.609)	581
Cobrança de rateio de despesas corporativas	34.133	23.352
Aluguel e condomínio	(65)	–
Contingências	152	(401)
Contrato de indenização	(679)	180
	(61.501)	**(77.934)**
Custo das vendas e serviços	(52.526)	(61.929)
Despesas com vendas (i)	(330)	(9.127)
Despesas gerais e administrativas	(8.488)	(6.782)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(168)	(115)
Outras receitas operacionais, líquidas	11	19
	(61.501)	**(77.934)**

(i) Em 31 de dezembro de 2023 tivemos um gasto relevante com a divulgação do material Acerta Brasil.

23. Resultado financeiro:	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	3.703	5.574
Outras receitas financeiras	1.607	684
	5.310	**6.258**
Despesas financeiras		
Juros sobre risco sacado	(6.426)	(5.459)
Tarifas bancárias e de cobrança	(7)	(6)
Juros e atualização de passivos	(308)	(291)
Atualização de contingências	(160)	(29)
Outras despesas financeiras	(1)	(9)
	(6.902)	**(5.794)**
Resultado financeiro	**(1.592)**	**464**

24. Cobertura de seguros: A Empresa, por meio do Grupo Cogna, possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo Grupo no montante indicado a seguir, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A seguir apresentamos as coberturas contratadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme suas respectivas naturezas:

	31/12/2024	31/12/2023
Bens do imobilizado	353.000	353.000
Responsabilidade civil geral e executivos	230.057	228.422
Veículos	4.412	2.683
	587.469	**584.105**

DIRETORIA

Roberto Afonso Valério Neto - Diretor Presidente

Frederico da Cunha Villa - Vice-Presidente Financeiro (CFO)

Sergio Helano Araujo Betta Junior - Diretor de Controladoria - CRC RJ-102511/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Editora Scipione S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Scipione S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Scipione S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de Junho de 2025

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-014428/O-6

Flavio Gozzoli Gonçalves Contador - CRC 1SP290557/O-2

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0000249-74.2025.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Marcelo Ramos Cordeiro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0000249-74.2025.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) MARCELO RAMOS CORDEIRO, CPF 127.008.548-45, que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo – Pompeia, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 4.683,23 (janeiro de 2025). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de Junho de 2025.

Toyo Setal Empreendimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 15.563.826/0001-36 - NIRE 35.22660472-1

26ª Alteração do Contrato Social para Transformação da Toyo Setal Empreendimentos Ltda. em Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes abaixo assinadas: **a) TS Participações e Investimentos S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911, inscrita no CNPJ/MF nº 15.284.980/0001-79, com seu Estatuto Social arquivado na JUCESP/NIRE 3530048834-2, neste ato representada por seus Diretores: **Wataru Nosaka**, japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade V462615-B - CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no CPF/MF nº 848.487.405-25 e **Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 30.648.369-5 - SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 309.390.598-27, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911 ("TSPI"); e **b) Estaleiros do Brasil Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São José do Norte/RS, Estrada Pública, s/nº, Cocuruto, Cep: 96225-000, inscrita no CNPJ/MF nº 09.628.613/0001-42, e com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 4320740486-6, neste ato representada por seus Diretores: **Wataru Nosaka,** japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade V462615-B - CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no CPF/MF nº 848.487.405-25 e **Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 30.648.369-5 - SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 309.390.598-27, ambos com escritório no endereço comercial acima ("EBR"). Na qualidade de sócios representando 100% (cem por cento) do capital social da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911, inscrita no CNPJ/MF nº 15.563.826/0001-36 ("Companhia"), **RESOLVEM,** de comum acordo e na melhor forma de direito, promover a 26ª alteração do Contrato Social da Companhia e transformá-la em Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos e condições estipuladas abaixo, observado o disposto no artigo 1.072, §3º, da Lei 10.406/2002 ("Lei das S.A."). **1.1.** Foi aprovada a transformação do tipo societário da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda**. de 'sociedade empresária de responsabilidade limitada' para "sociedade por ações de capital fechado", passando a ser regida pela Lei das S.A., conforme alterada de tempos em tempos, segundo o disposto nos artigos 220 a 222 da referida lei e nos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil. Com a alteração, a Companhia passa a adotar a denominação social de TSE S.A. **1.2.** Como consequência da transformação descrita no item 1.1 acima, o capital social atual de R$ 38.904.966,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais) dividido em 38.904.966 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e seis) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, passa a ser dividido em 38.904.966 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, recebendo cada acionista um número de ações exatamente proporcional à sua participação societária anterior, sem qualquer acréscimo ou prejuízo, conforme quadro abaixo e Boletins de Subscrição que constam como **Anexo I** a este documento: **Acionistas, Ações Ordinárias:** TS Participações e Investimentos S/A, 38.904.965; Estaleiros do Brasil Ltda., 1; **Total, 38.904.966. 1.3.** Em razão da deliberação constante do item 1.1 acima, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para **TSE S/A**. Em decorrência de tal alteração, o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 1º**. A Companhia tem a denominação TSE S/A e reger-se-á (a) pelo presente Estatuto Social; e (b) pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.")."* **1.4.** Foi aprovada a criação de uma classe de ações preferenciais a serem emitidas pela Companhia, sem valor nominal, que terão os seguintes direitos e características: **(i)** as ações preferenciais terão os mesmos direitos e características aplicáveis às ações ordinárias de emissão da Companhia (incluindo direitos de voto e dividendos por ação); e **(ii)** as ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, nos termos do inciso "ii" do Art. 17, I da Lei das S.A. **1.5.** Foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, que passará dos atuais R$38.904.966,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais) para R$38.904.967,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais), mediante a emissão de 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada. O valor de R$ 149.999.999,00 (cento e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais), correspondente à diferença entre o preço de emissão agregado das ações ora emitidas e o valor do aumento de capital social, será destinado à conta de reserva de capital da Companhia. Nos termos do Boletim de Subscrição que consta como **Anexo II** a este documento, as ações preferenciais de emissão da Companhia ora emitidas foram subscritas e integralizadas em sua totalidade pela acionista **TS Participações e Investimentos S/A**, inscrita no CNPJ/MF nº 15.284.980/0001-79 ("TSPI"), mediante capitalização de um crédito detido pela TSPI contra a Companhia no mesmo montante. Ainda, a **Estaleiros do Brasil Ltda.**, na qualidade de única outra acionista da Companhia, renuncia, em caráter irrevogável e irretratável, seu direito de preferência na subscrição das novas ações preferenciais emitidas no âmbito do aumento de capital ora aprovado. **1.6.** Em razão das deliberações constantes dos itens 1.2, 1.4 e 1.5 acima, foi aprovada a reforma do Artigo 4º, e de seus parágrafos, do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social da Companhia, de modo que o Artigo 4º e seus parágrafos passarão a vigorar como Artigo 5º, com a seguinte redação: ***"Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 38.904.967,00 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais), dividido em (i) 38.904.966 (trinta e oito milhões, novecentos e quatro mil, novecentas e sessenta e seis) ações ordinárias; e (ii) 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º**. Cada ação ordinária e cada ação preferencial confere ao seu proprietário o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§2º**. Todas as ações de emissão da Companhia serão escriturais, sem a emissão de certificado. **§3º**. As ações serão indivisíveis perante a Companhia, não se admitindo mais de um titular para cada ação. **§4º**. É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **§5º**. Nos termos do artigo 1º da Lei das S.A., a responsabilidade de cada acionista é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. **§6º**. As ações preferenciais terão os mesmos direitos e características aplicáveis às ações ordinárias de emissão da Companhia (incluindo direitos de voto e dividendos por ação). As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, nos termos do inciso "ii" do Art. 17, I da Lei das S.A.."* **1.7.** Aprovar a eleição dos seguintes indivíduos para compor a diretoria da Companhia: **a)** Sr. **Wataru Nosaka**, japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RNE V462615-B - CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF nº 848.487.405-25, para o cargo de Diretor da Companhia; **b)** Sr. **Rafael Ribeiro de Mendonça Lima**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 30.648.368-3 e inscrito no CPF/MF nº 309.390.588-55, para o cargo de Diretor da Companhia; **c)** Sr. **Shinji Yoshimura**, japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RNM nº F572133-X - CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF nº 900.416.968-75, para o cargo de Diretor da Companhia; **d)** Sr. **Kenji Ishiki**, japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da RNM F636815-4 - CGPI/DIREX/DPF**,** inscrito no CPF/MF nº 115.222.781-50, para o cargo de Diretor da Companhia; **e)** Sr. **Norihiko Ikenouchi**, japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da RNM nº V457424- 0 - CGPI/DIREX/DPF, inscrito CPF/MF nº 900.606.698-29, para o cargo de Diretor da Companhia; **f)** Sr. **Hideo Sato**, japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RNE nº V434971-Y, inscrito no CPF/MF nº 232.119.408-12, para o cargo de Diretor da Companhia; e **g)** Sr. **Kazuya Kishimoto**, japonês, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do Passaporte nº TR8413706, inscrito no CPF/MF nº 233.251.018-44, para o cargo de Diretor da Companhia, todos com endereço comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911, todos para um mandato de 2 (dois) anos contados a partir da presente data, conforme termo de posse que integra este documento na forma do **Anexo III**. Os diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei geral ou especial, nem estão sob efeito de condenação que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, e declarando ainda que possuem reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade empresária que possa ser considerada concorrente e que não têm interesses conflitantes com a Companhia. **1.8.** Ratificar o objeto social da Companhia, composto pelas seguintes atividades: (a) Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (*offshore*) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; (b) Comercialização, importação, exportação, inspeção, diligenciamento e revenda, em nome próprio ou através de terceiros, de equipamentos, máquinas e materiais; (c) Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás; (d) Prestação de serviços na área de Energia Nuclear, Termelétrica, Eólica, Solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Subestações de Energia e indústria da Construção Civil, execução de obras de construção civil, hidráulica, elétrica e de outras semelhantes, instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, montagem eletromecânica e outros serviços relacionados à indústria da construção civil; (e) Gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e diligenciamento da execução de obras de engenharia; (f) Afretamento de barcos de apoio e plataformas marítimas; e (g) Participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior. Em virtude da presente ratificação, os acionistas ratificam que o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia vige com a seguinte redação: ***"Artigo 3º**. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: **a)** Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (offshore) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; **b)** Comercialização, importação, exportação, inspeção, diligenciamento e revenda, em nome próprio ou através de terceiros, de equipamentos, máquinas e materiais; **c)** Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás; **d)** Prestação de serviços na área de Energia Nuclear, Termelétrica, Eólica, Solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Subestações de Energia e indústria da Construção Civil, execução de obras de construção civil, hidráulica, elétrica e de outras semelhantes, instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, montagem eletromecânica e outros serviços relacionados à indústria da construção civil; **e)** Gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e diligenciamento da execução de obras de engenharia; **f)** Afretamento de barcos de apoio e plataformas marítimas; e **g)** Participação no capital social de outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior."* **1.9.** Reformar integralmente e consolidar o Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar conforme o **Anexo IV** do presente documento. **1.10.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas acima. São Paulo, 19.02.2024. Acionistas: TS Participações e Investimentos S/A - p. Wataru Nosaka, TS Participações e Investimentos S/A - p. Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima, Estaleiros do Brasil Ltda. - p. Wataru Nosaka. Estaleiros do Brasil Ltda., p. Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima. Diretores Eleitos: **Wataru Nosaka; Rafael Ribeiro de Mendonça Lima; Shinji Yoshimura; Kenji Ishiki; Norihiko Ikenouchi; Hideo Sato; Kazuya Kishimoto.** Visto da advogada: **Nathália Ferreira dos Santos Fim,** OAB/SP nº 328.015. **JUCESP/NIRE** nº 3530063447-1 e JUCESP nº 123.651/24-4 em 20/03/2024. **Maria Cristina Frei** - Secretária Geral.

TSE S.A.

CNPJ/MF 15.563.826/0001-36 - NIRE 3530063447-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 08 de janeiro de 2025

1. Data, hora e local. Realizada em 08.01.2025, às 10hs, na sede da TSE S/A, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, Brasil, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, ou similar, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, em razão da presença de todas as acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas nesta ata e no Livro de Presença das Acionistas. **3. Mesa.** Sr. Masayuki Yoshizawa como Presidente da Mesa, e Sra. Sandra Pereira Zampieri como Secretária. **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre: emissão de ata com a finalidade de consolidar os representantes da Companhia. **5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: **5.1** Consolidar a composição dos representantes da Companhia, conforme atas de reuniões registradas na JUCESP em 20.03.2024; 07.05.2024 e em 23.12.2024 resultando no seguinte quadro de diretores todos com mandato unificado até 19.02.2026: **5.1.1. Diretores: a)** Sr. Masayuki Yoshizawa, japonês, casado, empresário, portador do RNM nº V470275D, inscrito no CPF/MF nº 060.285.537-35. **b)** Sr. Hideo Sato, japonês, casado, empresário, portador do RNE nº V434971-Y, inscrito no CPF/MF nº 232.119.408-12. **c)** Sr. Shinji Yoshimura, japonês, casado, empresário, portador do RNM nº F572133-X - inscrito no CPF/MF nº 900.416.968-75. **d)** Sr. Kazuya Kishimoto, japonês, casado, empresário, portador do RNM nº V544823- 0, inscrito no CPF/MF nº 233.251.018- 44. **e)** Sr. Rafael Ribeiro de Mendonça Lima, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 30.648.368-3 e inscrito no CPF/MF nº 309.390.588-55. **f)** Sr. Norihiko Ikenouchi, japonês, casado, empresário, portador do RNM nº V457424-0 inscrito no CPF/MF nº 900.606.698-29. **g)** Sr. Taku Shigematsu, japonês, casado, empresário, portador do RNE nº V767376-V, inscrito no CPF/MF nº 061.646.287-50. Todos com endereço comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911 e termos de posse arquivados na sede da Companhia. **5.1.2. Conselho de Administração:** Não aplicável. **5.1.3. Comitê de Gestão**: Não aplicável. **6. Forma sumária.** Foi autorizado que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento.** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 08.01.2025. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Acionistas: TS Participações e Investimentos S/A** - Hideo Sato; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima. **Estaleiros do Brasil Ltda. - Wataru Nosaka; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima. JUCESP** nº 5.575/25-4 em 15/01/2025. **Aloizio E. Soares Junior -** Secretária Geral em Exercício.

Vectis Capital Solutions Ltda.

CNPJ n.º 24.033.033/0001-04 - NIRE 35.2.2970084-4

37ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **(1) ALEXANDRE JADALLAH AOUDE,** RG n.º 07.376.203-1 IFP/RJ, CPF sob n.º 000.251.597-04, ("Alexandre"); **(2) PATRICK JAMES O'GRADY**, RG n.º 08.126.984-7, IFP/RJ, CPF nº004.469.547-05, ("Patrick"); **(3) LAERCIO JOSÉ BOAVENTURA,** RG n.º 20.256.352 SSP/SP, CPF n.º 137.886.668-11, ("Laercio"); **(4) MUCIO TIAGO MARTINS MATTOS,** RG n.º 45.029.784-6 SSP/SP, CPF n.º 212.602.188-21, ("Mucio"); **(5) PAULO ALBERTO LEMANN,** RG n.º 07.253.869-7 IFP/RJ, CPF n.º 957.194.237-53, neste ato representado por Alexandre e Patrick ("Paulo"); **(6) CARLOS HENRIQUE DE ARAÚJO,** RG n.º 43.515.514-3 SSP/SP, CPF n.º 369.026.878-89, ("Carlos Henrique"); **(7) ALESSANDRO MARTINI GEMIGNANI CORREIA**, RG n.º 19.246.146-1 SSP/SP, CPF n.º 202.643.208-24, ("Alessandro"); **(8) RENATO COLLAÇO NETO,** RG n.º 26.311.596-3 SSP/SP, CPF n.º 282.848.418-19, ("Renato"); **(9) MARIO JOSEPH SALONIKIOS**, RG n.º 060.667.55-7 Detran-RJ, CPF n° 004.813.737-56, ("Mario"); **(10) ILANA BOBROW HEILBERG,** RG n.º 44858176, CPF n.º 356.668.818-50, ("Ilana"); **(11) SERGIO THOMAZ TORMIN,** RG n.º 37.868.267-2 SSP-SP, CPF n.º 353.506.648-40, ("Sergio Tormin"); **(12) LUCAS ANTONIO NAPOLITANO,** RG n.º 49.118.334-3 SSP-SP, CPF n.º 386.069.558-41, ("Lucas", referido conjuntamente com Alexandre, Patrick, Laercio, Mucio, Paulo, Carlos Henrique, Alessandro, Renato, Mario, Ilana e Sergio Tormin como "Sócios Remanescentes"); **(13) TAINÁ CRISTINE RODRIGUES DA SILVA,** RG n.º 21374211-7, Detran/RJ, CPF n° 123.122.097-05, ("Tainá"); **(14) ANA CLARA MENDES MONTEIRO,** RG n.º 42.962.356-2 SSP-SP, CPF n.º 442.395.348-01, ("Ana Clara"); **(15) JULIUS KLAES MATHEUS**, RG n.º 47.065.433-8 SSP-SP, CPF n.º 402.912.848-33, ("Julius"); **(16) SOFIA PAIVA MOURANI**, RG n.º 39859174-X IIRGD-SP, CPF n.º 388778798-66, ("Sofia"); e **(17) FABRIZZIO TODESCO FIORI,** RG n.º 28.168.906-4 SSP/SP, CPF n.º 225.895.948-95, ("Fabrizzio", referido em conjunto com os Sócios Remanescentes, Tainá, Ana Clara, Julius, Sofia como os "Sócios"). na qualidade de únicos sócios da **VECTIS CAPITAL SOLUTIONS LTDA.**, ("Sociedade"); RESOLVEM, de comum e mútuo acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade na forma descrita abaixo, com a dispensa da realização de uma reunião de sócios em face do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"): **1 Atualização de dados cadastrais de Sócios da Sociedade:** Os Sócios consignam, neste ato, a atualização: (i) Do estado civil e endereço do Sócio Alexandre, o qual passará a ser qualificado como casado sob o regime de separação total de bens e residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Lourenço de Almeida, n.º 567, apto. 51, CEP 04508-000, conforme descrito no preâmbulo deste instrumento. (ii) Do estado civil do Sócio Patrick, o qual passará a ser qualificado como divorciado, conforme descrito no preâmbulo deste instrumento. **2 Incorporação do acervo da Cisão da Vectis Gestão de Recursos Ltda: 2.1 Cisão, Protocolo e Justificação: 2.1.1** Cisão. Os Sócios, na qualidade de detentores da totalidade das quotas de emissão da Sociedade, aprovam, sem qualquer ressalva ou restrição, a proposta de incorporação do acervo cindido oriundo da cisão da **VECTIS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, CNPJ n.º 12.620.044/0001-01, (respectivamente, a "Vectis Gestora" ou "Cindida" e a "Cisão"). **2.1.2** Protocolo e Justificação. A Cisão será realizada nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação de Cisão que passa a fazer parte integrante deste instrumento como Anexo 2.1 ("Protocolo") e que prevê a justificação e as condições da cisão parcial da Vectis Gestora. Como consequência da Cisão, a Vectis Gestora transferirá à Sociedade um acervo líquido composto pelos bens, obrigações, ativos e direitos descritos no Protocolo e no Laudo de Avaliação ("Acervo Cindido"). **2.2 Avaliação do Acervo cindido: 2.2.1** Ratificação da nomeação da empresa especializada nomeada para elaboração de Laudo de Avaliação. Os Sócios ratificam a contratação da 2G Consultoria Tributária Ltda., CNPJ nº 25.031.938/0001-08, registrada no CRC-SP n.º 2RJ-008100/O-1 ("Avaliadora") como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do acervo líquido a ser cindido da Vectis Gestora e incorporado pela Sociedade no contexto da Cisão. **2.2.2** Laudo de Avaliação e Acervo Cindido. Os Sócios aprovam o Laudo de Avaliação do Acervo Cindido preparado pela Avaliadora, cuja cópia consta como Anexo 4.2 do Protocolo ("Laudo de Avaliação"). De acordo com o Laudo de Avaliação, o valor contábil total do Acervo Cindido equivale a R$ 612.406,68 com base no balanço patrimonial de 30 de abril de 2025. **2.3 Consequências da Cisão:** Como consequência da aprovação da Cisão: **2.3.1** Sucessão. A Sociedade sucederá a Cindida exclusivamente nos direitos e obrigações que forem transferidos em razão da incorporação do Acervo Cindido, sem solidariedade com a Cindida, conforme previsto nos artigos 229, §1º e 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. **2.3.2** Aumento do Capital Social. Os Sócios aprovam o aumento do capital social da Sociedade no valor de R$ 612.407,00, mediante a emissão de 612.407 quotas de emissão da Sociedade, sendo: (i) R$ 612.406,68 subscritos pelos Sócios Remanescentes e integralizados mediante a conferência do Acervo Cindido (conforme valor atribuído no Laudo de Avaliação), proporcionalmente à participação de cada Sócio Remanescente no capital social da Vectis Gestora e (ii) R$ 0,32 subscritos e integralizados em moeda corrente nacional pelo Sócio Alexandre. Dessa forma: (i) o capital social da Sociedade passará dos atuais R$ 1.000.000,00, dividido em 1.000.000 quotas nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 cada, para R$ 1.612.407,00, dividido em 1.612.407 quotas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada. (ii) Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade é reformada para vigorar com a seguinte nova redação: "Cláusula 5ª O capital social, subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é de R$ 1.612.407,00, dividido em 1.612.407 quotas nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada, distribuídas da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor	Percentual
Alexandre Jadallah Aoude	570.576	R$ 570.576,00	35,39%
Patrick James O'Grady	208.712	R$ 208.712,00	12,94%
Laercio José Boaventura	197.520	R$ 197.520,00	12,25%
Mucio Tiago Martins Mattos	165.272	R$ 165.272,00	10,25%
Paulo Alberto Lemann	158.109	R$ 158.109,00	9,81%
Carlos Henrique de Araújo	72.558	R$ 72.558,00	4,50%
Alessandro Martini Gemignani Correia	72.558	R$ 72.558,00	4,50%
Renato Collaço Neto	56.434	R$ 56.434,00	3,50%
Mario Joseph Salonikios	40.310	R$ 40.310,00	2,50%
Ilana Bobrow Heilberg	30.043	R$ 30.043,00	1,86%
Sergio Thomaz Tormin	24.186	R$ 24.186,00	1,50%
Lucas Antonio Napolitano	16.124	R$ 16.124,00	1,00%
Tainá Cristine Rodrigues da Silva	1	R$ 1,00	0,0001%
Ana Clara Mendes Monteiro	1	R$ 1,00	0,0001%
Julius Klaes Matheus	1	R$ 1,00	0,0001%
Sofia Paiva Mourani	1	R$ 1,00	0,0001%
Fabrizzio Todesco Fiori	1	R$ 1,00	0,0001%
Total	**1.612.406**	**R$ 1.612.406,00**	**100%**

Parágrafo Único. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." **2.4** Atos da administração. Os Sócios autorizaram a administração da Sociedade a praticar todos os atos e a assinar todos os documentos necessários à implementação e efetivação da Cisão ora aprovada. **3 Alteração do objeto social:** Os Sócios resolvem ainda alterar o objeto social da Sociedade de modo a excluir as atividades de "prestação de serviços de planejamento, consultoria e assessoria empresarial no Brasil e no exterior; e realização de qualquer atividade afim ou correlata; e participação no capital de outras sociedades e fundos, carteiras e outros veículos de investimento", com a consequente reforma da Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 4ª. A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de administração profissional de carteiras de valores mobiliários, na categoria "gestão de recursos", inclusive de fundos de investimento." **4 Consolidação do Contrato Social:** Por fim, para refletir as deliberações acima, os Sócios remanescentes decidem consolidar o Contrato Social que se encontra registrado e arquivado na sede da Sociedade. E, por estarem assim justos e contratados, os Sócios firmam este instrumento de forma eletrônica, nos termos do Artigo 10, parágrafo 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. São Paulo, 11 de junho de 2025. Sócios: **Alexandre Jadallah Aoude; Patrick James O'Grady; Laercio José Boaventura; Mucio Tiago Martins Mattos; Paulo Alberto Lemann; Ilana Bobrow Heilberg; Carlos Henrique de Araujo; Alessandro Martini Gemignani Correia; Renato Collaço Neto; Mario Joseph Salonikios; Sergio Thomaz Tormin; Lucas Antonio Napolitano; Tainá Cristine Rodrigues da Silva; Ana Clara Mendes Monteiro; Julius Klaes Matheus Sofia Paiva Mourani; Fabrizzio Todesco Fiori.** Jucesp nº 213.089/25-7 em 23/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

TSE S.A.

CNPJ/MF 15.563.826/0001-36 - NIRE 3530063447-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de agosto de 2024

1. Data, hora e local. Realizada em 20.08.2024, às 10hs, na sede da **TSE S/A,** localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, Brasil, CEP 04717-911 ("Companhia") e **(ii)** na plataforma Microsoft Teams, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, em razão da presença de todas as acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas nesta ata e no Livro de Presença das Acionistas. **3. Mesa.** Sr. Masayuki Yoshizawa como Presidente da Mesa, e Sra. Sandra Pereira Zampieri como Secretária. **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre: Indicação do Sr. Taku Shigematsu para o cargo de Diretor da TSE S/A, de acordo com o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: i) **Indicar** o Sr. Taku Shigematsu, portador do passaporte nº TZ1348258, inscrito no CPF nº 061.646.287-50 para o cargo de Diretor na TSE S/A; e ii) A Ata de Eleição e o Termo de Posse serão devidamente emitidos após: a) liberação da autorização de residência pela Coordenação Geral de Imigração do Ministério da Justiça; e b) obtenção do respectivo visto de trabalho temporário. **6. Forma sumária.** Foi autorizado que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento.** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 20.08.2024. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Acionistas: TS Participações e Investimentos S/A** - Hideo Sato - Diretor; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima - Diretor. **Estaleiros do Brasil Ltda.** - Wataru Nosaka - Diretor; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima - Diretor. **JUCESP** nº 324.179/24-8 em 29/08/2024. **Maria Cristina Frei -** Secretária Geral.

Vectis Gestão de Recursos Ltda.

CNPJ n.º 12.620.044/0001-01 - NIRE 35.2.2475159-9

37ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **(1) ALEXANDRE JADALLAH AOUDE,** RG n.º 07.376.203-1 IFP/RJ, CPF n.º 000.251.597-04, ("Alexandre"); **(2) PATRICK JAMES O'GRADY,** RG n.º 08.126.984-7, IFP/RJ, CPF n°004.469.547-05, ("Patrick"); **(3) LAERCIO JOSÉ BOAVENTURA**, RG n.º 20.256.352 SSP/SP, CPF n.º 137.886.668-11, ("Laercio"); **(4) MUCIO TIAGO MARTINS MATTOS**, RG n.º 45.029.784-6 SSP/SP, CPF n.º 212.602.188-21, ("Mucio"); **(5) PAULO ALBERTO LEMANN**, RG n.º 07.253.869-7 IFP/RJ, CPF n.º 957.194.237-53, ("Paulo"); **(6) CARLOS HENRIQUE DE ARAÚJO**, RG n.º 43.515.514-3 SSP/SP, CPF n.º 369.026.878-89, ("Carlos Henrique"); **(7) ALESSANDRO MARTINI GEMIGNANI CORREIA**, RG n.º 19.246.146-1 SSP/SP, CPF n.º 202.643.208-24, ("Alessandro"); **(8) RENATO COLLAÇO NETO,** RG n.º 26.311.596-3 SSP/SP, CPF n.º 282.848.418-19, ("Renato"); **(9) MARIO JOSEPH SALONIKIOS**, RG n.º 060.667.55-7 Detran-RJ, CPF n° 004.813.737-56, ("Mario"); **(10) ILANA BOBROW HEILBERG**, RG n.º 44858176, CPF n.º 356.668.818-50, ("Ilana"); **(11) SERGIO THOMAZ TORMIN**, RG n.º 37.868.267-2 SSP-SP, CPF n.º 353.506.648-40, ("Sergio Tormin"); **(12) LUCAS ANTONIO NAPOLITANO**, RG n.º 49.118.334-3 SSP-SP, CPF n.º 386.069.558-41, ("Lucas", referido conjuntamente com Alexandre, Patrick, Laercio, Mucio, Paulo, Carlos Henrique, Alessandro, Renato, Mario, Ilana e Sergio Tormin como "Sócios Remanescentes"); **(13) TAINÁ CRISTINE RODRIGUES DA SILVA**, RG n.º 21374211-7, Detran/RJ, CPF n° 123.122.097-05, ("Tainá"); **(14) ANA CLARA MENDES MONTEIRO**, RG n.º 42.962.356-2 SSP-SP, CPF n.º 442.395.348-01, ("Ana Clara"); **(15) JULIUS KLAES MATHEUS**, RG n.º 47.065.433-8 SSP-SP, CPF n.º 402.912.848-33, ("Julius"); **(16) SOFIA PAIVA MOURANI**, RG n.º 39859174-X IIRGD-SP, CPF n.º 388778798-66, ("Sofia"); e **(17) FABRIZZIO TODESCO FIORI**, RG n.º 28.168.906-4 SSP/SP, CPF n.º 225.895.948-95, ("Fabrizzio", referido em conjunto com os Sócios Remanescentes, Tainá, Ana Clara, Julius, Sofia como os "Sócios"). na qualidade de únicos sócios da **VECTIS GESTÃO DE RECURSOS LTDA**., ("Sociedade"); RESOLVEM, de comum e mútuo acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade na forma descrita abaixo, com a dispensa da realização de uma reunião de sócios em face do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"): **1 Atualização de dados cadastrais de Sócios da Sociedade:** Os Sócios consignam, neste ato, a atualização: (i) Do estado civil e endereço do Sócio Alexandre, o qual passará a ser qualificado como casado sob o regime de separação total de bens e residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Lourenço de Almeida, n.º 567, apto. 51, CEP 04508-000, conforme descrito no preâmbulo deste instrumento. (ii) Do estado civil do Sócio Patrick, o qual passará a ser qualificado como divorciado, conforme descrito no preâmbulo deste instrumento. **2 Cessão e Transferência de Quotas: 2.1 Cessões de quotas:** Neste ato: (i) Tainá neste ato cede e transfere à Alexandre, a título oneroso, 01 quota de emissão da Sociedade e de sua propriedade, com valor nominal de R$ 1,00, a qual se encontra totalmente integralizada em moeda corrente nacional; (ii) Ana Clara neste ato cede e transfere à Alexandre, a título oneroso, 01 quota de emissão da Sociedade e de sua propriedade, com valor nominal de R$ 1,00, a qual se encontra totalmente integralizada em moeda corrente nacional; (iii) Julius neste ato cede e transfere à Alexandre, a título oneroso, 01 quota de emissão da Sociedade e de sua propriedade, com valor nominal de R$ 1,00, a qual se encontra totalmente integralizada em moeda corrente nacional; (iv) Sofia neste ato cede e transfere à Alexandre, a título oneroso, 01 quota de emissão da Sociedade e de sua propriedade, com valor nominal de R$ 1,00, a qual se encontra totalmente integralizada em moeda corrente nacional; e (v) Fabrizzio neste ato cede e transfere à Alexandre, a título oneroso, 01 (uma) quota de emissão da Sociedade e de sua propriedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), a qual se encontra totalmente integralizada em moeda corrente nacional. **2.2 Consentimento dos Sócios:** Pela assinatura deste instrumento todos os Sócios neste ato confirmam seu consentimento com as cessões e transferência das quotas acima e renunciam a todos e quaisquer direitos de preferência ou oposição que seriam aplicáveis às mesmas, declarando nada terem a reclamar um do outro a esse respeito. **2.3 Retirada e quitação:** Tendo em vista as cessões e transferências descritas acima, Fabrizzio, Tainá, Ana Clara, Julius, Sofia se retiram da Sociedade, e outorgam à Sociedade a mais plena, geral e irrestrita quitação em relação aos seus direitos decorrentes da qualidade de sócios da Sociedade, declarando nada ter a reclamar da Sociedade, a qualquer título e a qualquer tempo, incluindo em relação a dividendos, juros sobre capital próprio ou outras distribuições passadas presentes ou futuras bem como qualquer remuneração pelo exercício de funções na Sociedade. **2.4 Reforma da Cláusula 5ª:** Em decorrência do disposto acima, os Sócios Remanescente decidem reformar a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Cláusula 5ª O capital social é de R$ 8.000,00, dividido em 8.000 quotas, de valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor	Percentual
Alexandre Jadallah Aoude	2.832	R$ 2.832,00	35,34%
Patrick James O'Grady	1.035	R$1.035,00	12,94%
Laercio José Boaventura	980	R$980,00	12,25%
Mucio Tiago Martins Mattos	820	R$820,00	10,25%
Paulo Alberto Lemann	784	R$784,00	9,81%
Carlos Henrique de Araujo	360	R$360,00	4,50%
Alessandro Martini Gemignani Correia	360	R$360,00	4,50%
Renato Collaço Neto	280	R$280,00	3,50%
Mario Joseph Salonikios	200	R$200,00	2,50%
Ilan Bobrow Haeilberg	149	R$149,00	1,86%
Sergio Thomaz Tormin	120	R$120,00	1,50%
Lucas Antonio Napolitano	80	R$80,00	1,00%
Total	**8.000**	**R$ 8.000,00**	**100,00%**

Parágrafo Único. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." **3 Cisão da Sociedade: 3.1 Cisão, Protocolo e Justificação:** Os Sócios Remanescentes, na qualidade de detentores da totalidade das quotas de emissão da Sociedade após a implementação das cessões descritas no item 1, aprovam, sem qualquer ressalva ou restrição, a proposta de cisão parcial da Sociedade objeto do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial que passa a fazer parte integrante deste instrumento como Anexo 3.1 ("Protocolo") e que prevê a justificação e as condições da cisão da Sociedade, com incorporação do acervo cindido pela Vectis Capital Solutions Ltda., sociedade autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº 22.876, de 20 de dezembro de 2024, (respectivamente a "Vectis Capital" e a "Cisão"). Como consequência da Cisão a Sociedade transferirá à Vectis Capital um acervo líquido composto pelos bens, obrigações, ativos e direitos descritos no Protocolo de Cisão e no Laudo de Avaliação ("Acervo Cindido"). **3.2 Avaliação do Acervo cindido: 3.2.1** Ratificação da nomeação da empresa especializada nomeada para elaboração de Laudo de Avaliação. Os Sócios Remanescentes ratificam a contratação da 2G Consultoria Tributária Ltda., CNPJ nº 25.031.938/0001-08, Industrial, registrada no CRC-SP n.º 2RJ-008100/O-1 ("Avaliadora") como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do acervo líquido a ser cindido da Sociedade e incorporado pela Vectis Capital no contexto da Cisão. **3.2.2** Laudo de Avaliação e Acervo Cindido. Os Sócios Remanescentes aprovam o Laudo de Avaliação do Acervo Cindido preparado pela Avaliadora, cuja cópia consta como Anexo 4.2 do Protocolo ("Laudo de Avaliação"). De acordo com o Laudo de Avaliação, o valor contábil total do Acervo Cindido equivale a R$ 612.406,68. **3.3 Consequências da Cisão:** Como consequência da aprovação da Cisão: **3.3.1** Sucessão. A Vectis Capital sucederá a Sociedade exclusivamente nos direitos e obrigações que forem transferidos em razão da incorporação do Acervo Cindido, sem solidariedade com a Sociedade, conforme previsto nos artigos 229, §1º e 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. **3.3.2** Efeitos da Cisão. A cisão será implementada pela redução da conta de lucros acumulados da Sociedade no valor atribuído ao Acervo Cindido no Laudo de Avaliação, i.e., R$ 612.406,68, razão pela qual não haverá redução do capital social da Sociedade. **3.4 Atos da administração:** Os Sócios Remanescente autorizaram a administração da Sociedade a praticar todos os atos e a assinar todos os documentos necessários à implementação e efetivação da Cisão ora aprovada. **4 Consolidação do Contrato Social:** Por fim, para refletir as deliberações acima, os Sócios remanescentes decidem consolidar o Contrato Social, que se encontra registrado e arquivado na sede da Sociedade. E, por estarem assim justos e contratados, os Sócios firmam este instrumento de forma eletrônica, nos termos do Artigo 10, parágrafo 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. São Paulo, 11/06/2025. Sócios remanescentes: **Alexandre Jadallah Aoude; Patrick James O'Grady; Laercio José Boaventura; Mucio Tiago Martins Mattos; Paulo Alberto Lemann; Ilana Bobrow Heilberg; Carlos Henrique de Araujo; Alessandro Martini Gemignani Correia; Renato Collaço Neto; Mario Joseph Salonikios; Sergio Thomaz Tormin; Lucas Antonio Napolitano.** Sócios retirantes: **Tainá Cristine Rodrigues da Silva; Ana Clara Mendes Monteiro; Julius Klaes Matheus; Sofia Paiva Mourani; Fabrizzio Todesco Fiori.** Jucesp nº 213.088/25-3 em 23/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

TSE S.A.

CNPJ/MF nº 15.563.826/0001-36 - NIRE: 3530063447-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03 de maio de 2024.

1. Data, hora e local: Realizada em 03.05.2024, às 10hs, na sede da **TSE S/A,** localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, Brasil, CEP 04717-911 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada posteriormente ("Lei das S.A."), em razão da presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Hideo Sato, como Presidente da Mesa, e Sr. Rafael Ribeiro de Mendonça Lima como Secretário. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** Aumento de capital através de "AFAC" (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) no montante de R$ (REAIS) equivalente a JPY 5,4 mil bilhões. **5. Deliberações**: Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: Aumento do capital através de "AFAC" (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) no montante de R$ (REAIS) equivalente a JPY 5,4 mil bilhões que será enviado por **TS Participações e Investimentos S/A** nos meses de maio e junho de 2024. **6. Forma sumária**: Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento:** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta ATA é firmada nos idiomas português e inglês. Em caso de qualquer conflito de interpretação a versão em português prevalecerá. **8.** Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 03.05.2024. **Mesa:** Hideo Sato - Presidente; Rafael Ribeiro de Mendonça Lima - Secretário. **Acionistas: TS Participações e Investimentos S/A** - Masayuki Yoshizawa; **TS Participações e Investimentos S/A** - Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima. **Estaleiros do Brasil Ltda.** - Wataru Nosaka; **Estaleiros do Brasil Ltda.** - Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima. **JUCESP** nº 214.464/24-6 em 29/05/2024. **Maria Cristina Frei -** Secretária Geral.

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 15.284.980/0001-79 - NIRE 35.300.488.342

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 31 de março de 2025

1. DATA, HORA E LOCAL. Realizada em 31.03.2025, às 08:00 horas, na sede da **TS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A**, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, ou similar, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**. A convocação está dispensada, conforme o artigo 19, § 2º, do Estatuto Social da Companhia em razão da presença de todos os membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas apostas nesta ata de reunião. **3. MESA**. Sr. **Masayuki Yoshizawa**, como Presidente da Mesa, e Sra. **Sandra Pereira Zampieri** como Secretária. **4. ORDEM DO DIA.** Deliberar sobre: Contratação de empréstimo pela subsidiária TSE S/A. **5. DELIBERAÇÕES.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: Contratação de empréstimo por **TSE S/A** no valor de **R$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de reais) junto ao banco **Deutsche Bank S.A - Banco Alemão. 6. FORMA SUMÁRIA**. Foi autorizado que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **7. ENCERRAMENTO**. A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 31.03.2025. Mesa: **Masayuki Yoshizawa -** Presidente, **Sandra Pereira Zampieri -** Secretária. Membros do Conselho de Administração: **Masayuki Yoshizawa -** Presidente, **Hideo Sato -** Conselheiro, **Francisco Vera Codina -** Conselheiro, **Yasutaka Suzuki -** Conselheiro. **JUCESP** nº 130.437/25-6 em 10/04/2025. **Aloizio E. Soares Junior -** Secretário Geral em Exercício.

TSE S.A.

CNPJ/MF 15.563.826/0001-36 - NIRE 3530063447-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de novembro de 2024

1. Data, hora e local. Realizada em 14.11.2024, às 10hs, na sede da **TSE S/A,** localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, Brasil, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, em razão da presença de todas as acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas nesta ata e no Livro de Presença das Acionistas. **3. Mesa.** Sr. Masayuki Yoshizawa como Presidente da Mesa, e Sra. Sandra Pereira Zampieri como Secretária. **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre: i) Renúncia do Diretor Sr. Kenji Ishiki; e ii) Eleição do Sr. Taku Shigematsu para o cargo de Diretor da TSE S/A, de acordo com o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: i) Aceitar a **renúncia** do diretor Sr. Kenji Ishiki agradecendo nesta oportunidade por sua inestimável atuação no desempenho do seu cargo de diretor, sendo que o termo de renúncia encontra-se arquivado na sede da Companhia; e ii) Eleição do Sr. Taku Shigematsu, portador do passaporte nº TZ1348258, para o cargo de Diretor na TSE S/A sendo que o Termo de Posse será assinado em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de chegada do expatriado no Brasil e será mantido nos arquivos da sede da Companhia. Após, será emitida nova ata consolidando a diretoria da Companhia e nessa ata será informado os dados do Sr. Taku Shigematsu a serem obtidos após sua chegada no Brasil, tais como, RNM, CPF etc. **6. Forma sumária.** Foi autorizado que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento.** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 14.11.2024. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Acionistas: TS Participações e Investimentos S/A** - Hideo Sato - Diretor; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima - Diretor; **Estaleiros do Brasil Ltda.** - Wataru Nosaka - Diretor; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima - Diretor. **JUCESP** nº 468.513/24-3 em 23/12/2024. **Marina Centurion Dardani -** Secretária Geral.

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 15.284.980/0001-79 - NIRE 35.300.488.342

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 28 de abril de 2025

1. Data, hora e local. Realizada em 28.04.2025, às 08hs, na sede da **TS Participações e Investimentos S/A**, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, ou similar, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 19, §2º, do Estatuto Social da Companhia em razão da presença de todos os membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas apostas nesta ata de reunião. **3. Mesa.** Sr. Masayuki Yoshizawa como Presidente da Mesa, e Sra. Sandra Pereira Zampieri como Secretária. **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre performance bond emitida pelo Banco ABC LTDA para a subsidiária TSE S/A (atual denominação social de Toyo Setal Empreendimentos Ltda.) em conexão com o empreendimento Parnaíba II Geração de Energia S.A reiterando aprovação anterior, datada de 22.11.2021, por não ter havido, naquela ocasião, registro da ata na Junta Comercial. **5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, a seguinte matéria: **Reiterar** e **aprovar** a obtenção de Garantia de Performance no valor de R$ 87.537.034,06 (oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trinta e quatro reais e seis centavos) por TSE S/A junto ao Banco ABC Ltda. **6. Forma sumária.** Foi autorizado que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento.** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 28.04.2025. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Hideo Sato - Conselheiro; Francisco Vera Codina - Conselheiro; Yasutaka Suzuki - Conselheiro. **JUCESP** nº 165.533/25-0 em 13/05/2025 - **Aloizio E. Soares Junior -** Secretário Geral em Exercício.

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 15.284.980/0001-79 - NIRE 35.300.488.342

Ata da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas Realizada em 15 de maio de 2025

1. Data, hora e local. Realizada em 15.05.2025, às 08hs, na sede da **TS Participações e Investimentos S/A**, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, ou similar, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada posteriormente ("Lei das S.A."), em razão da presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, como segue: **Toyo Engineering Corporation,** companhia devidamente organizada de acordo com as leis do Japão, com sede 1-1, Nishi Shimbashi 1-chome Minato-ku, Tokyo, Japão, inscrita no CNPJ/MF 05.507.597/0001-89, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. Masayuki Yoshizawa, japonês, casado, empresário, portador do RNE nº V4702750 e CPF nº 060.285.537-35. **SOG - Óleo e Gás Ltda.**, com endereço na Alameda Iraé, nº 620, 8º andar, conjunto 84, Condomínio Down Town Comercial Building, Indianópolis, São Paulo/SP, CEP 04075-903, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 07.639.071/0001-88, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social, por sua Diretora: Sra. Maria Stela Ribeiro de Mendonça, brasileira, divorciada, biomédica, portadora da carteira de identidade RG nº 5.947.360-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº 285.855.988-08. **3. Mesa.** Sr. Masayuki Yoshizawa, como Presidente da Mesa, e Sra. Sandra Pereira Zampieri, como Secretária. **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre: examinar, discutir, votar as demonstrações financeiras e as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024. **5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: **5.1** As demonstrações financeiras e as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, conforme segue: **Ano, Lucros / (Prejuízos), Lucros / Prejuízos Acumulados: 2009,** -, -; **2010,** -, -; **2011,** -, -; **2012,** (15.640.619,98), (15.640.619,98); **2013,** (1.876.929,44), (17.517.549,42); **2014,** 2.142.319,46, (15.375.229,96); **2015,** (797.450.658,00), (812.825.887,96); **2016,** 30.779.435,66, (782.046.452,30); **2017,** (597.405,00), (782.643.857,30); **2018,** (31.775.471,05), (814.419.328,35), **2019,** (48.267.782,32), (862.687.110,67); **2020,** (441.861.927,07), (1.304.549.037,74); **2021,** 37.269.468,35, (1.267.279.569,39); **2022,** 232.484.132,63, (1.034.795.436,76); **2023,** 8.816.370,78, (1.025.979.065,98); **2024,** (520.700.372,58), (1.546.679.438,56). **5.2** Dos resultados apurados no balanço geral encerrado em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, serão, inicialmente, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro; o lucro remanescente terá a seguinte destinação: **(a)** 5% (cinco por cento), no mínimo, para a constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o art. 182, §1°, da Lei das S.A., exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia; e (c) o saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **6. Forma sumária.** Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento.** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **8.** Esta ATA é firmada nos idiomas português e inglês. Em caso de qualquer conflito de interpretação a versão em português prevalecerá. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 15.05.2025. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Acionistas: Toyo Engineering Corporation** - Masayuki Yoshizawa - Procurador; **SOG - Óleo e Gás Ltda.** - Maria Stela Ribeiro de Mendonça - Diretora. **JUCESP** nº 172.262/25-2 em 22/05/2025 - **Aloizio E. Soares Junior -** Secretário Geral em Exercício.

Goodman V Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 35.620.643/0001-12 - NIRE 35.300.639.324

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de Fevereiro de 2025

1. Data, Horário e Local: realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro de 2025, às 07:30 horas, na sede social da **Goodman V Empreendimentos Imobiliários S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 9° andar, sala 28, Itaim Bibi, CEP 04.542-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com o disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), conforme evidenciado no Livro de Presença de Acionistas da Companhia arquivado em sua sede. **3. Mesa**: os trabalhos foram presididos pela Sra. **Maria Edith Bertoletti Gambôa** e secretariados pela Sra. **Elisa Ghizzi Lousada**. **4. Ordem do Dia**: deliberar sobre: **(i)** a antecipação da reeleição dos membros da Diretoria da Companhia; **(ii)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia; **(iii)** o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante a emissão de 200.000 (duzentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** em razão da deliberação (iii) acima, a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a autorização para a administração praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações referidas nos itens (i) a (iv) acima. **5. Deliberações**: instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), foram aprovadas, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes matérias: **5.1.** Aprovar a antecipação da reeleição dos seguintes membros da diretoria da Companhia, para um novo mandato de 2 (dois) anos, a partir de 15 de março de 2025, ou seja, até 15 de março de 2027, ou até a data da eleição que os reeleja ou substitua: (i) **Marcio Alberto Kamiyama**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.256.022-7 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 135.527.868-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretor Técnico de Engenharia; (ii) **Paula de Mesquita Tauil**, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.628.375-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 281.599.748-76, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretora Comercial; (iii) **Maria Edith Bertoletti Gambôa**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 55.263.322 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 021.808.077-83, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000, para o cargo de Diretora de Operações; e (iv) **Daniel Cornelius Dymphna Peeters**, belga, casado, empresário, detentor do passaporte belga nº ER1183869 e inscrito no CPF/MF sob o nº 717.993.741-06, com endereço comercial na cidade de Vilvoorde, Bélgica, na 50 Medialaan, Código Postal 1800, para o cargo de Diretor Presidente, tendo constituído como sua procuradora a Sra. Maria Edith Bertoletti Gambôa, acima qualificada, nos termos do art. 146, §2º da Lei das S.A.; **5.2.** Os membros da Diretoria ora reeleitos são investidos em seus respectivos cargos a partir de 15 de março de 2025, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, conforme constantes do **Anexo I** à presente ata e arquivados na sede da Companhia, tendo os diretores declarado que, nos termos da legislação aplicável, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.3.** Diante do exposto acima, consolida-se a composição da Diretoria da Companhia da seguinte forma: (i) Diretor Técnico de Engenharia: **Marcio Alberto Kamiyama**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.256.022-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 135.527.868-64, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; (ii) Diretora Comercial: **Paula de Mesquita Tauil**, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.628.375-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 281.599.748-76, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; (iii) Diretora de Operações: **Maria Edith Bertoletti Gambôa**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 55.263.322 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 021.808.077-83, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04.542-000; e (iv) Diretor Presidente: **Daniel Cornelius Dymphna Peeters**, belga, casado, empresário, detentor do passaporte belga nº ER1183869 e inscrito no CPF/MF sob o nº 717.993.741-06, com endereço comercial na cidade de Vilvoorde, Bélgica, na 50 Medialaan, Código Postal 1800. **5.4.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, passando o capital social **dos atuais** R$ 35.085.500,00 (trinta e cinco milhões, oitenta e cinco mil e quinhentos reais) **para** R$ 35.285.500,00 (trinta e cinco milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais), um aumento, portanto, de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante a emissão de 200.000 (duzentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, o qual foi fixado com base no art. 170, §1º, II, da Lei das S.A., neste ato totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Goodman Brazil Logistic Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), mediante a capitalização de créditos detidos pelo FIP contra a Companhia decorrentes da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs"), nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata na forma do **Anexo II**. **5.4.1.** A acionista GBLP Investimentos e Participações S.A., neste ato, renuncia expressamente a qualquer direito de preferência que possua ou possa vir a possuir, em relação à subscrição de ações ora deliberada. **5.5.** Em razão da deliberação no item 5.4. acima, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 35.285.500,00 (trinta e cinco milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais), dividido em 35.285.500 (trinta e cinco milhões, duzentas e oitenta e cinco mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **5.6.** Aprovar a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima aprovadas, o qual passará a vigorar com a nova redação do **Anexo III**. **5.7.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, podendo, para tanto, praticar todos os atos, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades necessárias, nos termos e condições aqui previstos. **6. Encerramento e Assinaturas**: nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo – SP, 28 de fevereiro de 2025. **Mesa**: Presidente – Maria Edith Bertoletti Gambôa; Secretária – Elisa Ghizzi Lousada. **Acionistas Presentes**: Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia S.A., neste ato representada por sua gestora Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa; e GBLP Investimentos e Participações S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa. São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. Mesa: **Maria Edith Bertoletti Gambôa** - Presidente, **Elisa Ghizzi Lousada** - Secretária. Acionistas presentes: **Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia -** Por: Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários Ltda. - Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora Técnica de Gestão de Carteira e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. **GBLP Investimentos e Participações S.A. -** Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora de Operações e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. Diretores reeleitos: **Marcio Alberto Kamiyama** - Diretor Técnico de Engenharia, **Paula de Mesquita Tauil** - Diretora Comercial, **Maria Edith Bertoletti Gamboa** - Diretora de Operações, **Daniel Cornelius Dymphna Peeters** - Diretor Presidente. JUCESP nº 97.785/25-8 em 24/03/2025.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1006257-55.2022.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo de Azevedo Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) KARIN ANGELA STELLA, Brasileira, Professora, RG 25362863-5, CPF 163.859.688-39 e GISELE STELLA, CPF/MF nº310.497.578-74 que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, objetivando o recebimento da quantia de R$ 13.430,84 Jan/2022 decorrente serviços hospitalares prestados. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de maio de 2025.

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 15.284.980/0001-79 - NIRE 35.300.488.342

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 09 de abril de 2025

1. Data, hora e local. Realizada em 09.04.2025, às 08hs, na sede da **TS Participações e Investimentos S/A**, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, ou similar, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 19, §2º, do Estatuto Social da Companhia em razão da presença de todos os membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas apostas nesta ata de reunião. **3. Mesa.** Sr. **Masayuki Yoshizawa** como Presidente da Mesa, e Sra. **Sandra Pereira Zampieri** como Secretária. **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre contratação de empréstimo em moeda estrangeira JPY (Ienes Japoneses) pela subsidiária **TSE S/A. 5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: empréstimo em moeda estrangeira JPY (Ienes Japoneses), no valor de JPY 1.784.643.055,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cinquenta e cinco ienes) a ser contratado pela subsidiária TSE S/A junto ao Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A (em substituição ao que havia sido aprovado na reunião de 28.03.2025 no valor de JPY 1.360.583.127). **6. Forma sumária.** Foi autorizado que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento**. A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 09.04.2025. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Hideo Sato - Conselheiro; Francisco Vera Codina - Conselheiro; Yasutaka Suzuki - Conselheiro. **JUCESP** nº 135.191/25-7 em 17/05/2025 - **Aloizio E. Soares Junior -** Secretário Geral em Exercício.

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 15.284.980/0001-79 - NIRE 35.300.488.342

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 28 de março de 2025

1. Data, hora e local: Realizada em 28.03.2025, às 08:00 horas, na sede da TS Participações e Investimentos S/A, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, Brasil, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, ou similar, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença:** A convocação está dispensada, conforme o artigo 19, §2º, do Estatuto Social da Companhia em razão da presença de todos os membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas apostas nesta ata de reunião. **3. Mesa:** Sr. Masayuki Yoshizawa como Presidente da Mesa, e Sra. Sandra Pereira Zampieri como Secretária. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre contratação de empréstimo em moeda estrangeira JPY (Ienes Japoneses) pela subsidiária TSE S/A. **5. Deliberações:** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: empréstimo em moeda estrangeira JPY (Ienes Japoneses), no valor de **JPY 1,360,583,127.00** (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, quinhentos e oitenta e três mil e cento e vinte e sete ienes) ser contratado pela subsidiária TSE S/A junto ao Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S/A. **6. Forma sumária:** Foi autorizado que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento:** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 28.03.2025. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Hideo Sato - Conselheiro; Francisco Vera Codina - Conselheiro; Yasutaka Suzuki - Conselheiro. **JUCESP** nº 130.436/25-2 em 10/04/2025 - **Aloizio E. Soares Junior -** Secretário Geral em Exercício.

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF 15.284.980/0001-79 - NIRE 35.300.488.342

Re-Ratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, horário e local: Dia 10.08.2015, às 10hs na sede social, situada na Rua da Assembleia, nº 10, salas 4102, 4103 e 4104, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20050-091. **Presença:** Totalidade dos acionistas da **TS Participações e Investimentos S/A** a saber: **SOG - Óleo e Gás S/A,** com endereço à Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues, 46 - 8º andar, sala 84, Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04544-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 07.639.071/0001-88, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, por seus Diretores: **Rafael Ribeiro de Mendonça Lima,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 30.648.368-3 e CPF nº 309.390.588-55 e **Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 30.648.369-5 e CPF nº 309.390.598-27, e **Toyo Engineering Corporation**, companhia devidamente organizada de acordo com as leis do Japão, com sede na 5-1, Marunouchi 1-chome, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, inscrita no CNPJ/MF 05.507.597/0001-89, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **Akhilesh Kumar**, indiano, casado, empresário, portador do passaporte indiano Z2257926, residente e domiciliado em Chiba, Japão. Os representantes das acionistas da TS Participações e Investimentos S/A, resolvem re-ratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.08.2015, registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº de protocolo 0020152956794 em 21/08/2015 e nº de arquivamento 00002805688 em 24/08/2015, re-ratificada nº de protocolo 0020153848197 em 28/10/15 e nº de arquivamento 00002831482 em 29/10/2015 pelos seguintes motivos: Apesar do competente registro das Atas de Assembleia perante a Junta Comercial não foi realizada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, incluindo, mas não se limitando a alteração do representante da acionista Toyo Engineering Corporation para o Sr. Koji Kojima. Em função do acima exposto os representantes das sociedades acionistas resolvem Consolidar e re-ratificar o presente Estatuto Social, conforme abaixo: **Mesa de trabalho**: Koji Kojima, como Presidente e Rafael Ribeiro de Mendonça Lima como Secretário. **Instalação:** Verificada a presença da totalidade dos sócios da sociedade, o Sr. Presidente, com fundamento no art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, deu por instalada a Assembleia Geral Extraordinária. **Ordem do dia:** I. Mudança de endereço da sede da Companhia; II. Ratificar a saída do Diretor Alberto Jesus Padilla Lizondo; III. Eleição do novo diretor da sociedade; IV. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da sociedade. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente esclareceu que a reunião tinha por objetivo discutir e aprovar a alteração de endereço da sede da Companhia. I. De: Rua da Assembleia, nº 10, salas 4102, 4103 e 4104, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20050-091, Para: Rua Paul Valéry, nº 255, Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP, CEP 04719-050. II. Ratificar a saída do Diretor Alberto Jesus Padilla Lizondo. III. Eleger um novo Diretor para a sociedade o Sr. **Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 30.648.369-5 e CPF nº 309.390.598-27, residente na Rua Professor Vahia de Abreu, nº 142, casa 5, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04549-000. IV. Aprovação por unanimidade dos presentes da consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do documento que, autenticado pela mesa, integra a presente Ata como Anexo I e que fica arquivado na sede da Companhia. **Aprovação:** As deliberações foram tomadas e aprovadas por unanimidade de votos. **Encerramento**: Em seguida, como nada mais houvesse a tratar, o Sr. Presidente facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, para tratar de assuntos de interesse social e transcorrido algum tempo sem que nenhum dos presentes se manifestasse deu por encerrada a presente Assembleia, solicitando a lavratura de sua ata, que lida e achada segue assinada por todos os presentes. Assinaturas: **Mesa Diretora: Koji Kojima -** Presidente, **Rafael Ribeiro de Mendonça Lima -** Secretário. **Rafael Ribeiro de Mendonça Lima, Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima. SOG - Óleo e Gás S/A. Koji Kojima. Toyo Engineering Corporation JUCESP/NIRE** nº 3530048834-2 em 02/02/2016 - **Flavia Regina Britto -** Secretária Geral.

TSE S.A.

CNPJ/MF nº 15.563.826/0001-36 - NIRE: 3530063447-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de abril de 2024

1. Data, hora e local: Realizada em 22.04.2024, às 10hs, na sede da **TSE S/A**, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, Brasil, CEP 04717-911 ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada posteriormente ("Lei das S.A."), em razão da presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, como segue: **TS Participações e Investimentos S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911, inscrita no CNPJ/MF nº 15.284.980/0001-79, com seu Estatuto Social arquivado na JUCESP/NIRE 3530048834-2, neste ato representada por seus Diretores: **Sr. Hideo Sato,** japonês, casado, empresário, portador do RNE nº V434971-Y, inscrito no CPF/MF nº 232.119.408-12 e **Sr. Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 30.648.369-5 - SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 309.390.598-27, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911. **Estaleiros do Brasil Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São José do Norte/RS, Estrada Pública, S/N, Cocuruto, CEP 96225-000, inscrita no CNPJ/MF nº 09.628.613/0001-42, e com seu Contrato Social arquivado na JUCISRS/NIRE 4320740486- 6, neste ato representada por seus Diretores: **Sr. Wataru Nosaka**, japonês, casado, empresário, portador da cédula de identidade V462615-B - CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no CPF/MF nº 848.487.405-25 e **Sr. Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 30.648.369-5 - SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 309.390.598-27, ambos com endereço comercial acima. **3. Mesa: Sr. Hideo Sato**, como Presidente da Mesa, e **Sr. Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima** como Secretário. **4. Ordem do dia**: Deliberar sobre: (i) Discussão e votação acerca da renúncia e eleição de novo diretor da Companhia. **5. Deliberações**: Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: **5.1. Renúncia ao Cargo de Diretor**: Aceitar a renúncia do Diretor da Companhia, Sr. **Wataru Nosaka**, agradecendo, nesta oportunidade a inestimável atuação no desempenho de seu cargo. **5.2. Eleição para o Cargo de Diretor:** Sr. **Masayuki Yoshizawa**, japonês, casado, empresário, portador do passaporte nº TS3232769, inscrito no CPF/MF nº 060.285.537-35, com endereço comercial na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-911, São Paulo/SP com mandato de 2 (dois) anos, a partir da data de assinatura desta ata. **5.3.** A remuneração global, anual, da Administração, será fixada em ato próprio da Assembleia. **6. Declaração de desimpedimento**: **Sr. Masayuki Yoshizawa** declara, neste ato, não estar incurso, ou mesmo sendo processado, nem tampouco foi condenado, por quaisquer dos crimes que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer atividades comerciais, dentre estes os falimentares, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações e consumo, a fé pública ou a propriedade, e estando presente, assina a Ata da Assembleia, o que valerá como Termo de Posse. **7. Forma sumária:** Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **8. Encerramento:** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **9.** Esta ATA é firmada nos idiomas português e inglês. Em caso de qualquer conflito de interpretação a versão em português prevalecerá. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 22.04.2024. **Mesa: Hideo Sato** - Presidente**; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima -** Secretário. **Acionistas:** TS Participações e Investimentos S/A - **Hideo Sato**; TS Participações e Investimentos S/A - **Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima.** Estaleiros do Brasil Ltda. - **Wataru Nosaka;** Estaleiros do Brasil Ltda. - **Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima. JUCESP** nº 196.603/24-9 em 07/05/2024. **Maria Cristina Frei -** Secretária Geral.

TSE S.A.

CNPJ/MF 15.563.826/0001-36 - NIRE 3530063447-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 15 de maio de 2025

1. Data, hora e local. Realizada em 15.05.2025, às 08hs, na sede da **TSE S/A,** localizada na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, na Rua Alexandre Dumas, 1711, Edifício Birmann 12, 1º Andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-911 ("Companhia") e (ii) na plataforma Microsoft Teams, ou similar, conforme link disponibilizado pela administração da Companhia às acionistas que o requereram. **2. Convocação e presença.** A convocação está dispensada, conforme o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada posteriormente ("Lei das S.A."), em razão da presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, como segue: **TS Participações e Investimentos S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Alexandre Dumas, nº 1.711, 1º andar, Edifício Birmann 12, Chácara Santo Antonio, Cep. 04717-911, inscrita no CNPJ/MF nº 15.284.980/0001-79, com seu Estatuto Social arquivado na JUCESP/NIRE 3530048834-2, neste ato representada por seus Diretores. **Estaleiros do Brasil Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São José do Norte/RS, Estrada Pública, s/nº, Cocuruto, CEP 96225-000, inscrita no CNPJ/MF nº 09.628.613/0001-42, e com seu Contrato Social arquivado na JUCISRS/NIRE 4320740486-6, neste ato representada por seus Diretores. **3. Mesa.** Sr. Masayuki Yoshizawa como Presidente da Mesa, e Sra. Sandra Pereira Zampieri como Secretária. **4. Ordem do dia.** Deliberar sobre: **(i)** examinar, discutir, votar as demonstrações financeiras e as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrados em 31.12.2024. **5. Deliberações.** Após examinarem e discutirem os assuntos da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: **5.1** As demonstrações financeiras e as contas dos administradores relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024, conforme segue: **Em Reais Lucros / (Prejuízos), Em Reais Lucros / Prejuízos Acumulados: 2009,** -, -; **2010,** -, -; **2011,** -, -; **2012,** (10.999.738,65), (10.999.738,65); **2013,** 3.311.397,76, (7.688.340,89); **2014,** 9.717.888,28, 2.029.547,39; **2015,** 12.271.139,12, 14.300.686,51; **2016,** (1.007.984,21), 13.292.702,30; **2017,** 38.993.537,25, 52.286.239,55; **2018,** (4.133.144,00), 48.153.095,55; **2019,** 9.998.992,10, 58.152.087,65; **2020,** 15.005.833,25, 73.157.920,90; **2021,** 9.407.009,03, 82.564.929,93; **2022,** 10.738.354,49, 93.303.284,42; **2023,** 1.415.574,04, 94.718.858,46; **2024,** (314.013.691,70), (219.294.833,24). **5.2** Dos resultados apurados no balanço geral encerrado em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, serão, inicialmente, deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro; o lucro remanescente terá a seguinte destinação: **(a)** 5% (cinco por cento), no mínimo, para a constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o art. 182, §1°, da Lei das S.A., exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; **(b)** 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia; e **(c)** o saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **6. Forma sumária.** Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse lavrada e registrada em forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **7. Encerramento.** A assembleia foi aberta para qualquer pessoa que desejasse falar, e como ninguém manifestou interesse, os procedimentos foram encerrados e a assembleia foi temporariamente suspensa pelo tempo necessário para elaborar esta ata. Após a reabertura da sessão, a ata foi lida, considerada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **8.** Esta ATA é firmada nos idiomas português e inglês. Em caso de qualquer conflito de interpretação a versão em português prevalecerá. Esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 15.05.2025. **Mesa:** Masayuki Yoshizawa - Presidente; Sandra Pereira Zampieri - Secretária. **Acionistas: TS Participações e Investimentos S/A -** Masayuki Yoshizawa - Diretor; **TS Participações e Investimentos S/A** - Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima - Diretor. **Estaleiros do Brasil Ltda.** - Hideo Sato - Diretor; Marcelo Ribeiro de Mendonça Lima - Diretor. **JUCESP** nº 172.703/25-6 em 23.05.2025 - **Aloizio E. Soares Junior -** Secretário Geral em Exercício.

SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SISTEMAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA E SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES – SINCAB
CNPJ: 00.146.036/0001-88 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O Presidente do SINCAB, no uso de suas atribuições legais, convoca os trabalhadores da base de representação do SINCAB e os delegados de base das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, que serão realizadas, inclusive online, por meio eletrônico, nos endereços, divulgados com antecedência, na sede, no informativo próprio, bem como no site do SINCAB www.sincab.org, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1 -** Discussão e aprovação das pautas de reivindicações das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), dos Acordos Coletivos de Trabalho de Banco de Horas (ACTBH), dos Acordos de Participação nos Resultados (APR) e dos Acordos de Jornadas Especiais de Trabalho (AJET), para o exercício de 2025/2026 e, no que couber, para o biênio 2025/2027, com abrangência nacional, ou interestadual, ou estadual, ou intermunicipal ou municipal, envolvendo empresas e os sindicatos das categorias econômicas da cadeia produtiva de serviços do Sistema de Televisão por Assinatura e de Acesso Condicionado e dos Serviços Especiais de Telecomunicações, a saber: Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Televisão por Assinatura e de Serviço de Acesso Condicionado – SETA; Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de Televisão por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações – SINSTAL; Sindicato Nacional das Empresas de Radiocomunicações e Serviços Especiais de Telecomunicações – SINDER e os demais sindicatos da categoria econômica; **2 -** Autorização à diretoria do SINCAB, para negociar e firmar as Convenções Coletivas de Trabalho, bem como negociar e firmar os Acordos Coletivos de Trabalho, com cada empresa, negociar e firmar os Acordos Coletivos de Trabalho de Banco de Horas, os Acordos de Participação nos Resultados e os Acordos de Jornadas Especiais de Trabalho e ainda, para instaurar processo de Dissídio Coletivo junto ao TST e, se for o caso, instaurar processos de Dissídios Coletivos junto aos Tribunais Regionais do Trabalho – TRT, de cada Estado, caso não haja acordo com qualquer Sindicato Patronal e/ou com quaisquer empresas. A Assembleia Geral Extraordinária se realizará no dia 04 de julho de 2025, às 09:00h, em primeira convocação, com o quórum legal e às 09:30h, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede do SINCAB, na Rua Genebra, 264, 4º andar, Cj. 46, Bela Vista, São Paulo – SP e online, por meio eletrônico, acessando a plataforma Join Zoom Meeting, no seguinte link: https://us02web.zoom.us/j/81338398783?pwd=hFRAKGoEvaOWGEmfoUPenah9ByRSFp.1 - ID da reunião: 813 3839 8783 - Senha: 989279. O presente edital coloca os trabalhadores especificamente da base da representação do SINCAB em Assembleia Geral Extraordinária, permanente, até a conclusão da negociação da campanha salarial de 2025, oportunidade em que assembleia subsequente será convocada, podendo se realizar online, por meio eletrônico, sendo informados com antecedência no site do SINCAB, o local, o dia, a hora e o acesso.

São Paulo (SP), 27 de junho de 2025.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO - Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1096967-33.2013.8.26.0100. GABRIEL ALVES BUENO PEREIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Inacio José Oliveira Gusmão, CPF 244.272.927-04, que Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês, ajuizou uma ação de Cobrança pelo Procedimento Comum Cível, objetivando condenar réu ao pagamento de R$ 20.862,72 (09/2013), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito das Nota-fiscal de serviço nº 00669227. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de junho de 2025. N - 27 e 28

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0006451-69.2022.8.26.0002**. Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata. Requerente: Mineradora Ponte Alta Ltda. Requerido: Luciene Santos de Oliveira e outro. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO: 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006451-69.2022.8.26.0002. O Dr. Renato Graciano Capella, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, FAZ SABER a WILLIAN RODRIGUES AZEVEDO (CPF. 296.804.818-08) e LUCIENE SANTOS DE OLIVEIRA (CPF. 323.519.778-82), que nos autos da ação de execução, ajuizada por Mineradora Ponte Alta Ltda, em face de G.M.P. Construção e Incorporações Ltda (CNPJ. 04.854.651/0001-08), foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, manifeste-se sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa G.M.P. Construção e Incorporações Ltda (CNPJ. 04.854.651/0001-08), requerendo as provas cabíveis. Estando os requeridos em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de junho de 2025.

SOUZA & SOUZA HOLDING S/A

CNPJ nº 61.223.676/0001-39

Ata de Assembleia Geral de Constituição - Realizada em 06.02.2025.

Data: 06.02.2025. **Local**: Travessa Glênio Peres, 94, Vila Jacuí/SP, CEP: 08060180. **Subscritores: Cristiano Bispo de Souza,** RG nº 21968167-3 SSP/SP, CPF/MF nº 127.836.978-31, e **Maria Eduarda Mossuly de Souza,** RG nº 53323096-2 SSP/SP, CPF/MF nº 487.665.238-42. **Presença:** Iniciados os trabalhos verificou-se a presença dos subscritores representando a **totalidade** do capital social, bem como daqueles chamados a participação, esclarecendo a ausência de publicação dos Editais de Convocação, pela dispensa do mesmo conforme dispõe o art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **Mesa Diretora: Cristiano Bispo de Souza,** atuando como **Presidente;** e **Maria Eduarda Mossuly de Souza, Deliberações:** Item **"I"** da ordem do dia: O Presidente esclareceu, que a presente Assembleia tem por finalidade precípua, a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, que será regida pela Lei nº 6.404/76, sendo aprovado por unanimidade dos subscritores presentes. Item **"II"** da ordem do dia: Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o **"Boletim de Subscrição"** a que alude o artigo 85, da Lei nº. 6.404/76, onde descriminou-se que o capital social desta sociedade será constituído no valor de R$ 10.000,00, totalizando um montante de 10.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, em moeda corrente do país, sendo integralizado neste ato através de depósito no Banco do Brasil S/A, o valor de R$ 1.000,00, conforme o **"Boletim de Subscrição"**, que fará parte da presente ata. (Anexo I). Item **"III"** da ordem do dia: Tendo sido cumprido todos os requisitos preliminares da constituição desta sociedade, o Presidente atestou ter em mãos o projeto do Estatuto Social, que submetido à apreciação dos subscritores, foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, sendo sua redação descrita no **Anexo II** deste instrumento. Item **"IV"** da ordem do dia: Uma vez aprovado o Estatuto Social, foi efetuada a eleição dos Diretores, verificando-se o seguinte resultado: **Diretor Presidente: Cristiano Bispo de Souza, Diretora Vice-Presidente: Maria Eduarda Mossuly de Souza, Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e não havendo manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, que após ser lida e aprovada, segue assinada por seus subscritores e diretor eleito. São Paulo, 06.02.2025. **Mesa Diretora e Subscritoras: Cristiano Bispo de Souza,** Presidente da Mesa / Subscritor, **Maria Eduarda Mossuly de Souza** - Secretária da Mesa / Subscritora. **Advogada: Dra. Thamiris Cortes Pinto** - OAB/SP nº 497.440 - Advogada. **JUCESP Certifico o Registro sob nº 3530066640-2. CNPJ nº 61.23.676/0001-39** data de arquivamento em 09/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

Goodman Guarulhos II Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 37.253.276/0001-91 - NIRE 35.300.559.118

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Outubro de 2024

1. Data, Horário e Local: realizada aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro de 2024, às 09:30 horas, na sede social da **Goodman Guarulhos II Empreendimentos Imobiliários S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 9° andar, sala 20, parte, Itaim Bibi, CEP 04.542-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com o disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), conforme evidenciado no Livro de Presença de Acionistas da Companhia arquivado em sua sede. **3. Mesa**: os trabalhos foram presididos pela Sra. **Maria Edith Bertoletti Gambôa** e secretariados pela Sra. **Elisa Ghizzi Lousada**. **4. Ordem do Dia**: deliberar sobre: **(i)** o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a emissão de 5.000 (cinco mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** em razão da deliberação acima, a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a autorização para a administração praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações referidas nos itens (i) e (ii) acima. **5. Deliberações**: instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), foram aprovadas, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes matérias: **5.1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, passando o capital social **dos atuais** R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais) **para** R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), um aumento, portanto, de R$ 5.000,00 (cinco mil), mediante a emissão de 5.000 (cinco mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, o qual foi fixado com base no art. 170, §1º, II, da Lei das S.A., neste ato totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Goodman Brazil Logistic Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), mediante a capitalização de créditos detidos pelo FIP contra a Companhia decorrentes da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs"), nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata na forma do **Anexo I**. **5.1.1.** A acionista GBLP Investimentos e Participações S.A., neste ato, renuncia expressamente a qualquer direito de preferência que possua ou possa vir a possuir, em relação à subscrição de ações ora deliberada. **5.2.** Em razão da deliberação no item 5.1. acima, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), dividido em 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."* **5.3.** Aprovar a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações acima aprovadas, o qual passará a vigorar com a nova redação do **Anexo II**. **5.4.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários ou convenientes para a implementação das deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo – SP, 31 de outubro de 2024. **Mesa**: Presidente – Maria Edith Bertoletti Gambôa; Secretária – Elisa Ghizzi Lousada. **Acionistas Presentes**: Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia S.A., neste ato representada por sua gestora Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa; e GBLP Investimentos e Participações S.A., representada por seus diretores Marcio Alberto Kamiyama e Maria Edith Bertoletti Gambôa. São Paulo, 31 de outubro de 2024. Mesa: **Maria Edith Bertoletti Gambôa** - Presidente, **Elisa Ghizzi Lousada** - Secretária. Acionistas presentes: **Goodman Brazil Logistics Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia -** Por: Goodman Consultoria, Participações e Administração de Valores Mobiliários Ltda. - Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora Técnica de Gestão de Carteira e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. **GBLP Investimentos e Participações S.A. -** Por: Maria Edith Bertoletti Gambôa - Diretora de Operações e Marcio Alberto Kamiyama - Diretor Técnico de Engenharia. JUCESP nº 463.046/24-9 em 13/12/2024.

Procon-SP alerta para a desinformação sobre preços e uso de dados pessoais na compra de medicamentos

A Fundação Procon-SP acaba de concluir uma consulta virtual sobre a percepção dos consumidores na compra de medicamentos, com destaque para dois alertas: a falta de conhecimento sobre preços regulados pela Anvisa e o desconhecimento sobre o uso de dados pessoais coletados por farmácias.

A pesquisa teve como foco entender hábitos, comportamentos e o nível de informação da população sobre a compra de remédios, especialmente em um cenário onde os gastos com saúde comprometem parte significativa da renda — realidade ainda mais sensível entre idosos, que muitas vezes dependem apenas da aposentadoria.

Com 1.378 participantes, o levantamento analisou temas como frequência de compra, canais utilizados (lojas físicas ou plataformas digitais), influência da publicidade, riscos da automedicação e conhecimento sobre o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), fixado pela Anvisa com base na tabela da CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos).

Principais destaques da consulta:

74,8% dos consumidores não sabiam que a maioria dos medicamentos tem preço máximo regulado;

Mesmo entre os que conhecem o PMC, 24,8% não sabem como consultar a tabela oficial;

Apenas 14% dos entrevistados têm pleno conhecimento sobre o uso de seus dados pessoais pelas farmácias;

40,5% avaliam que o consumidor não tem informações suficientes para fazer boas escolhas na hora de comprar medicamentos.

Perfil predominante dos respondentes:

63,8% são mulheres;

39,4% têm entre 36 e 50 anos;

64,5% possuem renda de até quatro salários mínimos;

46,3% residem na capital paulista.

Informação para um consumo consciente

A consulta feita pelo Procon-SP aponta que as farmácias e drogarias precisam aprimorar a forma de explicar como os dados dos clientes são usados, tratados e guardados e não apenas dizer que são necessários para a obtenção de descontos, se as informações são compartilhadas com laboratórios, convênios médicos ou redes hospitalares e se há monetização decorrente de eventuais compartilhamentos e outros esclarecimentos determinados pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

O Procon-SP reforça que o acesso à informação é um direito básico do consumidor e que a transparência no relacionamento com os clientes é essencial para garantir um consumo seguro, consciente e autônomo, sendo ainda uma estratégia de fidelização. Os consumidores podem pedir esclarecimentos sempre que seus dados pessoais forem solicitados.

A consulta feita pelo Procon-SP com os consumidores que acessaram o seu site entre os dias 9 de maio e 2 de junho integra a atuação permanente do órgão oficial de defesa do consumidor do estado de São Paulo em educação para o consumo e elaboração de políticas públicas voltadas à harmonização das relações de consumo.

Preços de medicamentos

Na próxima terça-feira (1), o Procon-SP divulgará uma pesquisa comparativa de preços de 72 medicamentos, feita presencialmente em estabelecimentos da capital, e 67 medicamentos em consulta em lojas on-line. As diferenças de preços médios de genéricos variam em mais de 13% entre compras online e em lojas físicas e em mais de 2.000% nos valores de um mesmo produto com a mesma dosagem. (Governo de SP)

Haddad defende mobilização de progressistas contra desigualdade

Em palestra no final da manhã da sexta-feira (27), na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que as forças progressistas precisam se mobilizar e criar um novo e forte projeto de transformação social. Segundo Haddad, isso é necessário para enfrentar o que chamou de "forças obscurantistas" e que, em sua visão, estão afetando o mundo todo atualmente.

"O que as forças progressistas estão carecendo mais do que nunca é de se reapresentar e apresentar um projeto, um programa forte de transformação social", disse o ministro. "Se nós não recolocarmos um projeto ambicioso de transformação, essas forças obscurantistas vão continuar fazendo esse estrago que estão fazendo em termos de oportunidade, em termos de desigualdade, em termos de preconceito, em termos de intolerância", acrescentou.

Para o ministro, esse atual momento político que está sendo atravessado em todo o mundo é bastante desafiador. Por isso, ele defende que as pessoas se movimentem e se mobilizem para impedir "que essas forças obscurantistas" tomem ou continuem no poder.

"As pessoas veem quem está no poder fazendo o que está fazendo e se recolhem. Não é hora de se recolher. Se recolher só quando está tudo bem. Aí, você pode até puxar a guarda. Mas não é o caso agora. Agora é a hora de vestir o uniforme do embate, do bom debate público, do debate político, da disputa por ideias, da disputa por futuro. E, com as nossas armas, que é o conhecimento, o bom senso, a empatia e o desejo de melhorar, fazer uma boa luta para melhorar o Brasil".

Haddad palestrou no evento Juventude, Democracia e os Novos Caminhos para a Política no Brasil, promovido pela Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, no Salão Nobre da faculdade, no centro da capital paulista.

Durante a palestra, ele disse que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e que é preciso buscar a justiça social. "No meio da campanha eleitoral, o presidente Lula disse 'Eu quero colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda'. Quando ele ganhou a eleição e me sondou para ser ministro da Fazenda, eu falei: 'Tá valendo o slogan da campanha'? E eu aceitei o convite. No Brasil, ocorre exatamente o contrário disso. São R$ 800 bilhões de renúncia fiscal, e o pobre está no imposto de renda. A base da pirâmide sustenta o Estado, e o topo não comparece com sua justa parte para manter a sociedade funcionando", falou.

Para o ministro, essa grande desigualdade no Brasil faz o país perder o seu próprio respeito. "Nós precisamos encarar de uma vez por todas que a desigualdade no Brasil é a sua principal fragilidade, nosso entrave. E isso que faz com que as pessoas não respeitem o nosso país porque nós não nos respeitamos. Um país que se quer respeitar é um país que, em primeiro lugar, tem que olhar para si próprio", disse ele.

Embora não tenha comentado diretamente sobre a votação do Congresso Nacional que decidiu derrubar o decreto presidencial sobre o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o ministro declarou durante a palestra que a parcela mais rica da população não quer contribuir com o fim dessa desigualdade social, participando do ajuste fiscal.

"Quando se vai fazer um ajuste fiscal, a primeira pergunta que você tem que fazer é o seguinte: 'quem vai pagar pelo ajuste?' Em geral, quem vai pagar essa conta é quem ganha salário mínimo, é o aposentado, é o servidor público, é o pessoal da periferia. Essa turma que vai pagar tudo no fisco. Mas quando você fala: 'Não, vamos corrigir essas contas, nós vamos chamar a turma da cobertura para pagar isso'. Aí, sabe o que é que acontece? Curiosamente, o ajuste fiscal tem que ser do governo. Ele não é mais interessante. Ninguém mais fala do assunto", criticou o ministro.

Segundo o ministro, esse ajuste fiscal precisa ser feito com igualdade social. "Se o país tem essa desigualdade, nós temos que entender que essa desigualdade tem que ser corrigida junto com o ajuste. E não depois. Porque, depois, a desigualdade vai ser maior", declarou. "Quando a gente faz esse debate público, não é para ofender ninguém nem nada. A verdade não pode ofender a não ser por ela própria, né? O que ofende é um país que está entre as 10 maiores economias ter esse nível de desigualdade. Mas a verdade é o começo da solução", falou o ministro.

Questionado pela imprensa ao final da palestra sobre se o governo vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter o aumento das alíquotas do IOF, o ministro se limitou a dizer que vai aguardar a decisão do presidente da República sobre o caso. (Agência Brasil)

Governo assina acordo para acelerar regularização fundiária

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, assinaram na sexta-feira (27) um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que vai permitir atuação conjunta para acelerar a regularização fundiária de 1,9 milhão de hectares – o equivalente a cerca de 7% do território do estado que atualmente pertence à União.

"A iniciativa integrará sistemas de gestão e agilizará a titulação de terras públicas rurais e urbanas, envolvendo os Ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto de Terras do Tocantins (Itertins)", informou o Palácio do Planalto.

A cerimônia, no município de Araguatins (TO), incluiu ainda a entrega de sete novos assentamentos com capacidade para beneficiar 896 famílias; de 169 títulos de regularização fundiária em terras públicas federais para agricultores familiares; e de 17 títulos de propriedade para assentados da reforma agrária.

Também foram entregues 350 títulos de regularização fundiária para moradores do município de São Bento (TO). A ação permite que a prefeitura passe a emitir títulos individuais, consolidando a posse dos terrenos onde as famílias construíram casas. Esta é a segunda entrega na localidade, de um total que deve beneficiar 1.028 famílias. (Agência Brasil)

Moraes manda prender condenados por bomba no aeroporto de Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a prisão dos três homens condenados pela tentativa de explosão de um caminhão-tanque nos arredores do aeroporto de Brasília, no dia 24 de dezembro de 2022, véspera de Natal.

Com a medida, os acusados George Washington de Oliveira, Alan Diego dos Santos Rodrigues e Wellington Macedo de Souza ficarão presos preventivamente, ou seja, por tempo indeterminado.

A decisão foi assinada na terça-feira (24), e os acusados devem passar por uma audiência de custódia nos próximos dias.

Os três acusados já foram condenados pela Justiça do Distrito Federal. Em maio de 2023, a Justiça apenou o empresário George Washington a nove anos e quatro meses de prisão. Alan Diego foi condenado a cinco anos e quatro meses. As condutas envolvem os crimes de explosão, causar incêndio e posse arma de fogo sem autorização.

Wellington Macedo foi condenado a seis anos de prisão. Ele foi acusado de expor a integridade física da população mediante uso de explosivo. Todos já estavam no regime semiaberto.

Ao determinar a nova prisão, Moraes entendeu que a tentativa de explosão tem ligação com os atos golpistas de 8 de janeiro.

Além de terem sido condenados pela Justiça da capital federal, os acusados já foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo pelos crimes de associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e atentado contra a segurança de transporte aéreo.

"Os meios elegidos foram suficientes para caracterizar grave ameaça, por anunciar catástrofe coletiva com recado persuasivo. Firmada essas premissas, há necessidade de acautelar a ordem pública", decidiu o ministro. (Agência Brasil)

AGU entrega ao Supremo plano para regularização de terras indígenas

A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um plano para regularização de terras indígenas que estão em disputa judicial.

A proposta foi entregue na noite da quinta-feira (26) à comissão de conciliação convocada pelo ministro Gilmar Mendes para debater sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas.

O plano de transição pretende indenizar particulares que têm títulos legais de propriedade e que contestaram na Justiça as demarcações de oito terras indígenas localizadas nos estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Apesar de terem recebido dos estados os títulos de terras, os proprietários estão em localidades que foram reconhecidas como áreas indígenas e devem sair do local. Nesses casos, o STF já reconheceu o direito dos particulares de serem indenizados pelo valor da terra, não só pelas benfeitorias.

Se o plano for homologado pela Corte, o governo federal pretende pagar as indenizações, por meio de precatórios, a 752 particulares que estão nas terras indígenas Toldo Imbu, Morro dos Cavalos, Guarani de Araçaí e Ibirama-Lá Klãnõ, em Santa Catarina, e Arroio-Korá, Taquara, Potrero Guaçu e Yvy-Katu, em Mato Grosso do Sul.

"Fica instituído o Plano Transitório para Regularização das Terras Indígenas em Litígio Judicial, com objetivo de viabilizar a conclusão de procedimentos demarcatórios e a conciliação com particulares detentores de títulos válidos de propriedade ou posse sobre áreas total ou parcialmente sobrepostas a terras indígenas, conforme os critérios estabelecidos neste plano", diz o texto do plano.

Comissão

Na segunda-feira (23), o gabinete de Gilmar Mendes realizou a última reunião da comissão de conciliação.

Após nove meses de trabalho, foi elaborada uma minuta com sugestões de um anteprojeto que será enviado ao Congresso Nacional para alteração na Lei 14.701 de 2023, norma que, apesar de tratar de direitos dos povos indígenas, inseriu o marco temporal para as demarcações.

A questão do marco temporal não foi alterada porque é um dos temas em que não há consenso. Além disso, no ano passado, Gilmar Mendes negou uma liminar contra a suspensão da regra e enviou o caso para conciliação.

A aprovação não teve participação ampla dos povos indígenas. Em agosto do ano passado, representantes da Articulação dos Povos Indígenas (Apib) se retiraram da conciliação. A entidade entendeu que os direitos dos indígenas são inegociáveis e não que há paridade no debate.

Pela tese do marco temporal, os indígenas somente têm direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época.

Em dezembro de 2022, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que validou o marco.

Em setembro, antes da decisão dos parlamentares, o Supremo decidiu pela inconstitucionalidade do marco. A decisão da Corte foi levada em conta pela equipe jurídica do Palácio do Planalto para justificar o veto presidencial. (Agência Brasil)

Defesa Civil do Rio Grande do Sul emite novo alerta para chuvas fortes

A Defesa Civil do Rio Grande do Sul emitiu, no fim da manhã da sexta-feira (27), um novo alerta sobre o risco de chuvas fortes voltarem a atingir grande parte do estado a partir deste fim de semana.

A mudança no tempo se inicia neste sábado, quando chuvas intensas devem voltar a cair sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre e outras partes do território gaúcho já afetadas pela precipitação das últimas semanas.

A preocupação maior é com as cidades e áreas de influência de rios que cortam o estado e cujos níveis já estão altos, como o Jacuí, que responde por cerca de 80% de toda a água que chega ao Lago Guaíba. Às 15h de sexta-feira, o nível do lago estava em 3,29 metros próximo a Porto Alegre – apenas 31 centímetros abaixo da cota de inundação da área.

Granizo e ventos fortes

O volume de chuva pode variar entre 50 e 90 milímetros/dia nas regiões Metropolitana de Porto Alegre e Norte do estado, podendo chegar aos 100 mm/dia nas regiões dos Vales, Noroeste, Centro-Norte, Serra e Litoral Norte, especialmente durante a noite. Também há risco de temporais com granizo e rajadas de vento acima dos 70 km/h no Noroeste e Norte do estado.

A formação de um ciclone extratropical próximo à costa favorece a ocorrência de chuvas intensas e persistentes, acompanhada de raios e temporais isolados, a partir do domingo (29). Os acumulados variam entre 50 e 80 mm/dia nas Missões, Noroeste, Centro-Norte, Serra e na Região Metropolitana de Porto Alegre, podendo chegar aos 100 mm/dia nos Vales e Litoral Norte.

Ainda devido à influência do ciclone extratropical, as rajadas de vento deverão se intensificar, variando entre 50 e 75 km/h em toda a metade sul do estado, bem como no litoral e nas regiões Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre. Há risco de temporais com granizo e rajadas de vento acima dos 70 km/h nas regiões Noroeste e Norte e o mar deve ficar agitado. (Agência Brasil)

Brasileiras estão tendo menos filhos e adiam maternidade, diz Censo

As brasileiras estão tendo menos filhos e adiando a maternidade. É o que apontam os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados na sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a pesquisa, são consideradas mulheres de 15 a 49 anos.

A média de filhos por mulher em idade reprodutiva no Brasil, chamada de taxa de fecundidade total, caiu para 1,55 em 2022. De acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade das brasileiras vem decrescendo desde a década de 1960. Em 1960, por exemplo, era de 6,28 filhos por mulher. Essa média caiu para 5,76 em 1970, para 4,35 em 1980, para 2,89 em 1991 e para 2,38 em 2000. Em 2010, a taxa era de 1,90 filhos por mulher.

Desde 2010, a taxa de fecundidade brasileira está abaixo da chamada taxa de reposição populacional, ou seja, da média de filhos por mulher necessária para manter a população estável, que é de 2,1.

"A componente de fecundidade é muito importante para analisar a evolução demográfica de uma população. O ritmo de crescimento, as transformações na pirâmide etária e o envelhecimento populacional estão diretamente relacionados ao número de nascimentos", explica a pesquisadora do IBGE Marla Barroso.

Segundo ela, a transição da fecundidade no Brasil foi iniciada na década de 60 nas unidades da federação economicamente mais desenvolvidas da região Sudeste, em grupos com maior nível educacional e nas áreas urbanas. "Nas décadas seguintes, foi se alastrando por todo o Brasil", explica.

Regiões

Na Região Sudeste, a taxa de fecundidade saiu de 6,34 filhos por mulher em 1960, passou para 4,56 em 1970, caiu para 3,45 em 1980, atingiu o nível de reposição populacional em 2000 (2,1 filhos por mulher). Em 2022, ficou em 1,41, o menor do país. "Para as outras regiões do Brasil, a queda se intensificou a partir ali da década de 70", explica Marla.

Na Região Sul, que tinha a menor taxa de fecundidade em 1960 (5,89 filhos por mulher), a principal queda ocorreu de 1970 (5,42) para 1991 (2,51). Em 2022, a taxa ficou em 1,50, também abaixo da média nacional.

No Centro-Oeste, que tinha taxa de 6,74 em 1960, a tendência de queda foi semelhante à da região Sul, ao apresentar o principal recuo de 1970 (6,42) para 1991 (2,69). Em 2022, a taxa era de 1,64.

As regiões Norte e Nordeste também apresentaram quedas consideráveis de 1970 para 1991. Mas, em 1980, ainda tinham taxas de fecundidade acima de 6 filhos por mulher. No Norte, a taxa passou de 8,56 em 1960 para 8,15 em 1970 e para 6,45 em 1980. Em 2010, aproximou-se da taxa de reposição ao atingir 2,47. Em 2022, ficou em 1,89, a mais alta do país.

O Nordeste foi a única região a apresentar alta de 1960 (7,39 filhos por mulher) para 1970 (7,53). Em 1980, a taxa começou a recuar, passando para 6,13. Em 2000, o indicador se aproximou da taxa de reposição, ao ficar em 2,69. Em 2022, ficou em 1,60, abaixo do Centro-Oeste.

Entre os estados, Roraima é o único com taxa acima da reposição populacional: 2,19 filhos por mulher. Na sequência aparecem Amazonas (2,08) e Acre (1,90). Entre aqueles com menores taxas, destacam-se o Rio de Janeiro (1,35), Distrito Federal (1,38) e São Paulo (1,39).

Maternidade mais tarde

A pesquisa não apenas observou a continuidade da queda da taxa de fecundidade, como também revela que as mulheres estão tendo filhos com idades mais avançadas. A idade média da fecundidade no Brasil passou de 26,3 anos em 2000 para 28,1 em 2022. A tendência foi observada em todas as regiões.

Em 2022, o Norte apresentou a menor idade (27 anos), enquanto o Sudeste e o Sul mostram as maiores (28,7 anos). Entre as unidades da federação, a idade média de fecundidade mais alta foi a do Distrito Federal (29,3 anos) e a mais baixa, do Pará (26,8 anos).

Sem filhos

O levantamento aponta ainda que cresce o grupo daquelas que chegam ao fim da idade reprodutiva sem filhos. O percentual de mulheres com 50 a 59 anos que não tiveram filhos nascidos vivos, segue em alta. Em 2000 era 10%, passou para 11,8% em 2010 e apresentou um aumento ainda mais expressivo em 2022, chegando a 16,1%. No Norte, o percentual passou de 6,1% para 13,9%. No Sudeste, subiu de 11% para 18%.

Entre as unidades da federação, o Rio de Janeiro tinha, em 2022, o maior percentual (21%) de mulheres sem filhos e Tocantins, o menor (11,8%).

Religião e raça

De acordo com os dados do Censo, entre as religiões, as evangélicas são as que apresentam maior taxa de fecundidade – 1,74 filhos por mulher, acima da média nacional. Os menores índices foram encontrados entre as mulheres espíritas (1,01) e as seguidoras da umbanda e candomblé (1,25). As mulheres de outras religiosidades (1,39), sem religião (1,47) e as católicas (1,49) tiveram taxas abaixo da média nacional.

Segundo o pesquisador do IBGE Marcio Minamiguchi, não é possível, apenas com base nos dados do Censo 2022, afirmar os motivos que levam a essas diferenças das taxas de fecundidade entre as seguidoras das religiões.

"Para entender o efeito de uma religião sobre a fecundidade, ou seja, se uma doutrina poderia levar a uma certa propensão a ter filhos ou não, teria que isolar todos os outros fatores, como renda, o local onde as pessoas moram, a atividade profissional e tudo mais". (Agência Brasil)

Eufrázio

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 724 | 28 DE JUNHO A 4 DE JULHO DE 2025

Importados

Ford Maverick com novas versões

Picape mais nova do portfólio da Ford, a Maverick traz sua primeira atualização. Além de renovar o visual e ganhar mais itens de tecnologia, segurança e conforto, a família cresceu e passa a oferecer três versões: a off-road Tremor, a esportiva Lariat Black e a Hybrid, esta última programada para o segundo semestre.

A proposta da marca com essa renovação é diversificar a linha e atender uma gama maior de clientes, adicionando um tempero extra à picape sem perder a sua característica de conforto e versatilidade para uso no dia a dia.

A Maverick Lariat Black e a Maverick Tremor são equipadas com o motor 2.0 EcoBoost a gasolina, de 253 cv (@ 5.500 rpm) e torque de 38,7 kgfm (@3.000 rpm), que foi atualizado, junto com a transmissão automática de oito velocidades.

Além de nova calibração, as mudanças no motor incluem a adoção de novos componentes nos sistemas de ventilação do cárter, arrefecimento, temporização do eixo de comando, borboleta eletrônica, comando de válvulas variável, sensores, arquitetura do cabeçote e recirculação de gases de escapamento.

As novidades de estilo da Maverick estão presentes na grade, no para-choque dianteiro, nos faróis de LED em formato de C, nos alargadores de para-lama e no oval Ford em preto. Já a cabine ficou muito mais tecnológica, com nova central multimídia SYNC 4 de 13,2" com conectividade sem fio para Android Auto e Apple CarPlay, GPS embarcado, painel de instrumentos digital de 8", carregador por indução, som premium B&O e atualizações over-the-air.

O teto solar elétrico e o porta-objetos sob o banco traseiro são itens de conforto que só a Maverick oferece no segmento, além de banco do motorista com ajuste elétrico em oito posições e retrovisores com aquecimento. A caçamba agora traz capota marítima como item de série em toda a linha.

Na parte de segurança, a picape também vem recheada de novidades. Tem piloto automático adaptativo com stop & go, assistente de manutenção e centralização em faixa, assistente de frenagem autônoma com detecção de pedestre e ciclista (incluindo à ré), sensor de estacionamento dianteiro e traseiro e monitoramento de ponto cego com alerta de tráfego cruzado e cobertura de reboque.

O pacote se completa com sete airbags, assistente de partida em rampa, controle automático de descidas, assistente de manobras evasivas, farol alto automático e sensor de chuva. O assistente de reboque Pro Trailer, que auxilia no engate e nas manobras usando algoritmos de "machine learning", o controle de oscilação de reboque e a câmera 360° são outras exclusividades.

Versões Tremor e Lariat Black

A Maverick Tremor tem visual diferenciado pelos frisos laranja na grade dianteira e detalhes da mesma cor no para-choque, nas rodas de 17" e emblemas. Na cabine, em tom escuro, há bancos dianteiros com aquecimento e o emblema Tremor aplicado no encosto, além de volante com aquecimento e paddle shift.

Como toda a família Tremor, ela agrega recursos que aumentam a capacidade off-road: suspensão exclusiva, tração 4WD, pneus 235/65 R17 All-Terrain Plus, bloqueio do diferencial traseiro e piloto automático off-road com função "one pedal drive". Conta ainda com seis modos de condução, incluindo o novo Off-Road – além do Normal, Eco, Esportivo, Escorregadio e Rebocar/Transportar.



A sua disposição todo-terreno é reforçada pelo aumento dos ângulos de entrada (30,9°), saída (21,3°) e transposição de rampa (20°) e maior vão livre do solo da carroceria (226 mm). Ela tem capacidade para transportar 477 kg, 943 litros e reboca 499 kg.

O nome da Maverick Lariat Black remete aos detalhes escurecidos da carroceria, que incluem a grade, as rodas de 17" e adesivos no capô na cor preta. Ela também se sai bem nas trilhas, com tração AWD, pneus 225/65 R17 All-Terrain, assistente de reboque Pro Trailer e cinco modos de condução: Normal, Eco, Esportivo, Escorregadio e Rebocar/Transportar. Sua capacidade de carga é de 618 kg.

Garantia, conectividade e preço

A Maverick Lariat Black e a Maverick Tremor começaram a ser vendidas por R$ 219.900 e R$ 239.900, respectivamente, preços que reforçam a sua atratividade frente às concorrentes do segmento. A linha oferece três anos de garantia e nove opções de cores modernas e diferenciadas: Verde Fuji, Azul Indianápolis, Vermelho Vermont, Cinza Glasgow, Cinza Torres, Branco Ártico, Branco Space, Branco Itaúnas e Preto Astúrias.

A Nova Maverick conta também com os recursos de conectividade do modem embarcado e do aplicativo FordPass, que permitem partida remota e acionamento do ar-condicionado, travamento e destravamento das portas e localização do veículo, além do acompanhamento preventivo inteligente para alerta em caso de falhas.

Como parte das experiências conectadas, convenientes e personalizadas oferecidas pela marca, o cliente tem a opção do serviço leva e traz sem custo para fazer a manutenção do veículo na Rede Ford. E pode personalizar a picape com uma linha de mais de 18 acessórios exclusivos, como engate traseiro, suporte para bicicleta, estribo lateral, caixas organizadoras e extensor de caçamba, entre outros.

Nacionais

Jeep com boas ofertas em junho



A Jeep, referência entre os SUVs, traz ofertas imperdíveis no mês de junho na compra de um Renegade, Compass ou Commander, durante a campanha "Last Chance" Jeep.

Durante o todo o mês de junho, o Renegade Altitude, equipado com motor turbo de 176 cv, 6 airbags, rodas de 17 polegadas, Jeep Traction Control+ e muitos outros itens de série sai de R$ 142.990 por R$ 125.990 e conta com supervalorização do usado na troca. Já a versão Longitude pode ser adquirida com taxa zero em 36 vezes e também possui supervalorização na troca.

Já o Compass Sport, referência entre os SUVs médios que conta com um design único, conforto e tecnologia, também tem desconto. De R$ 189.990, a versão está disponível por R$ [illegible] durante o mês. As outras versões também podem ser adquiridas com taxa zero em 36 vezes. Todos contam com supervalorização na troca do usado.

Para quem busca um carro com espaço para sete pessoas, com tecnologias de condução semi autônoma de nível 2, sofisticação e robustez, o Commander Longitude sai de R$ 240.490 por R$ 205.990. O Limited está com taxa zero em 36 vezes, além da supervalorização do usado.

Quem optar por comprar qualquer um modelo da Jeep fabricado no Brasil zero quilômetro também pode desfrutar da tranquilidade em receber 5 anos de garantia e participar do programa de fidelidade da marca, o Jeep Wave.

Geely EX5 chega ao Brasil



O primeiro lote de veículos Geely EX5 chegou ao Brasil. Ele desembarcou no Porto de Paranaguá, no Paraná e em breve estarão disponíveis nas concessionárias da marca. As vendas do Geely EX5 por seu distribuidor local estão previstas para começar em julho.

A visão da Geely para o mercado global é realizada no Geely EX5, também como o componente-chave de sua estratégia global de NEV (veículos de nova energia). O Geely EX5 foi desenvolvido com opções de volante à esquerda e à direita e refinado, com base no esforço dos centros de design globais da Geely, em Gotemburgo, Xangai, Coventry e Milão. Como um modelo global, o Geely EX5 atende aos requisitos regulatórios de mais de 90 países, incluindo o Brasil.

O Geely EX5 possui um design exterior arrojado e dinâmico. Inspirado na face de um tigre, combina linhas dinâmicas, criando uma frente imponente, com proporções bem definidas e personalidade única. O desenho do Geely EX5 foi pensado para oferecer um coeficiente aerodinâmico sem precedentes, com recursos como para-choque aerodinâmico, maçanetas embutidas, grade frontal ativas e um tratamento especial das superfícies laterais com linhas marcadas.

As lanternas elevadas com efeito 3D translúcido destacam a traseira, com um toque de personalidade que reafirma a identidade única do Geely EX5. Por dentro, o Geely EX5 foi concebido com uma abordagem totalmente voltada para as pessoas. Seu interior sofisticado oferece um ambiente pensado em cada detalhe para o bem-estar dos ocupantes.

O Geely EX5 foi desenvolvido com recursos inteligentes de Energia, Segurança, Espaço e Interação. O Geely EX5 é o resultado do poder tecnológico e de inovação da Geely.

A Energia Inteligente começa com sua construção na arquitetura da GEA, que se destaca em eficiência espacial e integridade estrutural. Essa arquitetura não apenas suporta layouts multienergia, mas também oferece uma experiência de direção excepcional e eficiência energética superior.

Com o powertrain elétrico inteligente 11 em 1 que oferece eficiência e desempenho incomparáveis, o Geely EX5 estabelecerá uma nova referência para veículos elétricos.

Como Segurança Inteligente, o Geely EX5 traz seis pilares de segurança abrangentes que garantem um alto nível de proteção para ocupantes, pedestres e o produto. Com recursos de segurança passiva, ativa, bateria, pedestre e saúde e ativos de segurança cibernética em sua concepção de produto, o Geely EX5 oferece uma experiência de classe mundial para o cliente em segurança.

No interior, o Geely EX5 oferece um Espaço Inteligente, com um interior luxuoso, caracterizado por uma filosofia de design minimalista e materiais confortáveis. A cabine espaçosa é aprimorada por bancos dianteiros de primeira classe, uma experiência premium de ruído, vibração e aspereza (NVH) e uso extensivo de materiais seguros à saúde no interior.

Com dimensões externas de um SUV do segmento C, o Geely EX5 oferece um verdadeiro espaço interno de SUV do segmento D, graças à grande distância entre eixos de 2,75 metros e largura de 1,9 metros.

Para elevar a experiência no carro, com uma Interação Inteligente, o Geely EX5 é equipado com uma tela principal de alta definição de 15,4" e sistema de assistente de voz "Hi Geely", com mais de 200 comandos de voz.

A apresentação do Geely EX5 no Brasil faz parte da atual estratégia de expansão global que acelera a transformação elétrica em todo o mundo, com de alta produtos de alta tecnologia, alto valor e alta qualidade.

Mais detalhes sobre o Geely EX5 serão divulgados em seu lançamento em julho. Maiores detalhes podem ser encontrados no site https://www.geelybrasil.com.br.

BMW Série 3 com nova cor



Líder absoluto entre os sedãs premium no país, o BMW Série 3 alcança um marco importante em sua trajetória no Brasil: 45 mil unidades produzidas na fábrica do BMW Group Brasil em Araquari (SC). Fabricado localmente desde 2014, o modelo tem um papel simbólico para a marca, foi o primeiro veículo a sair da linha de montagem da planta catarinense, logo após sua inauguração.

Para celebrar esse feito, o BMW Group Brasil lança uma nova cor para o modelo: Arctic Race Blue, que passa a integrar o portfólio de tonalidades da linha 2026.

A nova cor azul metálica realça ainda mais o visual esportivo e sofisticado do Série 3, um dos modelos mais desejados do mercado nacional. A pintura é realizada com tecnologia de ponta na planta Araquari do BMW Group Brasil, que também é responsável pela produção dos modelos BMW X1, BMW X4 e BMW X5 PHEV, o primeiro veículo híbrido plug-in produzido na América do Sul.

O BMW 320i é produzido em suas três versões em Araquari (320i GP, 320i Sport GP e 320i M Sport). Essas versões são equipadas com o eficiente e potente motor BMW TwinPower Turbo 2.0 litros (1.998 cm³), quatro cilindros em linha, 184 cv e 300 Nm de torque. A tração segue a tradição de ser traseira e o câmbio é automático de oito marchas. Com esse conjunto, o modelo acelera de 0 a 100 km/h em 7,1 s e atinge a velocidade máxima de 235 km/h. Uma referência no segmento de sedãs médios premium.

Com a chegada do Arctic Race Blue, o BMW Série 3 passa a contar com sete opções de cores disponíveis no Brasil: Branco Alpino, Preto Safira, Cinza Skyscraper, Cinza Brooklin, Azul Phytonic e Azul Portimão (na versão BMW 320i M Sport).

Truck

Citroën iniciou vendas da nova Jumpy

A Citroën iniciou as vendas da nova Jumpy 2025. A van mais vendida da marca passou recentemente por uma atualização e está disponível em duas versões: Cargo (R$ 223.990) e Vitré (R$ 229.990), com garantia de três anos.

A Citroën Jumpy vem equipada com o novo motor 2.2 Turbodiesel, com potência de 150 cv e 37,7 kgfm de torque, tem autonomia para rodar 12,4 km/l na cidade e 13,7 km/l na estrada, sendo 4,2% e 15,1% mais econômica, respectivamente, que a versão anterior. Além disso, a nova motorização permitiu uma melhor performance da Citroën Jumpy, que agora faz de 0 a 100 km/h em 13,1 segundos (1,2 segundos mais rápido que o modelo anterior), retomadas de 60 a 100 km/h em 7,5 segundos e de 80 a 100 km/h em 10,9 segundos, um ganho de dois segundos em média da versão anterior.

A Citroën Jumpy continua com ótima capacidade de carga de quase 1,5 tonelada, com comprimento e largura máximos do baú de 2,86 m e 1,39 m, respectivamente, e volume útil de 6,1 m³, além da praticidade de poder ser conduzida por pessoas habilitadas com a CNH de categoria B.



Conheça mais detalhes em https://www.citroen.com.br/veiculos-utilitarios/citroen-jumpy.html.